

UFRRJ
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE (PPGPaCS).

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Interpretação Patrimonial: Um caminho para maior (re)conhecimento do
Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu

Vítor Alexandre Santos Rodrigues

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE
(PPGPaCS).

INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL: UM CAMINHO PARA MAIOR
(RE)CONHECIMENTO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NOVA
IGUAÇU

Vítor Alexandre Santos Rodrigues

Sob a Orientação do Professor

Isabela de Fátima Fogaça

Dissertação submetida como requisito para a obtenção do Grau de **Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade, no Curso de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade, Área de Concentração em Patrimônio Cultural: Memória, Identidades e Sociedade.**

Nova Iguaçu/RJ

Julho de 2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R696i Rodrigues, Vítor Alexandre Santos, 2000-
Interpretação Patrimonial: Um caminho para maior
(re)conhecimento do Parque Natural Municipal de Nova
Iguaçu / Vítor Alexandre Santos Rodrigues. - Nova
Iguaçu, 2025.
103 f.: il.

Orientadora: Isabela de Fátima Fogaça.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Patrimônio, Cultura e Sociedade, 2025.

1. Interpretação do patrimônio natural e cultural.
2. Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu. 3.
Patrimônio cultural. 4. Áreas de conservação de
recursos naturais. I. Fogaça, Isabela de Fátima, 1980
, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio,
Cultura e Sociedade III. Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE**



TERMO Nº 674 / 2025 - PPGPACS (12.28.01.00.00.00.22)

Nº do Protocolo: 23083.043963/2025-97

Nova Iguaçu-RJ, 08 de agosto de 2025.

Vítor Alexandre Santos Rodrigues

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade, Área de Concentração Patrimônio Cultural: Memória e Sociedade

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 18/07/2025.

(Assinado digitalmente em 08/08/2025 18:21)

ELIS REGINA BARBOSA ANGELO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptAdT/IM (12.28.01.00.00.82)
Matrícula: 1744846

(Assinado digitalmente em 08/08/2025 18:29)

ISABELA DE FATIMA FOGACA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
PPGPACS (12.28.01.00.00.00.22)
Matrícula: 1771910

(Assinado digitalmente em 08/08/2025 18:31)

SERGIO RICARDO FIORI
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeGEOIM (12.28.01.00.00.87)
Matrícula: 2121897

(Assinado digitalmente em 08/08/2025 18:49)

TIAGO JULIANO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 365.812.498-90

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **674**, ano: **2025**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **08/08/2025** e o
código de verificação: **98f7088ab6**

AGRADECIMENTOS

"O presente trabalho foi realizado, com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

"This study was financed, in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) Finance Code 001."

Agradeço à minha família, primeiramente, que sempre proporcionou um ambiente saudável e acolhedor para que eu pudesse seguir a carreira acadêmica.

Ao Programa de Demanda Social da CAPES pelo apoio financeiro, sem ele, não seria possível o desenvolvimento da pesquisa.

Ao suporte do Programa de Pós-graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade e do Observatório em Turismo e Lazer Baixada Verde e pelo acolhimento de todos do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu e da Secretaria de Cultura de Nova Iguaçu.

RESUMO

RODRIGUES, Vítor A. S. **Interpretação Patrimonial: um caminho para maior(re)conhecimento do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu.** 2025. 103p Dissertação (Mestrado em Patrimônio, Cultura e Sociedade). Instituto Multidisciplinar. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2025.

A interpretação patrimonial é uma forma de comunicação estratégica que pode aproximar as comunidades e/ou os visitantes aos significados e valores de um bem. O município de Nova Iguaçu, situado na região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), possui uma paisagem rica em patrimônios e bens culturais. Evidências dessa realidade estão no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI). Nesse sentido, parte-se do pressuposto que o uso de instrumentos e técnicas de interpretação do patrimônio cultural pode contribuir para o reconhecimento e valorização patrimonial desse território e desse bem, contribuindo para uma experiência mais significativa do visitante e uma gestão mais eficiente do parque. Assim, esta dissertação tem como objetivo geral classificar as práticas de interpretação do patrimônio cultural no PNMNI. Neste contexto, a pesquisa realiza um estudo de caso de caráter exploratório e qualitativo, servindo-se da pesquisa bibliográfica e de campo. Além disso, fez uso dos resultados do projeto de extensão do Observatório de Turismo e Lazer Baixada Verde, que monitorou a demanda de visitantes do PNMNI de fevereiro de 2024 a março de 2025, com o objetivo de traçar o perfil do usuário e avaliar sua satisfação quanto às estruturas e serviços presentes na unidade. Entre os resultados, levando-se em consideração as diretrizes presentes em seu plano de manejo, identificou-se que os instrumentos de interpretação patrimonial presentes no território do PNMNI ainda são limitados e necessitam de manutenção e padronização. Ressaltam-se ainda outras recomendações: uso mais adequado do mapa de orientação aos visitantes já existente na unidade, fruto de projeto de extensão realizado em parceria do parque com a universidade, a organização de um centro de visitantes que fique aberto ao público, e parceria com condutores recém capacitados para visitas guiadas para potencializar o (re)conhecimento e a valorização da UC.

Palavras-chave: Interpretação patrimonial; Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu; Patrimônio cultural; Unidade de conservação.

ABSTRACT

RODRIGUES, Vítor A. S.. **Heritage Interpretation: a path to greater (re)knowledge of the Nova Iguaçu Municipal Natural Park**. 2025. 103p Dissertation (Master's Degree in Heritage, Culture and Society). Multidisciplinary Institute. Federal Rural University of Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2025.

Heritage interpretation is a strategic form of communication that can bring communities and/or visitors closer to the meanings and values of a heritage asset. The municipality of Nova Iguaçu, located in the metropolitan region of Rio de Janeiro (RMRJ), features a landscape rich in cultural assets and heritage. Evidence of this reality can be found in the Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI). In this regard, it is assumed that the use of tools and techniques for interpreting cultural heritage can contribute to the recognition and appreciation of heritage in this territory and site, fostering more meaningful visitor experiences and more effective park management. Accordingly, this dissertation aims to classify the cultural heritage interpretation practices within the PNMNI. Within this context, the research is designed as an exploratory and qualitative case study, based on both literature review and field research. Additionally, it draws on data from the extension project of the Observatório de Turismo e Lazer Baixada Verde, which monitored visitor demand at the PNMNI from February 2024 to March 2025, with the goal of profiling users and assessing their satisfaction regarding the park's facilities and services. Among the findings, and considering the guidelines set forth in the park's management plan, it was identified that the existing heritage interpretation tools in the PNMNI are still limited and require maintenance and standardization. Further recommendations include: the more effective use of the visitor orientation map already available at the park—developed through a university extension project; the organization of a visitor center that remains open to the public; and the establishment of partnerships with newly trained guides to conduct guided tours, thereby enhancing the (re)cognition and appreciation of this protected area.

Keywords: Heritage interpretation; Nova Iguaçu Municipal Natural Park; Cultural heritage; Conservation Unit.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Exposição Floresta Protetora no Centro de Visitantes Paineiras	38
Figura 2: Placa na Floresta da Tijuca	39
Figura 3: Fazenda São Bernardino em 1950	47
Figura 4: Fazenda São Bernardino em 2017.	47
Figura 5: Ruínas e placa de interpretação do Casarão Dona Eugênia	57
Figura 6: Ruínas e placa de interpretação do Clube de Campo Don Felipe	57
Figura 7: Placa Interpretativa Lavas e Brechas Vulcânicas	58
Figura 8: Mosaico de imagens da antiga Pedreira São José	59
Figura 9: Janela do Céu divulgada pelo G1 e pelo programa televisivo Expedição Rio, da Globo RJ	60
Figura 10: Placa informativa e Poço das Esmeraldas	60
Figura 11: Placa informativa e Poço das Esmeraldas	61
Figura 12: Rio Dona Eugênia	61
Figura 13: Modelo de placa presente no Plano de Manejo do PNMNI	65
Figura 14: Placa interpretativa: fauna	66
Figura 15: Placa interpretativa: vulcão	67
Figura 16: Placa interpretativa: mapas	68
Figura 17: Placa interpretativa: poço do escorrega	69
Figura 18: Placa interpretativos: poço da paixão	70
Figura 19: Sinalização turística	71
Figura 20: Folhetos e Mapas do PNMNI	75
Figura 21: Trilhas interpretativas	76
Figura 22: Placas presentes nas trilhas interpretativas	77
Figura 23: Sala utilizada como Centro de visitantes do PNMNI	78
Figura 24: Banners produzidos pelo projeto Universidade na Comunidade	80
Figura 25: Linha do tempo identidade visual PNMNI	83
Figura 26: Linha do tempo identidade visual PNMNI (2)	83

LISTA DE MAPAS

Mapa 1:Localização de Nova Iguaçu, limites e principais vias de acesso	43
Mapa 2: Localização da Baixada Verde no Estado do Rio de Janeiro	44
Mapa 3: Unidades de conservação (UC) em Nova Iguaçu.....	49
Mapa 4: Mapa de orientação ao lazer e turismo do PNMNI.....	73
Mapa 5: Mapa do relevo e altimetria do PNMNI.....	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Instrumento de interpretação – vantagens e desvantagens	33
Quadro 2: Pictogramas utilizados em atrativos turísticos naturais.....	35
Quadro 3: Síntese da análise dos instrumentos interpretativos identificados no PNMNI.....	84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I.....	18
SOCIEDADE, NATUREZA E CULTURA: FORMAS DE PERCEBER E INTERPRETAR O PATRIMÔNIO CULTURAL.....	18
1.1. Sociedade, Natureza e Cultura.....	18
1.2. A Interpretação Patrimonial.....	25
1.3. Instrumentos e técnicas de interpretação do patrimônio	30
1.4. Exemplos e boas-práticas em planos de interpretação do patrimônio em UCs do Brasil	37
CAPÍTULO II.....	42
PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU NA BAIXADA VERDE.....	42
2.1. O município de Nova Iguaçu e a Baixada Fluminense.....	42
2.2. O Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu.....	52
2.2.2. O uso público no PNMNI	55
CAPÍTULO III	63
INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL NO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU.....	63
3.1. Meios interpretativos identificados no PNMNI.....	64
3.1.1. Placas de sinalização e interpretação	64
3.1.3. Folhetos e mapas	72
3.1.4. Trilhas interpretativas.....	75
3.1.5. Sala utilizada como Centro de visitantes	77
3.1.6. Condutores/Interpretação guiadas	79
3.1.7. Programas de extensão atuantes como instrumentos de interpretação ambiental...	79
3.1.8. Síntese da análise	81

3.2. Uma nova visão sobre a interpretação no PNMNI	86
3.3.1. Perfil do visitante e avaliação de instrumentos de interpretação presentes no PNMNI a partir da visão do usuário.....	87
3.3.2. Sugestões/ para aprimorar os instrumentos interpretativos do PNMNI.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	96
ANEXOS.....	102
Anexo 1: Formulário de pesquisa do projeto “Pesquisa de demanda do PNMNI”	102

INTRODUÇÃO

Mesmo morando em Belford Roxo, na região da Baixada Fluminense, a poucos quilômetros do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI), essa Unidade de Conservação (UC) só passou a existir em meu cotidiano quando ingressei no curso de Geografia, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), no campus de Nova Iguaçu – IM.

O maciço de Gericinó-Mendanha, onde localiza-se o PNMNI, sempre fez parte da paisagem de meu cotidiano e, ainda assim, nunca havia sido percebido a magnitude que aquele território protegido representa para a região e para a vida de seus moradores.

E, assim como eu, muitas pessoas, moradores da região, podem, também, nunca terem percebido como é importante uma área natural em meio a municípios tão urbanizados como os que formam a Baixada Fluminense: uma verdadeira floresta de concreto. A região, ao mesmo tempo rica em áreas naturais, carece de espaços verdes onde se possa praticar atividades de lazer que deveriam fazer parte da vida social de qualquer cidadão, além da formação ambiental que traga um contato com a natureza com responsabilidade e conservação.

Neste sentido, as práticas de interpretação patrimonial se mostram imprescindíveis por poderem contribuir com a percepção dos indivíduos sobre a importância das áreas naturais em suas vidas, e para que as enxerguem como patrimônios/ heranças que devem ser valorizadas, conservadas e repassadas às gerações como patrimônio cultural de Nova Iguaçu e da Baixada Fluminense, como prega a ampliação do conceito na Constituição Brasileira de 1988, que inclui o patrimônio natural.

Dessa forma, ao entender a importância que o conhecimento e a valorização do patrimônio cultural têm no fortalecimento da identidade de um grupo social, principalmente no cotidiano do morador, a interpretação patrimonial surge como uma forma de instigar a criação de significados e conexões com os usuários e visitantes dessas áreas naturais (turistas e/ou excursionistas e/ou moradores), que não deixam de ser históricas do município e da região.

A interpretação patrimonial é entendida como “uma atividade educacional que objetiva revelar significados e relações através da utilização de objetos originais, de experiência em primeira mão, bem como de mídia ilustrativa, em vez de simplesmente comunicar informações factuais” (Tilden, 1957, apud Murta e Goodey, 2002, p. 14).

Áreas naturais são exemplos onde a utilização do espaço geográfico pode ser fonte de aprendizagem, pois comportam relações entre natureza e grupos sociais, representados na diversidade de espécies endêmicas e/ou exóticas, na compreensão dos diversos modos de

convivência dos grupos sociais com a natureza, nos diferentes tempos e espaços, podendo ser território de autorreconhecimento e lugar de memórias. O PNMNI, uma área natural protegida, emerge como um importante espaço de interpretação patrimonial, conjugando natureza e história, constitui-se como uma área de proteção da biodiversidade e local de lazer e cultura para a população do território conhecido como Baixada Fluminense.

Assim, esta dissertação se preocupa, mais especificamente, com as áreas naturais ainda conservadas e oficialmente protegidas, em especial o PNMNI, como referências culturais de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, território estigmatizado pela precariedade das condições de vida, criminalidade, violência e falta de segurança pública; e, por isso, espaço propício para o desenvolvimento de políticas de interpretação patrimonial, estímulo à cidadania e à melhoria da autoestima da população para a superação do quadro sociopolítico territorial.

Nesse contexto, discute-se a importância de uma UC, o PNMNI, criado numa área da região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) com urbanização desordenada e precária (falta de infraestrutura, equipamentos e serviços), o que faz com que, na maior parte das vezes, a população não consiga visualizar, ou mesmo tenha tempo para visualizar¹, as qualidades de seu lugar de vivência, no seu cotidiano.

O PNMNI não é o único sítio de relevância cultural e natural do município, destacam-se, ainda, outros sítios no território iguaçuano, como a Reserva Biológica (Rebio) do Tinguá, que preserva remanescentes do bioma Mata Atlântica, parte da área (compartilhada entre os estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e Paraná) considerada patrimônio da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1999); a Vila de Iguassú, onde está localizado o Parque Histórico e Arqueológico de Iguassú Velha e a Fazenda São Bernardino; a região conhecida como Pantanal Iguaçuano (parte da Área de Proteção Ambiental – APA Municipal Guandu Açu e APA Estadual do Rio Guandu), na divisa com o município de Seropédica; e, mesmo, a Serra do Vulcão, nome popular da área que inclui vertente Norte do PNMNI, que, também, merecem planos interpretativos que favoreçam com que a população local e regional possa se reconhecer e se orgulhar do lugar onde nasceram e vivem.

Assim, considerando-se as técnicas de interpretação do patrimônio como um importante aliado na comunicação estratégica (Tilden, 1957; Murta e Albano, 2002), isto porque, ajudam a

¹ A maior parte de suas cidades ainda são consideradas dormitórios, para onde as pessoas se deslocam somente para dormir.

revelar a herança cultural e a importância ecológica aos visitantes que desejam passar seu tempo livre no local e se conectar com a paisagem; além de contribuírem para a gestão do território, o principal questionamento levantado por essa dissertação se refere em como estão sendo aplicadas as práticas de interpretação do patrimônio cultural no PNMNI.

Como pergunta secundária, busca-se responder quais técnicas de interpretação do patrimônio podem favorecer um maior reconhecimento desse patrimônio, uma vez que se acredita que a disseminação dessas técnicas é essencial para que a população de Nova Iguaçu (re)conheça a riqueza do seu lugar.

Neste sentido, o objetivo geral da pesquisa visa classificar as práticas de interpretação do patrimônio cultural no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI). Seus objetivos específicos buscam:

1. Refletir sobre a relação sociedade, natureza e cultura, e como as transformações nessa relação tornam urgentes o emprego de diferentes formas de interpretar e enxergar o patrimônio cultural;
2. Caracterizar o município de Nova Iguaçu quanto aos seus bens culturais, dando ênfase ao PNMNI e os bens explorados em seu uso público;
3. Apresentar e avaliar as técnicas e os instrumentos de interpretação do patrimônio disponíveis no PNMNI;
4. Dar sugestões para aprimorar os instrumentos interpretativos do patrimônio no PNMNI.

A delimitação do objeto de estudo no PNMNI se justifica por se tratar de uma área verde, protegida, de grande importância para a RMRJ devido sua biodiversidade, em um território altamente urbanizado, populoso, e berço de pesquisas científicas em diversas frentes, como nas áreas de Geografia e Biologia, mas que ainda carece de estudos que tenham como foco o Patrimônio Cultural e a Interpretação Ambiental e Patrimonial.

No plano de Manejo do PNMNI, fica claro que o desenvolvimento de pesquisas é um dos seus objetivos e que é fundamental ampliar as temáticas discutidas sobre o parque.

O desenvolvimento de pesquisas científicas é um dos objetivos previstos para o PMNI, de modo que os conhecimentos adquiridos ratifiquem a importância da unidade de conservação para a preservação da diversidade biológica e contribuam para direcionar as ações de proteção e manejo do Parque. As pesquisas iniciais serão voltadas para o conhecimento básico dos ecossistemas existentes e seu estado de conservação. A medida em que estes conhecimentos sejam adquiridos, serão

reavaliados, em fases posteriores, os seguintes aspectos: o zoneamento da área; as questões ecológicas prioritárias para investigações mais profundas; e as ações de manejo que visem dar maior proteção aos ecossistemas e dos recursos naturais da unidade (Nova Iguaçu, 2000, vol. 2, p. 67).

Portanto, estudos científicos no campo do Patrimônio Cultural são fundamentais para a melhoria das práticas de gestão do uso público da UC, maior aproximação de sua comunidade de entorno com o bem natural e estímulo à corresponsabilidade por sua proteção.

Como metodologia, a pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, tendo o PNMNI como recorte a ser estudado. Seu caráter é qualitativo, tendo sido fundamental o trabalho de campo para alcance dos seus objetivos.

Segundo Martins (2006, p. 11), o estudo de caso é uma metodologia usada em pesquisas nas ciências sociais, principalmente, para descrever situações dinâmicas:

[...] uma estratégia metodológica de se fazer pesquisa nas ciências sociais e nas ciências da saúde. Trata-se de uma metodologia aplicada para avaliar ou descrever situações dinâmicas em que o elemento humano está presente. Busca-se apreender a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto, mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado.

Dessa forma, em uma primeira etapa, a pesquisa teve caráter bibliográfico e documental visando uma pesquisa exploratória em livros, teses, dissertações, artigos e documentos, especialmente os de gestão e uso público de UC e do PNMNI, e teve como principal foco atender aos dois primeiros objetivos específicos.

A pesquisa bibliográfica, segundo Rodrigues e Neubert (2023, p. 43), tem como objetivo “proporcionar ao pesquisador contato com o conhecimento produzido, recolher informações e compreender a teoria relacionada ao objeto de pesquisa”. Já a pesquisa documental, é “elaborada a partir de materiais publicados que não receberam tratamento analítico” (Rodrigues; Neubert, 2023, p. 43).

Portanto, na pesquisa bibliográfica foi feito uso de obras de autores que se debruçam junto às temáticas: relação sociedade-natureza; transformações no espaço e práticas sociais; o lazer e a busca pelo turismo; UC, especialmente as que tratam sobre parques naturais; e, a interpretação do patrimônio como forma de gestão e valorização do território.

Na pesquisa documental, foram analisados documentos como o plano de manejo do PNMNI e de interpretação de diferentes parques, como, por exemplo, do Parque Nacional da Tijuca e do Parque Nacional do Iguaçu; publicações do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), como “Orientações de Uso Público em Unidades de Conservação

Federais” e o “Manual de Interpretação Ambiental nas Unidades de Conservação Federais”; além de outros documentos que puderam auxiliar na fase exploratória. Ainda quanto aos documentos, estão recomendações e convenções importantes das cartas de órgão como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e outros órgãos relevantes.

Na segunda etapa da pesquisa, foi priorizado o trabalho de campo que consistiu em investidas junto ao PNMNI com o intuito ambientação, identificação das ferramentas de interpretação ali presentes, observação da interação dos usuários com estas ferramentas e aplicação de pesquisa de opinião/demanda no parque. Durante as atividades de campo foi possível realizar entrevistas com o coordenador de uso público do PNMNI.

É importante frisar, que a pesquisa de opinião/demanda no parque foi desenvolvida em parceria com o Observatório de Turismo e Lazer Baixada Verde, no âmbito do projeto “Pesquisa de Demanda no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu” na qual o autor participou como pesquisador. A pesquisa de demanda no PNMNI fez uso de um formulário de pesquisa, elaborado com base no Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação (ROVUC). Foi composto por perguntas fechadas e complementado por perguntas abertas, que foram aplicadas junto aos usuários do parque. O objetivo das perguntas era traçar o perfil do respondente, sua forma de se relacionar com o bem, assim como sua percepção sobre as estruturas e serviços disponibilizados no parque. Entre as questões, formulou-se questões com relação direta com ferramentas que auxiliam na interpretação, que ganham destaque nos resultados dessa dissertação. A aplicação da pesquisa de demanda foi realizada de fevereiro de 2024 a março de 2025, atingindo um total de 553 usuários entrevistados.

A participação no projeto do Observatório de Turismo e Lazer Baixada Verde, também, possibilitou a observação de eventos importantes que ocorreram na UC, como “Um Dia no Parque”, um projeto que acontece em todo o país, que tem como objetivo mostrar à comunidade que existe uma área de proteção ambiental nas proximidades, dessa forma, aproximando e estreitando a relação dos seres humanos com a natureza. Assim, as estratégias de pesquisa favoreceram o alcance parcial do terceiro objetivo específico da pesquisa.

É importante destacar que as etapas de pesquisa descritas (primeira e segunda) não aconteceram de forma linear, mas concomitantes.

Por fim, na terceira etapa da pesquisa, que tem como foco parte do terceiro (a análise) e o quarto objetivo específico da dissertação, buscou-se realizar a triangulação entre a teoria, os dados empíricos coletados e tratados, e a observação para as análises, sugestões e considerações.

Neste sentido, a dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, buscou-se discutir sobre os aspectos da relação dos seres humanos com a natureza e a cultura, bem como sobre a importância dessa temática para o desenvolvimento da investigação da interpretação patrimonial.

Neste capítulo, autores como Milton Santos e Ailton Krenak, importantes nomes na ciência brasileira, contribuem na compreensão de conceitos cruciais no desenvolvimento da pesquisa, destacando a importância de uma relação equilibrada entre a humanidade e o meio ambiente. Posteriormente, introduz-se a temática de interpretação patrimonial a partir de autores como Tilden (1957), Murta e Albano (2002), Murta e Goodey (2005) e documentos relacionados ao Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS (2008), ICMBio (2018), além de outros documentos sobre áreas naturais urbanas que tratam desse tipo de comunicação com o visitante.

No segundo capítulo, faz-se uma exposição histórico-geográfica da Baixada Fluminense, especialmente, de Nova Iguaçu, onde está localizado o objeto central do estudo, o PNMNI, além de destacar outros sítios de relevância cultural na história iguaçuana, como a Vila de Iguassú, onde está localizado o Parque Histórico e Arqueológico de Iguassú Velha e a Fazenda São Bernardino; o Pantanal Iguaçuano, na divisa com Seropédica e a Rebio do Tinguá; entre outros.

No terceiro capítulo, buscou-se descrever e classificar as ferramentas de interpretação do patrimônio presentes e já praticadas no PNMNI, bem como foi discutido e dados sugestões sobre novas estratégias de interpretação do patrimônio que podem favorecer um caminho para maior reconhecimento desse patrimônio iguaçuano.

CAPÍTULO I

SOCIEDADE, NATUREZA E CULTURA: FORMAS DE PERCEBER E INTERPRETAR O PATRIMÔNIO CULTURAL

O presente capítulo visa atender ao primeiro objetivo específico desta dissertação, “refletir sobre a relação sociedade, natureza e cultura, e como as transformações nessa relação tornam urgentes o emprego de diferentes formas de interpretar e enxergar o patrimônio cultural”.

Em um primeiro momento, procura sintetizar a relação ser humano-natureza, principalmente no âmbito das relações capitalistas e da problemática que o uso desmesurado dos recursos naturais traz à sociedade contemporânea, que se vê obrigada a rever sua postura diante da natureza e seu usufruto.

Após a contextualização do problema, em um segundo momento, a interpretação do patrimônio surge como uma das alternativas de aproximação e exercício do olhar dos seres humanos sobre a natureza, que não deve ser mais vista como manipulável ou algo sob comando da humanidade para atendimento de suas necessidades, mas sim como condição de sobrevivência no mundo.

1.1.Sociedade, Natureza e Cultura

As interações sociais com a natureza foram significativamente transformadas ao longo da história, refletindo as mudanças culturais pelas quais passaram os seres humanos. O controle da natureza por parte da humanidade trouxe várias comodidades. No entanto, o uso exacerbado dos recursos naturais, sem considerar seus limites, derivou em um cenário contemporâneo desafiador, no qual os seres humanos precisam reavaliar sua relação com a natureza.

As transformações socioterritoriais, especialmente na Europa, desde o século XVIII, e que se espalharam pelo mundo nos séculos seguintes, distanciaram as pessoas da natureza, que passou a ser vista como mensurável e manipulável. Fazendo com que, como afirma Rovani (2011, p. 2), na modernidade, o homem se encontrasse “[...] à parte da natureza, ou seja, como um mero utilizador ou explorador daquela”.

No modo de produção capitalista ocidental, a natureza é vista como um meio de transformação e mercadoria (Krenak, 2019), sendo moldada à medida que surgem necessidades

sociais, como a transposição de cursos de água, a canalização de rios, a derrubada da floresta para abertura de vias, etc.

O meio natural tende a ser valorizado principalmente por sua funcionalidade, resultado do destaque para o ritmo rápido e acelerado das grandes cidades, caracterizadas pelo consumo elevado, associado ao progresso e à satisfação; sendo a natureza, conseqüentemente, requisitada para atender a essa demanda, independentemente de seus limites. Santos (2006) afirma que o espaço geográfico não é um meio isolado, mas fruto do espaço natural e ações humanas, e não pode ser visto como uma simples soma de objetos. O geógrafo afirma que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (Santos, 2006, p. 40).

Assim, na construção do espaço geográfico, cada dia mais, levanta-se questões éticas sobre as relações entre os humanos e o meio ambiente, e a noção de que a natureza é um recurso finito que vem sendo manipulado através de práticas sociais, na maioria das vezes, de forma equivocada. Santos (2006, p. 170) afirma que o homem, através de relações predatórias, impõe mudanças radicais à natureza.

Esses objetos modernos - ou pós-modernos - vão do infinitamente pequeno, como os microssistemas, ao extremamente grande, como, por exemplo, as grandes hidrelétricas e as grandes cidades, dois objetos enormes cuja presença tem um papel de aceleração das relações predatórias entre o homem e o meio, impondo mudanças radicais à natureza. Tanto as grandes hidrelétricas quanto as grandes cidades surgem como elementos centrais na produção do que se convencionou chamar de crise ecológica (Santos, 2006, p. 170).

Além disso, o autor afirma que a mais-valia a nível global é indiferente às realidades ambientais – de forma destrutiva (Santos, 2006, p. 170).

A busca de mais-valia ao nível global faz com que o impulso produtivo — que é também destrutivo — seja apátrida, extraterritorial, indiferente às realidades locais e também às realidades ambientais. Certamente por isso a chamada crise ambiental se produz neste período histórico, onde o poder das forças desencadeadas num lugar ultrapassa a capacidade local de controlá-las.

Práticas prejudiciais ao meio ambiente, tão difundidas em grandes metrópoles e polos industriais, e que afetam a biodiversidade dos ecossistemas e a qualidade de vida das comunidades locais e da população em geral, são postas à prova.

Suertegaray (2021, p. 134) afirma que “o que está em jogo, hoje, com as transformações técnico-científicas, diz respeito, fundamentalmente, a uma reflexão sobre a natureza”. Diante

disso, ao rompimento dessa relação orgânica, Marx (*apud* Suertegaray, 2017, p. 165) denominou de falha metabólica. Tal conceito constitui a essência da compreensão da separação do homem da natureza e sua progressiva alienação (Suertegaray, 2017, p. 165).

Assim, segundo Suertegaray (2021, p. 127), “a crise atual, que, em vários graus, afeta o físico, o eco e o sociológico, demonstra que a pura Modernidade privilegia o resultado, em detrimento do processo”. Dessa forma, destaca-se diversos impactos em detrimento ao ritmo acelerado das grandes cidades: alienação da natureza; subordinação da natureza; desestruturação social; desigualdade e exclusão; erosão de saberes tradicionais; e, impactos ambientais etc.

Esses impactos revelam a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento e buscar formas de vida mais equilibradas e conectadas à natureza, voltando-se a observar e valorizar o modo de vida de comunidades tradicionais e originárias, com suas práticas de coexistência com a natureza, por exemplo.

No mesmo sentido, acontecimentos mais recentes, como a crise climática retratada no aquecimento global e no desmatamento – e perda da biodiversidade, reafirmam que o atual processo de difusão do capital, que se apropria da natureza como mera exploração dos recursos naturais como mercantilização, vem resultando em esgotamento.

O processo histórico de difusão do capital promoveu uma expansão da apropriação da natureza, associada, no início, à ampliação do ecúmeno, na e para a exploração dos recursos naturais. Na atualidade, a mercantilização torna cada vez mais ampliada a apropriação da natureza e da natureza humana, interfere, de maneira drástica, na auto-eco-reorganização da natureza e, ao mesmo tempo, expropria populações originárias e tradicionais dos espaços de existência. A natureza natural, que, originariamente, se autoproduzia, na atualidade do processo de socialização (transformação de primeira natureza em segunda natureza), transfigura-se, esgota-se, finda-se, em escala global (Suertegaray, 2021, p. 135).

Os recursos naturais, finitos, tornam-se mercadorias, uma vez que a precificação é apenas uma consequência da “natureza internalizada como cálculo econômico” (Suertegaray, 2021, p. 86). Até mesmo a água, o bem vital para a sobrevivência humana, pode ser explorada através do viés da mercantilização dos recursos naturais (Suertegaray, 2021).

Santos (2000), em relação aos impactos ambientais causados pela sociedade moderna, afirma que, desde o século XIX, é possível notar mudanças drásticas na natureza no que tange a poluição, como gases tóxicos na atmosfera.

A razão do comércio, e não a razão da natureza, é que preside à sua instalação. Em outras palavras, sua presença torna-se crescentemente indiferente às condições

preexistentes. A poluição e outras ofensas ambientais ainda não tinham esse nome, mas já são largamente notadas – e causticadas – no século XIX (Santos, 2000, p. 159).

Ainda nesse aspecto, Santos (2000, p. 156) afirma que as “[...] relações entre sociedade e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição de um meio natural, dado a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado”. Ou seja, o natural, hoje, pode ser visto como um ambiente artificial, cada vez mais distante da sociedade.

Assim, a ameaça de colapso passa a exigir da sociedade uma nova postura em que a natureza não seja apenas um objeto de manipulação e domínio para atender suas necessidades, mas meio de transformação social e condição de subsistência da humanidade, habitat para culturas distintas, campo de resistência de saberes e memórias importantes no que tange ao desenvolvimento civilizatório. É neste contexto que ganham forças as discussões sobre a importância da proteção de áreas naturais como um bem valioso para a humanidade.

Urge a necessidade de compreendermos conceitos que visem a valorização da natureza, como o conceito de patrimônio natural. Para Scifoni (2006, p. 16),

O patrimônio natural não representa apenas os testemunhos de uma vegetação nativa, intocada, ou ecossistemas pouco transformados pelo homem. Na medida em que faz parte da memória social, ele incorpora, sobretudo, paisagens que são objeto de uma ação cultural pela qual a vida humana se produz e se reproduz.

A autora reforça que a natureza é recriada como uma necessidade social, contudo, protegê-la surge como uma nova condição.

No processo de produção espacial, a natureza aparece como algo que é dado e que o homem modifica em função de suas necessidades. Ao fazê-lo, está produzindo sua própria existência, sua história e sua humanidade. [...] no curso da história da produção do espaço geográfico essa condição se modifica, pois, a natureza é recriada como uma nova necessidade social: a necessidade de sua proteção aparece como uma nova condição (Scifoni, 2002, p. 22).

Foi nos anos 1960 que se inicia a discussão sobre a importância dos monumentos naturais, assim como sua conservação e preservação a partir de cartas do ICOMOS e recomendações da UNESCO. Em 11 de dezembro de 1962, a partir de recomendações da UNESCO, na 12ª Conferência Geral, em Paris, definiu-se que “a beleza e o caráter de lugares naturais e paisagens de grande valor” (UNESCO, 1962) fossem protegidos como patrimônios.

Nas recomendações da UNESCO, em 1962, entendeu-se a salvaguarda e a restituição dos aspectos da paisagem, elementos importantes na preservação de meios naturais característicos.

Ainda, sobre a importância dessas paisagens e sítios para o bem-estar humano, utilizou-se o termo “higienização de seus habitantes”, no sentido de que estar em contato com patrimônios naturais “[...] é necessário à vida do homem, para quem são um poderoso regenerador físico, moral e espiritual, [...] constituem um fator importante da vida econômica e social, [...] assim como um elemento importante das condições de higiene de seus habitantes” (UNESCO, 1962).

Assim, inicialmente, de acordo com Scifoni (2006), o conceito de patrimônio natural se voltava à sua monumentalidade – monumentos naturais, sítios e paisagens de grande relevância estética ou científica. Como se observa no trecho das Recomendações de Paris de 1972, documento resultante da Conferência sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, organizado pela UNESCO, que considera Patrimônio Natural:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural (IPHAN, 1972, p. 2).

A *Florence Declaration* (2014), mesmo não sendo uma carta tradicional, mas uma declaração importante da ICOMOS, afirma que “a paisagem é a interação entre cultura e natureza. O patrimônio se configura a partir das inter-relações entre elementos culturais e naturais ...” Portanto, complementa que a sua salvaguarda de forma conjunta “... é essencial como expressão dos valores humanos”.

Neste sentido, de acordo com Delphim (2004, p. 2), os monumentos naturais, sítios e paisagens carregam também um apelo público ou são vinculados a fatos históricos, assim, apresentando um valor excepcional em diversas frentes. No Brasil, são protegidos, desde a década de 1930, pelo instrumento do tombamento.

Posteriormente, com base em experiências regionais, o patrimônio natural passou a ser entendido como uma conquista da sociedade, associada às práticas sociais e, assim, as áreas naturais passaram a ser pensadas para o uso sustentável (Scifoni, 2006).

Com a Constituição Federal Brasileira de 1988, o Artigo 216 amplia o conceito de Patrimônio Cultural Brasileiro que passa a incluir os sítios ecológicos. Destaca-se que a gênese

do conceito de patrimônio natural no Brasil surge a partir da consolidação do conceito de paisagem. Assim, o artigo 216 da Constituição de 1988 diz que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - As formas de expressão;

II - Os modos de criar, fazer e viver;

III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988, art. 216).

Delphim (2004, p. 4) defende que “a preservação do patrimônio natural propicia excelente exercício de integração entre os elementos físicos e biológicos da natureza, os sistemas que se estabelecem entre si e com as ações humanas”. A preservação desse patrimônio pode fornecer caminhos para a harmonia natureza - seres humanos, “sobretudo com a cultura que cada grupo estabelece em relação à natureza, aos significados religiosos, míticos, legendários, históricos, artísticos, simbólicos, afetivos e tantos outros que podem ser conferidos pelo homem ao mundo natural” (Delphim, 2004, p. 4).

Mesmo existindo instrumentos de proteção da riqueza cultural e natural do território nacional, como o instrumento do tombamento, a partir do final da década de 1980, surgiram outros instrumentos legais na legislação brasileira em referência à conservação das feições naturais notáveis, como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.

O SNUC foi criado pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação (UC). De acordo com a lei do SNUC, a criação de uma UC tem como objetivo conservar e limitar, sob regime especial de administração, um espaço e seus recursos ambientais com características naturais relevantes, sendo a UC

... espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Brasil, 2000, Lei nº 9.985).

A legislação brasileira é referência no mundo quanto à proteção de seus recursos naturais. O SNUC é um importante marco legal que divide as UC em dois grupos: as de proteção integral, que têm como objetivo preservar a natureza, admitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, exceto nos casos previstos na própria lei; e as UC de uso sustentável, que têm

como finalidade compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos recursos naturais.

O grupo das UC de Uso Sustentável, de acordo com o SNUC – Lei n.º 9.985/2000, são divididos nas seguintes categorias:

- I - Área de Proteção Ambiental;
- II - Área de Relevante Interesse Ecológico;
- III - Floresta Nacional;
- IV - Reserva Extrativista;
- V - Reserva de Fauna;
- VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e
- VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Já, entre as UC de proteção integral, estão de acordo com a Lei n.º 9.985/2000:

- I - Estação Ecológica;
- II - Reserva Biológica;
- III - Parque Nacional;
- IV - Monumento Natural;
- V - Refúgio de Vida Silvestre.

O parque, categoria objeto de estudo dessa dissertação, tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica, “[...] possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (Brasil, 2000). Quando criadas por Estado ou Município, são denominadas Parque Estadual ou Parque Natural Municipal, respectivamente: que é o caso do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu.

Nos parques é permitida a visitação, assim, são exemplos de espaços geográficos que permitem preservar e incentivar a recuperação dos ambientes naturais, próximos, ou mesmo dentro, de áreas urbanas, e que possibilitam o uso público com base na educação ambiental (Queiroz, 2021, p. 90). Segundo Queiroz (2018, p. 423), as UCs “devem ultrapassar sua concepção como espaços de preservação de ecossistemas e de seus recursos naturais. ..., devem ser consideradas como espaços de relações socioambientais historicamente regional, fortalecendo as interações sociais e a participação cidadã”.

Diegues (2008) também defende que o surgimento das UC, como os parques nacionais de preservação ambiental, tem sido uma das principais ferramentas de preservação da natureza, principalmente em países em desenvolvimento.

Ademais, “o uso público eficiente é primordial para a gestão dos parques, pois é através da consolidação de um uso racional, seguro e com poucos impactos negativos que a gestão terá possibilidades de implementar as ações contidas no plano de manejo” (Queiroz, 2021, p. 90), especialmente, com a parceria da comunidade de seu entorno.

As UC devem, necessariamente, de acordo com o SNUC – Lei n.º 9.985/2000, dispor de um plano de manejo. O “Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas”. Dessa forma, percebe-se que, além da conservação do ecossistema natural, as comunidades vizinhas a UC também devem ser levadas em consideração.

O modo de vida contemporâneo e as interações sociais têm causado transformações na natureza, exigindo um reconhecimento da relação sociedade-natureza como um produto social e dinâmico. E, nessa perspectiva, que inserimos a interpretação da natureza, uma vez que estimular a interação entre seres humanos e natureza de forma mais harmônica é fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável.

1.2.A Interpretação Patrimonial

A interpretação do patrimônio, conforme destacado por Tilden (1957 *apud* Murta e Goodey, 2005; Murta e Albano, 2002), além de simplesmente transmitir informações aos visitantes, envolve a valorização da experiência do visitante, buscando proporcionar uma melhor compreensão e apreciação do lugar visitado e do espaço ao seu redor.

Apesar do crescente interesse pela prática do turismo e pelo conhecimento pelos patrimônios e referências culturais locais, a interpretação do patrimônio foi um tanto subvalorizada, permanecendo desconhecida por grande parte das pessoas (visitantes, turistas e/ou excursionistas) e autoridades locais. Contudo, em 1957, Tilden (1883-1980) inicia discussões sobre os princípios e teorias da interpretação do patrimônio (Murta e Goodey, 2002).

Tilden (1883-1980), em sua obra *Interpreting Our Heritage* (1957 *apud* Murta e Goodey, 2002), estabeleceu uma nova perspectiva em relação à interpretação do patrimônio e, até a contemporaneidade, é considerado um dos precursores desta temática. Em seus estudos e publicações, destaca que a interpretação eficiente do patrimônio não se limita somente à transmissão de fatos, mas busca estimular o pensamento crítico ao despertar uma experiência significativa a partir do contato entre os visitantes e/ou comunidade local com o bem ou

patrimônio. Desse modo, pode resultar em um maior engajamento, apreciação e conscientização.

Os estudos de Tilden mudaram a visão acerca da interpretação. Nesse sentido, a interpretação do patrimônio, de acordo com Tilden (1957) em *Interpreting Our Heritage* (apud Murta e Goodey, 2002, p.14), trata-se de “atividade educacional que objetiva revelar significados e relações através da utilização de objetos originais, de experiência em primeira mão, bem como de mídia ilustrativa, em vez de simplesmente comunicar informações factuais”. Ou seja, não somente revela informações factuais, mas amplia o sentido do visitante e/ou comunidade local e transforma a experiência.

Como ressalta Tilden (1978), revelar significados subjacentes ao que vemos é um dos principais objetivos da interpretação. Assim, “o principal objetivo da interpretação não é a instrução, mas a provocação” (Tilden, 1978, p. 9). Dessa forma, ao proporcionar uma experiência enriquecedora aos visitantes, a interpretação do patrimônio se torna uma ferramenta essencial para promover a conservação dos bens culturais e naturais.

No Brasil, Murta e Albano (2002), em sua obra “Interpretar o Patrimônio: um Exercício do Olhar”, descrevem a construção e significado da interpretação patrimonial em diferentes locais relacionados ao turismo, no território brasileiro e em outros países que utilizam essa forma de comunicação estratégica.

Murta e Albano (2002), bem como Murta e Goodey (2005), revelam a importância desse tipo de instrumento de comunicação acerca dos estudos de interpretação do patrimônio. De acordo com Murta e Albano (2002, p. 10), “o principal foco da interpretação é estabelecer uma comunicação efetiva com o visitante, mantendo importantes interfaces com o turismo, a preservação do patrimônio e o desenvolvimento cultural das comunidades locais”. Por meio da interpretação do patrimônio, é possível despertar nos visitantes um senso de pertencimento e identidade com o local visitado.

Murta e Goodey (2005) destacam que “a interpretação eficaz deve ser capaz de suscitar sentimentos de ligação emocional entre as pessoas e os lugares”. Assim, ao promover uma conexão mais profunda entre os indivíduos e o patrimônio, a interpretação se torna uma poderosa ferramenta para sensibilizar as pessoas sobre a importância da preservação cultural e ambiental.

De acordo com o ICOMOS (2008, p. 1), que se dedica ao estudo, documentação e proteção de sítios culturais, em sua carta patrimonial “Interpretação e Apresentação de Sítios de Patrimônio Cultural”, de 2008,

A interpretação refere-se ao conjunto das atividades destinadas a aumentar a sensibilização do público e a melhorar a sua compreensão do sítio cultural. Pode incluir publicações impressas e eletrônicas, conferências, instalações *in situ*, programas educativos, atividades comunitárias, de investigação e formação, bem como sistemas e métodos de avaliação contínua do próprio processo de interpretação (ICOMOS, 2008, p. 1).

O documento do ICOMOS (2008) destaca, ainda, a importância da apresentação de meios técnicos, como painéis informativos, exposições de tipo museológicos, passeios a pé, palestras, visitas guiadas e aplicações multimídia, quando se há um centro de visitantes para se comunicar com os usuários. À vista disso, a carta reconhece que a “interpretação e a apresentação fazem parte do processo de conservação e gestão do patrimônio cultural” (ICOMOS, 2008, p. 2). Dessa forma, os planos interpretativos podem ser aliados, e já vêm sendo utilizados na gestão de parques, áreas naturais e sítios arqueológicos, além de outros sítios culturais.

O ICMBio, no ano 2018, também preocupado com a interpretação do patrimônio natural nas UC brasileiras, publicou o documento “Interpretação Ambiental nas Unidades de Conservação Federais”, que apresentou como diretrizes princípios norteadores.

- Desenvolver ações de interpretação ambiental nas unidades de conservação federais e centros nacionais de pesquisa e conservação de acordo com os conceitos, métodos e roteiros adotados pela Coordenação Geral de Uso Público e Negócios – CGEUP.
- Elaborar os planos e produtos interpretativos com o objetivo de contribuir para a divulgação da missão institucional e dos objetivos das unidades de conservação e centros nacionais de pesquisa e conservação, em busca de apoio da sociedade para o cumprimento dessa missão.
- Conceber planos e produtos interpretativos baseados em informações técnico-científicas e socioculturais, capazes de ir além de fornecer dados, e que transmitam mensagens que se conectem com as experiências individuais e provoquem emoções e reações no público.
- Planejar as ações de interpretação ambiental de acordo com cada público que se pretende alcançar, utilizando técnicas diversificadas. Utilizar os planos e produtos interpretativos, sempre que possível, para orientar e qualificar as oportunidades recreativas oferecidas pelas unidades e os serviços de apoio às visitas prestadas por terceiros.
- Monitorar as ações de interpretação ambiental de forma sistemática, com o objetivo de aprimorá-las, avaliar seu impacto e o atendimento dos objetivos para os quais foram desenvolvidas (ICMBio, 2018, p. 16-17).

A publicação do ICMBio cita Ham e Weiler (2005, *apud* ICMBio, 2018, p. 47) que afirmam que os objetivos das ações de interpretação do patrimônio podem ser entendidos como:

- Proteger os visitantes de perigos no local.
- Proteger o patrimônio.
- Melhorar as experiências dos visitantes.
- Fortalecer a Instituição.

O documento, ainda, diferencia interpretação ambiental de educação ambiental; sendo essa última parte do contexto da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental - ENCEA, “... um processo político que tem ainda princípios como a justiça ambiental, o pensamento crítico e a emancipação” (ICMBio, 2018, p. 16).

Assim, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2006, *apud* ICMBio, 2018, p. 13) a interpretação ambiental pode ser entendida como “uma maneira de representar a linguagem da natureza, os processos naturais, a inter-relação entre o homem e a natureza, de maneira que os visitantes possam compreender e valorizar o ambiente e a cultura local”.

Durante a oficina da Equipe Técnica Ampliada de Interpretação Ambiental, realizada no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros de 19 a 23 de junho de 2017, o ICMBio (2018, p. 14) complementou que a interpretação ambiental é um “conjunto de estratégias de comunicação destinadas a revelar os significados dos recursos ambientais, históricos e culturais, a fim de provocar conexões pessoais entre o público e o patrimônio protegido”.

O documento do ICMBio (2018, p. 14) ainda aponta que a interpretação ambiental é também uma ferramenta de manejo de UC, que ajuda na redução dos impactos ambientais, não sendo somente uma instrução, mas uma provocação.

A interpretação ambiental, portanto, é uma eficaz ferramenta de manejo de UC que ajuda, de maneira direta, na redução dos impactos ambientais negativos e na potencialização dos impactos sociais positivos e, de forma indireta, no aumento dos impactos econômicos positivos decorrentes da atividade de visitação (ICMBio, 2018, p. 14).

A interpretação do patrimônio ocupa um papel fundamental na promoção da educação, na valorização das experiências dos visitantes e na preservação dos bens patrimoniais. Por meio dela, é possível criar laços mais estreitos entre as pessoas e seu entorno histórico-cultural, incentivando a conscientização e o cuidado com o legado comum a todos.

Nesse sentido, os planos interpretativos tendem a ser incorporados como orientadores da gestão de sítios históricos, áreas naturais e sítios arqueológicos, e na formulação de políticas

de preservação e de turismo, “para melhor atender à crescente demanda por sustentabilidade integral do patrimônio” (Murta e Albano, 2002, p. 19).

Murta e Albano (2002) defendem que a interpretação patrimonial pode fomentar, por meio do desenvolvimento de projetos turísticos e culturais em áreas naturais ou sítios arqueológicos, a interação com a comunidade, tendo como aliado o crescimento local sustentável.

Ainda, de acordo com Murta e Goodey (2005 p. 13),

A interpretação do patrimônio, em sua melhor versão, cumpre uma dupla função de valorização. De um lado, valoriza a experiência do visitante, levando-o a uma melhor compreensão e apreciação do lugar visitado e, de outro, valoriza o próprio patrimônio, incorporando-o como atração turística (Murta; Goodey, 2005, p. 13).

Segundo Murta e Albano (2002, p. 20), são três as etapas de elaboração de um plano interpretativo: (i) Inventário e registro de recursos, temas e mercados; (ii) Desenho e montagem da interpretação; (iii) Gestão e promoção.

Antes mesmo da elaboração de um plano interpretativo, questiona-se quais seriam os objetos para a interpretação do patrimônio; o que há para ser interpretado na região; se as autoridades de planejamento, cultura, educação, meio ambiente, lazer e turismo estarão presentes na construção do projeto; se o objeto se relaciona com o ambiente à sua volta; qual é o papel da comunidade e quais são os interesses do público-alvo. Essa etapa contribui, assim, para a construção de uma atmosfera propícia para os visitantes e/ou turistas e comunidade local, sendo chamado de experiência interpretativa (Murta e Albano, 2002, p. 20).

Assim, na fase de (i) Inventário e registro de recursos, temas e mercados, levanta-se e organiza-se os recursos, temas e mercados, para apoiar o que as autoras denominam de “experiência interpretativa”.

Os recursos, de acordo com Murta e Albano (2002, p. 20), são “todos os recursos culturais, técnicos e financeiros ...” que deverão ser levantados, envolvendo diferentes esferas e setores, tanto da administração pública quanto da comunidade. Quanto aos temas, “um inventário ... proporcionará os elementos significativos que definem o caráter único do lugar [...]”. Ou seja, “a estruturação de evidências materiais é essencial para propiciar a base de um conceito eficaz de interpretação para a valorização [...]” (Murta e Albano, 2002, p. 21). Deve-se, também, definir os mercados e público-alvo específicos para potencializar o alcance de resultados.

Na segunda fase, (ii) Desenho e montagem da interpretação, são utilizadas diversas técnicas e meios de comunicação junto ao visitante, e a escolha de meios e técnicas de interpretação se dá tendo em vista o objeto interpretado e público-alvo (Murta e Albano, 2002, p. 22).

Por fim, na fase terceira, (iii) Gestão e promoção – fase crucial, segundo Murta e Albano (2002, p. 22), em relação a gestão de um plano de interpretação para garantir a preservação e atualização das instalações e materiais de interpretação, “a publicidade nos diversos meios de comunicação deve ser planejada de modo a promover o evento, o lugar ou a coleção interpretada [...]” (Murta e Albano, 2002, p. 23).

Algumas formas citadas pelas autoras para promover um lugar são as celebrações, festivais, eventos, manifestações artísticas e ações que enriquecem a comunidade e tradições locais (Murta e Albano, 2002, p. 23). Esses tipos de prática, que têm como objetivo uma experiência interpretativa, podem ser variadas e podem ocorrer em parques, áreas naturais e sítios arqueológicos.

No próximo tópico são apresentados alguns tipos e técnicas de interpretação do patrimônio

1.3. Instrumentos e técnicas de interpretação do patrimônio

São inúmeros os instrumentos e técnicas de interpretação do patrimônio. Murta e Albano (2002, p. 24) destacam três categorias de instrumentos e técnicas de interpretação: ao vivo; por meio de textos e publicações; e, com base no design.

A interpretação ao vivo, que também pode ser denominada como interpretação pessoal, pressupõe um condutor ao expressar a essência e forma do lugar, transformando-o em uma atração turística consolidada (Murta e Albano, 2002, p. 24).

A interpretação por textos e publicações (não pessoal) se utiliza, principalmente, de materiais impressos, sendo mapas ilustrados, panfletos, *banners* e outros que possam melhorar a percepção do visitante daquele local ou patrimônio. Ainda de acordo com Murta e Albano (2002, p. 26), esse tipo de material tem como objetivo, antes de tudo, provocar a curiosidade do usuário.

Quanto aos mapas, de acordo com Martins e Fiori (2020) e Fiori (2020, 2017 e 2010 *apud* Fiori et al, 2024, p. 9), são desenvolvidos com o intuito de orientação ao visitante, portanto seu público-usuário é o turista, o morador local e/ou o excursionista.

[...] os mapas realizados para orientação do visitante (para quê) têm como público-usuário potencial o turista, o morador local e/ou o excursionista (para quem), um produto que se preocupa tanto com o deslocamento do visitante quanto com a venda do espaço turístico (o porquê). Esse tipo de mapa temático se estabelece a partir de três aspectos de produção essenciais: meio de informação, meio de divulgação e é desenvolvido, potencialmente, para usuários leigos na semântica cartográfica (Martins e Fiori, 2020; Fiori 2020, 2017 e 2010 *apud* Fiori et al, 2024, p. 9).

Nesse sentido, os mapas de orientação atuam como meio de divulgação, “criando condições para que o usuário se interesse e até mesmo visite o(s) elemento(s) representado(s) antes de conhecê-los *in loco*” (Fiori et al., 2024, p. 9). Esses mapas, geralmente, são desenvolvidos para todos os públicos, especialmente em países como o Brasil, que “[...] possui uma grande deficiência no ensino da cartografia, logo, é preciso conceber mapas que ofereçam informações de fácil decodificação” (Fiori et al, 2024, p. 10).

A interpretações com base no design (não pessoal), pode abranger placas, painéis, letreiros – meios estáticos de exibição e, até mesmo, meios animados de interpretação, que se utilizam amplamente do design. Podem ser encontrados na forma de sinalização e placas de rua. Os textos devem ser curtos e diretos, facilitando a compreensão do visitante. No caso dos meios animados de exibição, dependem, de acordo com Murta e Albano (2002, p. 30), de instrumentos mecânicos e eletrônicos, como som, luz, imagem e movimento.

Museus, sítios históricos e monumentos passaram a incorporar interpretação pessoal, que envolve guias, monitores, atores em encenações e outras atividades interativas e que há interação humana presencial. De acordo com Murta e Albano (2002, p. 15), “a interpretação ao vivo, também chamada de interpretação pessoal, pressupõe de um ator, um guia ou um expert contando casos, atuando, cantando, conversando, demonstrando, ilustrando e explicando temas e processos a visitantes”. Palestras, trilhas, demonstrações e performances ao vivo são importantes formas de interpretação pessoal.

Ainda de acordo com Murta e Albano (2002, p. 25), as “evidências mostram que a interpretação pessoal é bastante eficaz para expressar a essência do lugar e dar vida a um objeto, transformando-os em atração turística bem-sucedidas”.

Delgado e Pazos (2013) citam a interpretação guiada e/ou autoguiada. A interpretação guiada é uma forma de comunicação que vai além de simplesmente transmitir informações acerca do patrimônio. De acordo com Delgado e Pazos (2013, p. 15), as interpretações guiadas requerem um número reduzido de pessoas e depende de condutores e guias disponíveis para realizar o trabalho de guiamento. Nesse contexto, a experiência do visitante pode ser

transformada ao conectá-lo ao espaço ao seu redor, e estaria condizente com a interpretação ao vivo citada por Murta e Albano (2002).

Como instrumentos auxiliares à interpretação, o condutor/ guia pode utilizar outros instrumentos de interpretação (textuais, de designer, ou tecnológicos), como áudio (por exemplo, na observação de pássaros é comum o guia fazer uso de *playback* para atrair espécies); placas com imagens (muito utilizada em visita a áreas com vegetação restaurada, destacando o antes e o depois), etc., ou mesmo técnicas de dinâmicas de grupo.

A interpretação guiada é muito comum nas UC no Brasil e no mundo. Como exemplo, citam-se as interpretações ao vivo, incluindo “demonstrações, representações e performances, excursões a pé, de bicicleta ou motorizada” (Murta e Albano, 2002, p. 24) que podem ser adaptadas em roteiros ajustados à idade, ao interesse e cultura do visitante.

Nas caminhadas e excursões guiadas, de acordo com Murta e Albano (2002, p. 39), “os visitantes são conduzidos por um guia que os acompanha pessoalmente, e fornece explicações no local. Tal interpretação ao vivo requer, como vimos anteriormente, habilidades especiais e treinamento profissional do intérprete”.

A interpretação autoguiada, de acordo com Costa (2009), é realizada com mediação de ferramentas, materiais e recursos com os quais os visitantes possam explorar o patrimônio por conta própria, como, por exemplo, mídias impressas como folders, folhetos e mapas; as placas informativas e interpretativas disponíveis nas trilhas e espaços; banners; sinalizações; e outros materiais; além das mídias interativas, como: televisores *touch*; vídeos interativos; projeções em salas equipadas; e, outras. Essas últimas coincidem em partes com os instrumentos textuais e de designer citas por Murta e Albano (2002).

Leff (2003) destaca, também, as trilhas como instrumentos/ técnicas interpretativas que consistem em informar e problematizar temas ambientais a partir do contato direto com o meio ambiente. Neste caso, no decorrer da trilha, quando há condutor, este realiza atividades transmitindo informações relativas ao espaço geográfico.

Outro importante instrumento de interpretação do patrimônio muito presente nas UC, são os centros de visitantes. Os centros de recepção aos visitantes podem servir como uma introdução à atmosfera e cultural local para quem queira conhecer o espaço, sendo um dos meios mais utilizados a fornecer informações prévias sobre o espaço. De acordo com Murta e Albano (2002, p. 19), “os centros de visitantes e trilhas interpretativas são os exemplos mais evidentes desta prática”, sendo um grande aliado à interpretação ambiental e do patrimônio”.

Delgado e Pazos (2013, p. 15) discutiram as vantagens e desvantagens de cada tipo de instrumento de interpretação do patrimônio, levando em consideração os tipos mais utilizados em áreas protegidas.

Quadro 1: Instrumento de interpretação – vantagens e desvantagens

INSTRUMENTO DE INTERPRETAÇÃO	VANTAGENS	DESVANTAGENS
Trilhas	<p>O contato direto com o espaço ao redor é um dos principais diferenciais da interpretação a partir de trilhas;</p> <p>Pode-se contar com a interpretação autoguiada e guiada a partir de condutores capacitados;</p> <p>Podem ser realizadas tanto por experiências guiadas, quanto autoguiadas.</p> <p>As trilhas e roteiros podem ser classificadas como (Murta; Albano, 2002, p. 37):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Temáticas • Espaciais • Gerais 	<p>No caso da interpretação guiada, pode ter um elevado custo se comparado a outros meios de interpretação patrimonial por conta de haver a necessidade de condutores capacitados;</p> <p>Os meios de interpretação patrimonial disponíveis na trilha podem causar impacto visual ou até mesmo poluição sonora.</p>
Placas interpretativas ²	<p>Pode ser fixado em pontos de interesse muito visitados por usuários, proporcionando uma experiência significativa;</p> <p>Baixo custo de produção e manutenção;</p> <p>Pode servir como apoio para a interpretação guiada;</p> <p>A produção pode considerar diferentes idiomas no desenvolvimento do material.</p>	<p>Esses materiais podem causar impacto visual diante da paisagem;</p> <p>Apesar de serem ótimas alternativas levando em consideração o custo-benefício, podem precisar de condutores capacitados para que dúvidas sejam respondidas;</p> <p>Materiais expostos ao vandalismo.</p>
Centro de visitantes	<p>Os centros de visitantes podem oferecer uma estrutura capaz de receber os usuários, sendo propício para exposições, difusão de informações sobre o local;</p> <p>Pode ser utilizada também como sala de aula para a capacitação de novos guias da região;</p> <p>Podem contribuir para criar uma experiência significativa ao usuário.</p>	<p>O alto custo de produção e manutenção, pode causar contratempos a gestão daquele patrimônio;</p> <p>Depende, em grande parte dos casos, da participação de condutores, recepcionistas e guias capazes de recepcionar os usuários e visitantes, elevando o custo de operação;</p> <p>Requerem planejamento prévio para a instalação em locais estratégicos.</p>

² Observações: pode-se considerar folders, banners, mapas de orientação gravados em placas etc.)

Folheteria, mapas	De acordo com Murta e Albano (2002, p. 25-26), “Mapas ilustrados, guias e roteiros, <i>folders</i> e cartões postais são elementos básicos em qualquer esquema de interpretação. Esse tipo de material pode valorizar a experiência; Pode ser usado como souvenir, além de orientar os visitantes em meio ao espaço/tempo.	Surge a cautela com o uso do papel: utiliza-se o reciclado, a priori; Cobrar pelo material é uma das possibilidades para a valorização do produto; Desequilíbrio entre o conhecimento e entusiasmo do autor, e a capacidade e interesse do visitante.
-------------------	--	---

Fonte: adaptado de Delgado e Pazos (2013, p. 15) e ampliado pelo autor (2025).

O Guia Brasileiro de Sinalização Turística (EMBRATUR, 2001) ainda traz importantes orientações ao sistema sinalético que deve ser considerado em um plano de interpretação para uma UC ou uma área histórica.

Placas, totens e o sistema sinalético podem ser classificados em cinco tipos (Costa, 1987): (i) indicativo – que orienta, direciona os visitantes; (ii) informativo – com textos, fotos e mapas possibilitam informações mais detalhadas sobre o local visitado; (iii) educativo – com recomendações de comportamento, buscando harmonia entre visitante visitado; (iv) advertência – com alerta aos visitantes sobre condições de potencial perigoso; (v) promocional – que objetiva a divulgação do produto ou serviço.

Neste sentido, as placas podem servir como material de apoio para os condutores, que utilizam essas informações para ilustrar o que se deseja transmitir, assim como é uma das formas mais utilizadas em trilhas autoguiadas e/ou interpretativas, sendo de fácil manutenção.

Em sinalizações turísticas não é incomum a utilização de símbolos pictóricos, por facilitar a compreensão da informação representada. O símbolo se estabelece a partir do conceito de signo, ou seja, é um elemento que representa o objeto, mas não é o objeto, apenas está no lugar dele (Santaella, 1983). O signo simbólico, ou simplesmente o símbolo, pode ser dividido em dois tipos: convencionais e figurativos/pictóricos.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003, p. 6), “os signos ou símbolos turísticos não podem apresentar um sentido obscuro baseado em um código especial que pode ser decifrado apenas por pessoas treinadas ou que tenham acesso a ele”. Esses símbolos devem ser claros e objetivos, abrangendo grande parte dos tipos de público, idiomas, nacionalidades e culturas.

Em geral, os pictogramas são representações gráficas que descrevem objetos, atividades ou conceitos por meio de desenhos figurativos, não-verbais, devendo ser diretos, de fácil

compreensão e autoexplicativos. Este tipo de símbolo facilita o processo de comunicação por descrever “graficamente objetos, atividades ou conceitos por meio de desenhos figurativos, não-verbais devendo ser diretos, de fácil compreensão e autoexplicativos” (Fiori, 2010, p. 382), principalmente os tipos figurativos, por possuírem uma vocação mimética de sua imagem, ou seja, sugerem a aparência do elemento representado.

Souza (1992, p. 141) conceitua pictograma como:

[...] signos de comunicação visual, gráficos e sem valor fonético, de natureza icônica figurativa e de função sinalética. São autoexplicativos e apresentam como principais características: concisão gráfica, densidade semântica e uma funcionalidade comunicativa que ultrapassa as barreiras linguísticas.

De acordo com o Guia Brasileiro de Sinalização Turística (EMBRATUR, 2001, p. 5.2.2.1), os pictogramas,

Corresponde às ilustrações que sintetizam os tipos de atrativo turístico e de serviço auxiliar, cujo uso é recomendado para facilitar a identificação do destino, complementando a função do topônimo e melhorando o esquema de comunicação com o usuário. O pictograma deve ser de fácil identificação a distância, constituído por um símbolo na cor preta, sobre campo na forma quadrada de cor branca. Apresenta dimensão variável, conforme tipo de placa e sua visualização na via (EMBRATUR, 2001, p. 5.2.2.1).










Nesse contexto, é possível identificar três categorias distintas de pictogramas: figurativos, semânticos e abstratos. Os pictogramas figurativos são os mais frequentemente utilizados; no entanto, os semânticos também fazem amplo uso de elementos figurativos, incorporando, contudo, a noção de movimento em sua composição.

Na contemporaneidade, devido ao aumento do fluxo de viagens e facilidades de mobilidade que a tecnologia de transporte nos possibilita, facilitando a viagem para lugares cada vez mais distantes e com culturas mais diversas das nossas, a demanda por uma simbologia mais universal passa a ser, ainda mais, necessária. Assim, a utilização desses pictogramas se torna cada vez mais popular, podendo ser vistos em aeroportos, rodoviárias e locais com grande circulação de pessoas, sítios históricos, áreas naturais etc. (Carneiro, 2001, p. 14).

O quadro a seguir traz os principais pictogramas utilizados em atrativos turísticos naturais e que são importantes para a interpretação desse tipo de patrimônio.

Quadro 2: Pictogramas utilizados em atrativos turísticos naturais

Identificação	Código	Utilização	Pictogramas
---------------	--------	------------	-------------

Montanha	TNA-01	Montanhas, picos e áreas montanhosas	
Praia	TNA-02	Praias marítimas, lacustres e fluviais	
Ilha	TNA-03	Ilhas marítimas, lacustres e fluviais	
Rio, lago, lagoa	TNA-04	Rios, lagos ou lagoas	
Cachoeira	TNA-05	Cachoeiras e quedas de água	
Patrimônio natural	TNA-06	Áreas naturais conservadas, públicas ou privadas, com visitação permitida e reconhecidas como de interesse de preservação	
Gruta	TNA-07	Grutas e cavernas, com visitação permitida e reconhecidas como de interesse de preservação	
Turismo rural	TNA-08	Serviços de hospedagem, alimentação, lazer, compras e outros relacionados ao meio rural.	
Estância hidromineral	TNA-09	Localidades ou empreendimentos situados junto a fontes de água mineral, com propriedades terapêuticas ou de revigoramento	

Fonte: EMBRATUR (2001, p. 5.2.1.1), adaptada pelo autor (2025).

Após tratar dos principais instrumentos e técnicas de interpretação do patrimônio presentes em UCs e de alguns elementos de padronização importantes para uma boa comunicação a partir de tais instrumentos e técnicas, é importante exemplificar as boas práticas em planos de interpretação do patrimônio em UCs do Brasil.

1.4. Exemplos e boas-práticas em planos de interpretação do patrimônio em UCs do Brasil

O Parque Nacional da Tijuca, onde está o monumento o Cristo Redentor, é uma UC brasileira de proteção integral, tombado pelo IPHAN devido à sua importância cultural em 1967, conforme o processo 762-T-1962, e constitui-se um exemplo onde são observadas estratégias de interpretação do patrimônio.

O plano de manejo da UC (ICMBio, 2008) conta com um tópico especialmente dedicado ao tema, e conteúdos expositivos, assim como o modelo dos painéis e indicativos – sinalização, que tem como foco as exposições sobre o patrimônio integral (natural e cultural).

O Parque Nacional da Tijuca conta um centro de visitantes moderno e interativo, criado a partir de uma edificação histórica na região das Paineiras, com painéis e televisores *touch*, além de serviço de guia e condução para favorecer essa interpretação, o que faz do local referência em recepção aos visitantes, com uma rede de comunicação de conteúdos interpretativos.

A construção do antigo hotel foi inaugurada por D. Pedro II em 1884, antes do Cristo Redentor, e já recebeu presenças ilustres como os presidentes Washington Luís, Getúlio Vargas, Café Filho e Sarah Bernhardt. Além disso, em 1962, serviu como concentração da seleção brasileira, hospedando ícones como Pelé e Garrincha. Em 2016, ele foi revitalizado e se tornou o Centro de Visitantes, um importante ponto turístico do Rio (Paineiras-Corcovado, 2016).

No Centro de Visitantes Paineiras se destaca meios técnicos, como painéis informativos, exposições de tipo museológicos, palestras, visitas guiadas e aplicações multimídias de cunho tecnológico e receptivo. De acordo com Paineiras-Corcovado (2020), a exposição “Floresta Protetora” conta com maquetes, projeções interativas e simulações de ecossistemas. Nesse contexto, conta-se a história do Parque Nacional da Tijuca de outras perspectivas, envolvendo e convidando os visitantes a mergulharem nesse universo e conhecerem mais sobre a UC.

Figura 1: Exposição Floresta Protetora no Centro de Visitantes Paineiras



Foto: Site Paineiras-Corcovado/Divulgação.

O consórcio Paineiras-Corcovado, que atua no Parque Nacional da Floresta da Tijuca, conta com trabalhadores de diversas áreas, sendo eles turismólogos, geógrafos, historiadores, agentes ambientais, entre diversos outros, que contribuem para tornar a experiência muito mais atrativa e convidativa para os visitantes.

Ainda, de acordo com o Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca (ICMBio, 2008, v. III, p. 8), entre os instrumentos de interpretação do patrimônio existentes na UC, destaca-se os painéis e totens. O documento traz orientações quanto à padronização destes instrumentos.

Os painéis de parede terão 1.20m de área expositiva e serão afixados a 0,80cm livres de distância do piso. Serão constituídos por placas PVC branco, de 2mm, sinalizados através de impressão jato de tinta em vinil, montados e laminados, fixados por parafusos. Receberão textos e fotografias impressos após escaneamento, tratamento e adesivamento (película adesiva de vinil). Os painéis centrais e módulos serão em compensado naval estruturado, em madeira de lei, revestidos com laminado melamínico texturizado na cor branco fosco, em toda sua superfície, com 2 m de altura e larguras variadas, recebendo superpostas, placas de PVC, idênticas às de parede.

- Totens: Existirão 4 totens, de metal preto, sendo o primeiro de sinalização e indicação (80 x 2.00m) e ficará no hall de entrada do Centro de Visitantes. Os 3 restantes (30 x 2.00m) apresentarão as fases I, II e III e ficarão dentro da sala de exposição. Receberão o mesmo processo de escaneamento, tratamento e adesivamento dos painéis acima mencionados.

- Vitrine: Vitrine em madeira e metal anodizado preto e vidro, de 2.00 x 0,70 x 0,30cm para objetos arqueológicos (n.º 18), com 1.60 de área interna e 4 prateleiras de vidro.

- Base de Madeira: Existirão duas bases de madeira, retangulares, para suporte da maquete (Nº 23) e do terrário (Nº 29).

- Armários: Existirão 3 armários, embutidos em painéis/módulos de madeira, com prateleiras, para guarda de desumidificadores e aparelhagem de som (ICMBio, 2008, v. III, p. 8).

A UC recebe diariamente guias de turismo que se utilizam dos instrumentos interpretativos espalhados por todo seu território, como placas interpretativas, a exemplo da disposta na imagem a seguir, que destaca o “Caminho da Mata Atlântica”.

Figura 2: Placa na Floresta da Tijuca



Foto: Autor (2023).

Os visitantes também podem fazer uso dos instrumentos de interpretação para se autoguiarem nas diversas trilhas ali disponíveis.

Dessa forma, é evidente que a sensibilização é um dos principais direcionamentos da UC, e o enfoque didático preza pela interpretação dos recursos naturais, como, por exemplo, dando evidenciando o antes e o depois do reflorestamento na unidade.

O lazer e o turismo, desde o surgimento do Hotel das Paineiras nessa região, tornaram-se pilares importantes para a população da cidade. Fernandez (2011) destaca que “a inauguração, em 9 de outubro de 1884, da Estrada de Ferro do Corcovado e do Hotel das Paineiras, que contou com a presença da Família Real, confirmou a vocação da localidade como área de lazer e turismo para a população da cidade”.

No entanto, a interpretação no Parque Nacional da Tijuca, além de fornecer informações e ensinamentos sobre o monumento histórico e atrativo turístico, deve tocar na pauta da importância da preservação ambiental, uma vez que o parque não só é um atrativo turístico, mas desempenha um papel crucial como UC. Portanto, é necessário disseminar a importância de uma área verde em meio à urbanização densa da metrópole do Rio de Janeiro. Educadores, guias

e pesquisadores espalhados por toda a UC, especialmente nas áreas que recebem mais visitantes e turistas, devem atuar para proporcionar uma interpretação significativa do local.

No que tange a importância da patrimonialização de UCs, Fernandez (2011) afirma que o Parque Nacional da Tijuca foi um dos precursores nesse sentido, (re)afirmando a necessidade de preservar a paisagem, além da fauna e flora.

Sua transformação em patrimônio histórico indica uma perspectiva reflexiva de construção de um passado nacional, sobretudo como um registro significativo das realizações do Brasil imperial e como manifestação de uma dimensão civilizatória sobre a natureza, além do registro da história da ocupação do maciço e dos diferentes usos que ali se estabeleceram. Contudo, deve-se destacar que outro sentido atribuído à natureza fez com que esta se tornasse um bem passível de ser protegido como patrimônio nacional. Trata-se da valorização da natureza em seu estado "selvagem", que por ser única em suas características paisagísticas, mas também de fauna e flora, pode expressar de forma autêntica uma nação. Tais representações foram construídas aos poucos, nos debates sobre parques nacionais e sem dúvida também foram, aos poucos, atribuídas ao Parque da Tijuca (Fernandez, 2011, p. 7).

Nesse mesmo contexto, de exemplos de sucesso e boas práticas no que tange aos instrumentos e técnicas de interpretação patrimonial em UC, o Parque Nacional do Iguaçu (PNI), ganha evidência com seu Programa de Interpretação Ambiental, aprovado em fevereiro de 2023, pela gestão da UC.

De acordo com o Programa de Interpretação Ambiental do PNI (ICMBio, 2023, p. 9-10), as justificativas para implementar um plano interpretativo foram:

- Aprofundar a interpretação ambiental como forma de dar significado às atividades de visitação;
- Planejar o uso público de forma a contemplar a qualificação dos condutores de visitantes, a sinalização e a política de inclusão para pessoas com deficiência;
- Monitorar a relação entre a visitação e os aspectos biofísicos, em especial aqueles relacionados às espécies-chave para a conservação; e
- Valorizar o patrimônio histórico-cultural (ICMBio, 2023, p. 9-10).

A missão de uso público declarada pela UC é “transformar visitantes, vizinhos e parceiros em aliados da conservação por meio de experiências e de oportunidades que provoquem sentido e conexão com a natureza” (ICMBio, 2023, p. 10).

Com a implementação dos projetos, espera-se:

- Aprimorar a qualidade, promover e incentivar a diversificação das experiências dos visitantes, favorecendo a conexão com a natureza.
- Buscar a aproximação das populações locais com o PNI, fortalecendo laços e sentimentos de pertencimento, pelo (re)conhecimento de seus significados e relevância no contexto regional, nacional e internacional.
- Articular possibilidades de intercâmbio de experiências e de gestão compartilhada no desenvolvimento de projetos específicos de interpretação ambiental

que sejam de interesse comum com o Parque Nacional Iguazú, visando fortalecer as relações binacionais com a Argentina.

- Qualificar a visitação com objetivos educacionais para diferentes perfis de público, sensibilizando quanto a importância do parque para a conservação da socio biodiversidade.
- Fortalecer as parcerias e o engajamento da sociedade em prol do PNI (ICMBio, 2023, p. 10).

Dessa forma, as principais premissas têm como base uma interpretação universal, incentivando o uso de alternativas de interatividade e de experiências multissensoriais (ICMBio, 2023, p. 16). Entre as propostas, destaca-se a readequação do *website* do PNI; do áudio do ônibus; desenvolvimento de sinalização geral e interpretativa, englobando o centro de visitantes; sinalização das trilhas de caminhada; e outras.

Após discutir sobre a importância dos instrumentos e técnicas de interpretação do patrimônio, parte-se para a caracterização do patrimônio iguaçuano – explorar o território e o objeto de estudo dessa dissertação: o patrimônio iguaçuano, especialmente o PNMNI.

CAPÍTULO II

PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU NA BAIXADA VERDE

Nova Iguaçu está situada na RMRJ, na Baixada Fluminense, e é um dos municípios mais influentes da região devido a sua importância econômica e social. Neste contexto, o PNMNI se estabelece como uma UC relevante para a região, tanto no que tange ao seu papel para a conservação da biodiversidade de uma pequena porção ainda remanescente de Mata Atlântica na Baixada Fluminense, quanto como um espaço de lazer e de potencial turístico, o que demonstra sua importância socioterritorial e econômica.

O município de Nova Iguaçu compõe a região turística Baixada Verde, cujo diferencial é justamente a concentração de um terço dos remanescentes de Mata Atlântica presentes no estado do Rio de Janeiro, que se agrupam em suas UCs.

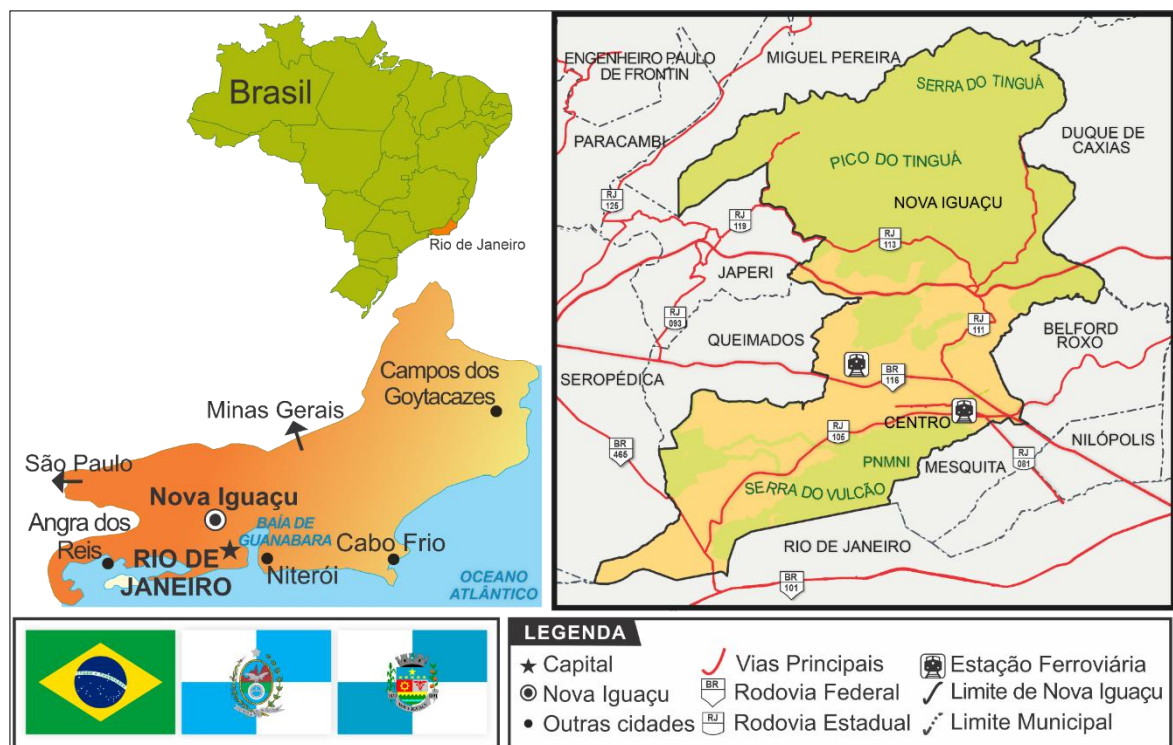
Neste sentido, o presente capítulo tem como objetivo caracterizar o município de Nova Iguaçu, a região da Baixada Fluminense, além do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI) e outros pontos de interesse, como paisagens naturais, sítios históricos, áreas de proteção etc., que contam a história, a cultura e os costumes do município.

2.1. O município de Nova Iguaçu e a Baixada Fluminense

Nova Iguaçu é o maior município da Baixada Fluminense em extensão territorial, e um dos maiores de todo o Estado do Rio de Janeiro, possuindo um território de 520,581 km², o que corresponde a 11,1% da área metropolitana (IBGE, 2022).

Localizado na parte central da RMRJ, o município faz fronteira com Belford Roxo, Queimados, Japeri, São João de Meriti, Mesquita, Duque de Caxias, Miguel Pereira, Seropédica e Rio de Janeiro, em uma posição estratégica, visto ser cortado pela Rodovia Presidente Dutra (BR 116), uma das mais importantes do país por ligar as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, e ser acessado por outras estradas federais, estaduais e municipais, bem como pela ferrovia (Linha Central-Japeri), como se observa no Mapa 1.

Mapa 1:Localização de Nova Iguaçu, limites e principais vias de acesso



Fonte: Autor (2022).

Com uma população de aproximadamente 785 mil habitantes (IBGE, 2022), o município exerce uma importante influência na Baixada Fluminense, tendo o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) da região, somente atrás de Duque de Caxias (IBGE, 2022). No entanto, apesar da riqueza dos municípios citados, a região sofre com estereótipos que reverberam na autoestima de milhões de pessoas, no desenvolvimento socioterritorial e turístico da região.

A partir de 2017, discutiu-se sobre o desenvolvimento do turismo na região como oportunidade para superação da crítica realidade. Antes, denominada Região Turística Baixada Fluminense, na ocasião passou a nomear-se Baixada Verde. Tal discussão levou ao fortalecimento da articulação para o turismo regional, e muitos de seus municípios passaram a compor o Mapa do Turismo Brasileiro.

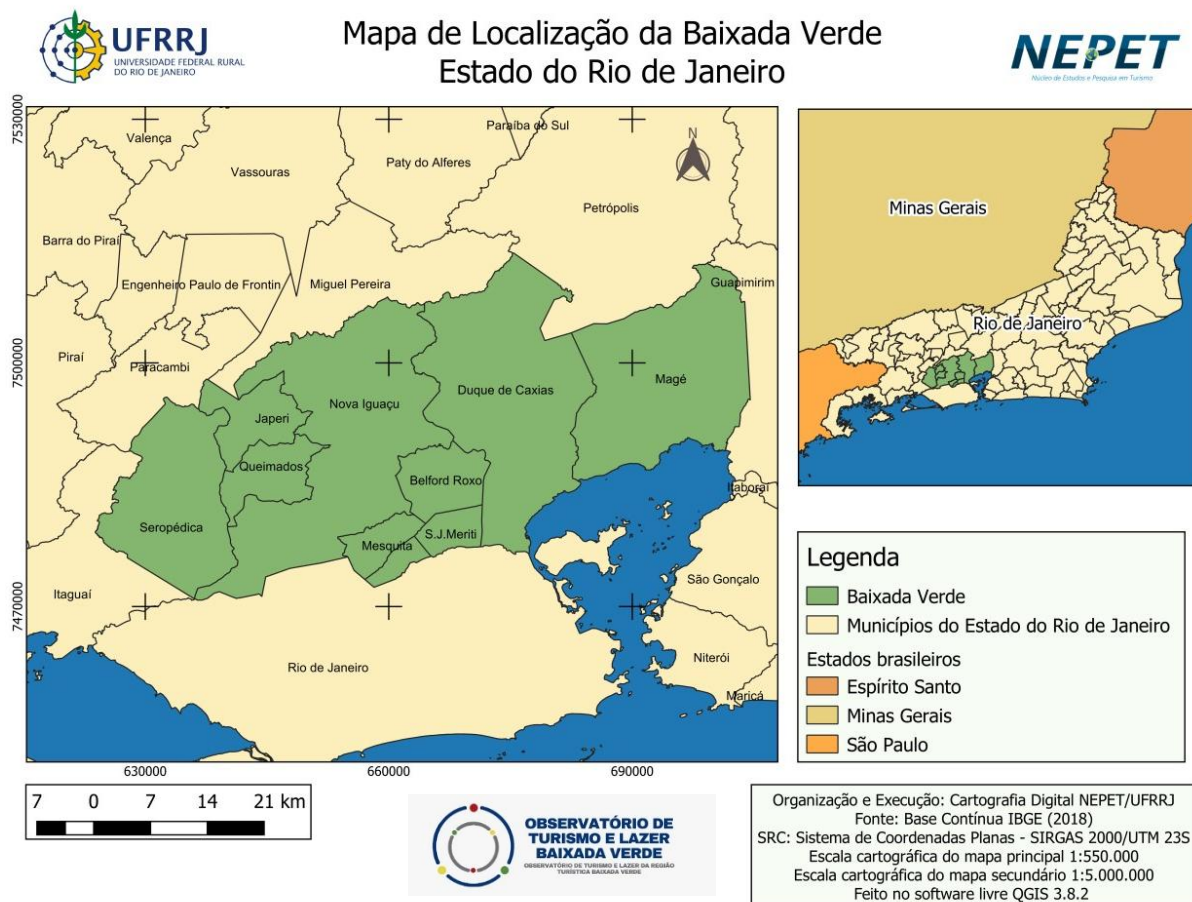
A região turística Baixada Fluminense, em virtude de uma invisibilidade política-territorial historicamente construída, até 2017, não teve o incentivo necessário para sua efetiva implementação. A partir da articulação política dos órgãos de turismo de alguns dos municípios da Baixada Fluminense e tendo como base pesquisas que constataram que a região metropolitana mantém 36,27% de seu território verde conservado, sendo, um terço - 10,96% - localizados nos 13 municípios que integram a Baixada Fluminense (SETUR, 2017), o nome da região turística Baixada Fluminense

foi repensado e alterado para região turística Baixada Verde (Observatório De Turismo E Lazer Da Região Turística Baixada Verde, 2024).

Desde então, inúmeras ações vêm sendo desenvolvidas. Entre elas está a criação do Observatório de Turismo e Lazer da Região Turística Baixada Verde, um grupo de pesquisa, ensino e extensão vinculado à UFRRJ para o qual esta pesquisa também contribui.

A Baixada Verde é uma das 12 regiões turísticas do Estado do Rio de Janeiro, juntamente com Águas do Nordeste, Agulhas Negras, Caminhos Coloniais, Caminhos da Mata, Caminhos da Serra, Costa do Sol, Costa Doce, Costa Verde, Metropolitana, Serra Verde Imperial e Vale do Café; abriga 10 dos 13 municípios da Baixada Fluminense: Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, São João de Meriti e Seropédica, a exceção é Guapimirim que está na região turística Serra Verde Imperial, Itaguaí, na Costa Verde, e Paracambi, no Vale do Café. O Mapa 2 ilustra os municípios que compõem a região.

Mapa 2: Localização da Baixada Verde no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Cartografia Digital NEPET UFRRJ/Observatório de Turismo e Lazer Baixada Verde (2018).

O destaque para o “Verde”, ao se nomear a região turística, justifica-se por concentrar um terço do remanescente de Mata Atlântica conservada do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Plano Estratégico da Região Turística Baixada Verde (Sebrae/RJ, 2018), e possibilita maior visibilidade e oportunidade de (re)posicionamento do destino turístico frente a segmentos como ecoturismo (Sebrae/RJ, 2018, p. 11). O território é repleto de cachoeiras, rios, poços e áreas verdes como recursos importantes para o desenvolvimento turístico da região e, consequentemente, para a valorização do patrimônio natural. No entanto, o patrimônio cultural da região não se limita ao natural, sendo, também, uma região de importância para a história nacional e potente em referências culturais imateriais.

O município de Nova Iguaçu se encontra em uma posição de destaque em referência aos bens culturais, tangíveis e intangíveis. Conta com espaços teatrais, de exposições artísticas e musicais e expressões culturais; festas populares de relevância regional e estadual que representam a cultura imaterial e que podem traduzir ruralidade e religiosidade ainda muito marcante em seus moradores, como as tradicionais Festa da Banana de Jaceruba, no bairro homônimo, Festa do Aipim, no bairro Tinguá, e a Festa de Santo Antônio, na área central do município (Angelo e Fogaça, 2020).

Além das festas religiosas, há também as que não guardam mais essa referência, como o Carnaval, sendo que em Nova Iguaçu há, aproximadamente, 20 escolas de samba; a Festa do Aipim, que teve origem em função do cultivo de aipim no bairro de Tinguá e em outras áreas do município, uma das festas mais conhecidas da Baixada Fluminense; a Festa da Banana, um evento de caráter popular, realizado pela Associação de Moradores de Jaceruba (Amoja) e pela Associação de Produtores de Jaceruba (Assoja), juntamente com a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu e seus órgãos representativos de incentivo e fomento, entre outras (Angelo e Fogaça, 2020, p. 203).

No trecho a seguir Angelo e Fogaça (2020) incluem manifestações religiosas e a Festa de Santo Antônio como parte do patrimônio imaterial ao trabalho de inventariação que realizaram, revelando sua importância para a história do município.

Foram inventariados ainda... elementos que compõem o patrimônio cultural imaterial presente no município, como as festas e celebrações religiosas, entre elas as Festas em louvor a Santo Antônio da Prata; a Santo Antônio; a São Jorge; a São Francisco de Assis, em Comendador Soares; e, ao Divino Espírito Santo; a Festa do Milho de Jaceruba, caracterizada como evento de caráter popular-religioso; a Folia de Reis, reconhecida como uma das mais relevantes manifestações do município... e as Festas dos ‘ciganos incorporados’ (Angelo e Fogaça, 2020, p. 203).

Recentemente, foi criado pelo Decreto municipal nº 12.789, publicado em 22 de junho de 2022, o Parque Histórico e Arqueológico de Iguassú Velha no território da antiga Vila de

Iguassú, onde está localizado e da Fazenda São Bernardino. O parque vem sendo uma iniciativa da Secretaria de Cultura de Nova Iguaçu, com o aval do IPHAN, a partir do processo 01500.002611/2022-38.

A Vila de Iguassú é um importante sítio arqueológico onde foram encontrados diferentes artefatos, imóveis, edificações e objetos históricos e culturais que contribuíram para a formação da Baixada Fluminense nas mais diferentes esferas, principalmente a econômica. Está localizado no bairro de Iguaçu Velho, entre os bairros de Miguel Couto, Vila de Cava e Tinguá, e conta com bens culturais imóveis, como a antiga vila onde se originou o município, tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC, através do processo E-03/02.453/78, e a Fazenda São Bernardino, tombada pelo IPHAN pelo processo 432-T-1950, inscrita no Livro do Tombo Belas Artes nº 390, de 26/02/1951.

A Vila de Iguassú reflete vestígios da história colonial no sertão fluminense, contou com portos importantes à época, que eram utilizados para escoar a produção que vinha de Minas Gerais para a Baía de Guanabara e de lá seguia para outras partes do país e para a Europa (Angelo, 2017). Ali também se encontram as ruínas da Matriz de Nossa Senhora da Piedade e de seu cemitério.

Com a abertura do Caminho Novo, que dava acesso às minas de ouro, Iguassu prosperou e, por estar situada na rota, em 1719, a igreja foi elevada... o Porto de Iguassu [...] os arruamentos e caminhos ... a principal era a Rua do Comércio. [...] abastecer a cidade do Rio de Janeiro com alimentos, madeira, lenha e tijolos. O declínio se deu com a construção das estradas de ferro (Angelo, 2017, p. 44).

A Fazenda São Bernardino, construída em 1875, em estilo neoclássico, é detentora de detalhes importantes para a cultura e história do país. No ano de 1951, durante o governo de Ricardo Xavier da Silveira, foi tombado pelo antigo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN (Teixeira, 2019). Hoje, a Fazenda São Bernardino se encontra em péssimo estado de conservação, tão deteriorada que quase alcança o *status* de ruínas (como se observa nas figuras 3 e 4), o que evidencia a falta de reconhecimento e políticas públicas, ao longo da história política do município, que pudesse construir uma base sólida de conservação, como cita Araújo (2011).

A atual gestão, por meio da Secretaria de Cultura do município, vem, a partir do Convênio nº 904001 com o IPHAN, tentando mudar esta realidade. Recentemente, foi anunciado um valor de R\$ 300 mil para a restauração e adequação do antigo armazém de engenho da fazenda.

Figura 3: Fazenda São Bernardino em 1950



Fonte: Teixeira Ribeiro (ipatrimônio, 2017).

Figura 4: Fazenda São Bernardino em 2017.



Fonte: Teixeira Ribeiro (ipatrimônio, 2017).

Ademais, o município conta com um patrimônio industrial que, recentemente, passou a ser valorizado pelo poder público municipal que iniciou a recuperação de algumas de suas estações ferroviárias, a exemplo da estação de Tinguá e de Vila de Cava (Angelo e Fogaça, 2017).

Retomando a temática e o destaque ao patrimônio natural; 65% do município de Nova Iguaçu é composto por áreas naturais protegidas, o que lhe dá o apelido popular de “Encanto Fluminense” devido à biodiversidade ali preservada, como remanescentes florestais, poços

d'água e cachoeiras conhecidas por toda a região. São ao todo oito Áreas de Proteção Ambiental (APA) municipais, de acordo com o *site* da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu (2024):

O município de Nova Iguaçu abriga em seu território 8 (oito) Áreas de Proteção Ambiental (APAs), entre elas APA Tinguá, Jaceruba, Rio D'Ouro, Guandu-Açu, Tinguazinho, Retiro, Morro Agudo e Posse – Guarita, que juntas somam um total de 13.861 hectares, o que corresponde a aproximadamente 27% da área total do município (Nova Iguaçu, 2024).

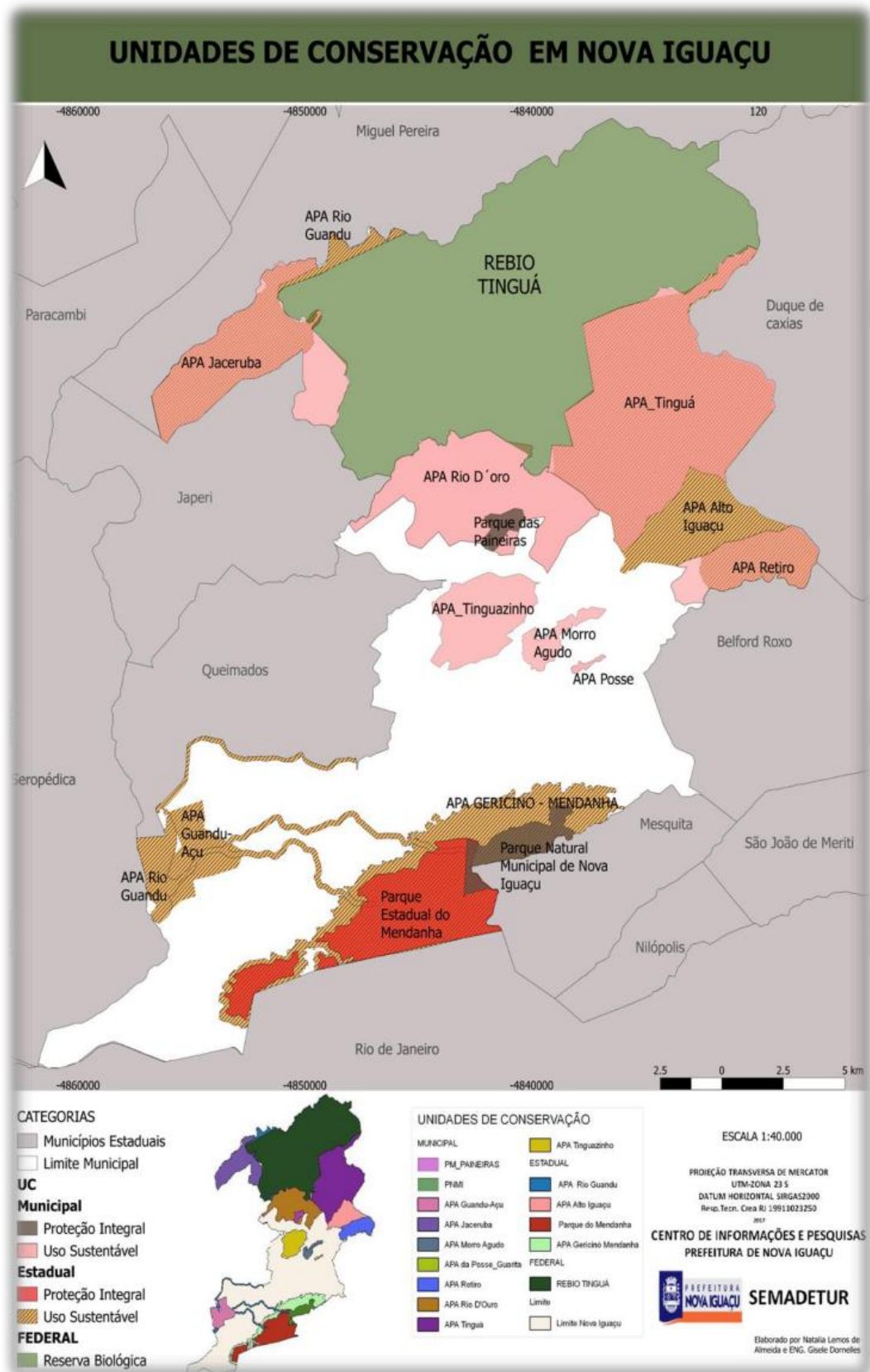
Além das APAs municipais, o território ainda conta com mais três APAs estaduais (APA Estadual de Gericinó-Mendanha, APA Estadual do Alto Iguaçu e APA Estadual do Rio Guandu); um parque estadual (Parque Estadual do Mendanha) e uma UC federal, a Reserva Biológica (Rebio) do Tinguá, como se pode observar no Mapa 3, elaborado pela equipe da antiga SEMADETUR de Nova Iguaçu, e utilizado por Queiroz (2018, p. 76) em sua tese de doutorado.

A APA Tinguá foi criada a partir do Decreto nº 6.491 em 6 de junho de 2002 como “APA Tinguá/Iguaçu”, e renomeada pelo Decreto nº 6.548 em 5 de novembro de 2002 para sua denominação atual: APA Tinguá. Conta com 5.400 ha, no Norte de Nova Iguaçu, contígua à Rebio do Tinguá (Nova Iguaçu, 2002). É parte do mosaico da Serra do Mar, inserida na Mata Atlântica, desempenha papel importante na zona de amortecimento da Rebio do Tinguá, ao Norte do município.

A APA Jaceruba foi criada a partir do Decreto nº 6.492 em 6 de junho de 2002, em 5 de novembro de 2002. Inicialmente, nomeada “APA do Rio São Pedro de Jaceruba” e foi renomeada para “APA Jaceruba”. Conta com 2.353 ha, na região Noroeste do município, também contínua à Rebio do Tinguá (Nova Iguaçu, 2002). Assim, a APA Jaceruba também é um importante recorte na zona de amortecimento da Rebio do Tinguá e, juntamente com a APA Tinguá, busca concentrar fauna e flora importantes na região, e amparam relevantes recursos hídricos para o ecossistema natural e comunidades vizinhas.

A APA Rio D'Ouro, criada a partir do Decreto nº 6.490 em 6 de junho de 2002, implantada por Projeto de Lei nº 3.588 em 7 de julho de 2004. Conta com 3.080 ha localizados na região Centro-norte de Nova Iguaçu, em uma área contígua à Rebio do Tinguá (Nova Iguaçu, 2004). Essa APA faz divisa com Japeri e tem como um dos principais objetivos proteger a Bacia do Rio D'Ouro.

Mapa 3: Unidades de conservação (UC) em Nova Iguaçu



Autor: Almeida e Dornelles (2017, apud Queiroz, 2018, p. 76).

A APA Guandu-açu é uma área de proteção ambiental municipal, criada a partir da Lei nº 3.591 de 07 de julho de 2004, que tem como objetivo “a preservação do conjunto natural e paisagístico local”, com ênfase na qualidade das águas que formam a Bacia de Sepetiba (Nova Iguaçu, 2004). Ali está o popularmente conhecido “Pantanal Iguaçuano”, uma área densamente povoada na divisa de Seropédica e Nova Iguaçu, que vem sendo utilizada para passeios turísticos e educação ambiental e pode se tornar uma importante área de lazer para moradores do entorno e de Turismo de Base Comunitária, tendo como foco os passeios e vivências dos pescadores que vivem e sobrevivem dos recursos da localidade.

A APA Tinguazinho foi criada a partir do Decreto nº 6.489, de 6 de junho de 2002 – nomeada originalmente Morro de São José, renomeada pela Lei nº 3.586 de 7 de julho de 2004. Sua área tem aproximadamente 1.102,8 ha, no Nordeste do município (Nova Iguaçu, 2002). Fica localizada entre a Rebio do Tinguá e a APA Gerinico-Mendanha e protege um importante recorte da Mata Atlântica, impedindo a expansão urbana em direção a essas áreas protegidas.

A APA Retiro foi criada a partir do Decreto nº 6.493, de 6 de junho de 2002 – inicialmente “APA Geneciano”, transformada pela Lei nº 3.593, de 7 de julho de 2004, na APA Retiro na região Nordeste do município de Nova Iguaçu, divisa com Belford Roxo (Nova Iguaçu, 2004). Trata-se de uma área de conservação localizada em área de constante pressão antrópica.

A APA Morro Agudo se originou como Área Especial de Interesse Ambiental pelo Decreto nº 6.383/2001; transformada em APA pelo Projeto de Lei nº 3.594 de 7 de julho de 2004. Conta com uma área de 271 ha no Noroeste do município, em bairros como Ponto Chic, Cerâmica, Comendador Soares (Nova Iguaçu, 2004). Sofre com a pressão antrópica e crescimento urbano desordenado por estar em uma área densamente urbanizada, e ocupa um importante papel na contenção de enchentes no município.

A APA Posse-Guarita foi criada pela Lei Municipal nº 4.172, de 4 de maio de 2012. Conta com aproximadamente 2.893 ha (Nova Iguaçu, 2012). Serve como um corredor ecológico em direção a Rebio do Tinguá e nela há potencial para ações de educação ambiental por estar inserida em uma área densamente povoada e urbanizada. Está localizada entre as regiões da Posse e Guarita, em Nova Iguaçu.

A APA Rio Guandu (Estadual) foi criada em 2007, de acordo com o Instituto Terra de Preservação Ambiental – ITPA (2022), a partir do Decreto Estadual nº 40.670, e conta com 74.295,2 ha protegidos, abrangendo partes dos municípios de Miguel Pereira, Paracambi, Piraí,

Engenheiro Paulo de Frontin, Itaguaí, Seropédica, Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Vassouras e Rio Claro. É considerada uma das mais importantes do Estado do Rio de Janeiro, onde se encontram diversas espécies de relevância para o ecossistema, além de proteger nascentes, as margens e a qualidade do rio Guandu, com o objetivo de manter as fontes de abastecimento de água para a RMRJ. Dessa forma, entre os municípios de Nova Iguaçu e Seropédica, a APA é um local apropriado para a prática de educação ambiental e interpretação patrimonial.

A APA do Alto Iguaçu (Estadual), instituída pelo Decreto Estadual nº 44.032, de 15 de janeiro de 2013, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, sob gestão do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), abrange 22.109,62 ha divididos em três municípios da Baixada Fluminense: Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Belford Roxo. Tem como objetivo recuperar áreas remanescentes de Mata Atlântica (Rio de Janeiro, 2013) e conta com importante potencial turístico.

A APA Gericinó-Mendanha (Estadual) foi criada a partir da Lei Estadual nº 1.331 de 12 de julho de 1988, e oficializada pelo Decreto nº 38.183 de 05 de setembro de 2005. Abrange as Serras do Marapicu, Mendanha e Madureira e dispõe de 105 km² de área que se estende aos municípios de Nilópolis, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro. O PNMNI sobrepõe a APA Gericinó-Mendanha, dessa forma, abriga uma série de espécies endêmicas da Mata Atlântica e goza de uma altitude de 100 metros em pontos específicos.

O Parque Estadual do Mendanha foi criado por meio do Decreto Estadual nº 44.342, de 22 de agosto de 2013, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, sob gestão do INEA. Sua área é de aproximadamente 4.398,1 ha, distribuídos entre os municípios do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu e Mesquita (Rio de Janeiro, 2013). Por estar na categoria parque, pode receber visitantes, sendo uma área de lazer importante para a população local, podendo compor roteiros turísticos com o PNMNI e outras APAs da região.

O PNMNI é uma UC que se encontra em uma posição de centralidade por estar consolidada como referência de conservação ambiental e de espaço de lazer da população de toda a região da Baixada Fluminense, além de visitantes que frequentam a região, sendo, portanto, “solo fértil” para estudos sobre a interpretação patrimonial. Localiza-se nas proximidades das áreas centrais do município de Nova Iguaçu e de Mesquita; é de fácil acesso e frequentada por escolas, com o intuito de educação ambiental.

Portanto, como se observou o município de Nova Iguaçu e a região é uma área potente no que tange aos recursos naturais, formando um mosaico de áreas protegidas. No entanto, de

acordo com Queiroz (2018, p. 75), apesar da variedade e grande extensão de áreas de proteção ambiental, a população regional pouco conhece desses territórios protegidos; o que se configura um problema, pois é por meio da participação da comunidade como corresponsáveis por estas áreas que se estabelece um dos principais pilares do reconhecimento do patrimônio.

A visibilidade e o conhecimento sobre as APAs são pouco expressivos, normalmente, muitos moradores sequer sabem o seu significado e objetivos. Isso torna a participação da população ainda mais frágil em relação à conservação ambiental. Logo, com a existência na legislação e em mapas oficiais, mas sem a expressividade para a população, podem ser consideradas APAs “de papel” (Queiroz, 2018, p. 75).

Ainda segundo Queiroz (2018), mesmo parte da população morando em “zonas de amortecimento”, não sabe apontar a importância de conservar esses recortes de Mata Atlântica no território de Nova Iguaçu.

Apesar do quantitativo de áreas protegidas no território municipal, isso não é perceptível pela população residente. Muitas pessoas, inclusive as que moram em zonas de amortecimento, por exemplo, não sabem informar a importância desses espaços para a preservação da biodiversidade e qualidade de vida (Queiroz, 2018, p. 74).

Assim, após caracterizar os principais bens naturais e culturais do município de Nova Iguaçu que podem ser alvo de políticas de interpretação do patrimônio e introduzir o problema do não-reconhecimento destas áreas e de seu potencial por sua população, no próximo tópico, o trabalho se volta à caracterização mais pormenorizada de seu objeto de estudo, o PNMNI.

2.2. O Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu

O PNMNI se notabiliza por estar localizado na região central de Nova Iguaçu. Criado a partir do decreto municipal nº 6.001, de 05 de junho de 1998, conta com 1.100 ha de extensão (Nova Iguaçu, 2000, vol. 3, p. v), e é considerado um dos parques naturais mais visitadas da Baixada Fluminense, principalmente, por moradores de municípios vizinhos que buscam as dezenas de cachoeiras, poços d’águas limpas e trilhas ali presentes – uma paisagem em oposição à forte realidade de expansão urbana, ausência de áreas verdes e adensamento populacional de ocupação desordenada como é a maior parte do território da Baixada Fluminense.

De acordo com o Plano de Manejo da UC (Nova Iguaçu, 2000, vol. 1, p. 1.2), no PNMNI, “além dos límpidos cursos d’águas encachoeiradas, um outro importante atrativo é a exuberante biodiversidade verificada nas matas primárias e secundárias”. Dessa forma, o PNMNI é uma

espécie de “oásis”, em meio à “selva de concreto” ou “formigueiro humano”, algumas das denominações comuns para se referir à Baixada Fluminense.

Na Baixada Fluminense, práticas de desmatamento foram intensificadas a partir da implantação da cultura do café e plantios de subsistência, e a área onde hoje está instalado o PNMNI compunha este contexto. Neste período, “instalaram-se na região as fazendas que integram a Gleba Modesto Leal (Fazendas D. Eugênia, São Felipe e Mata Fome), que foram responsáveis por cortes seletivos de madeiras de lei (tapinhoã, cedro, jatobá, jacarandá etc.)” (Nova Iguaçu, 2000, vol. 1, p. 4.41). Somente a partir dos anos 1980, o local foi comprado pela Prefeitura de Nova Iguaçu, e, após disputas internas sobre como deveria ser utilizado aquele terreno, em 1988, foi instituído a criação do PNMNI, a partir do decreto municipal nº 6.001 em 05 de junho de 1998 (Nova Iguaçu, 2000).

No que se refere à hidrografia, destacam-se importantes nascentes e cursos d’água que desempenharam papel relevante para o desenvolvimento local. Entre eles, está o rio Dona Eugênia, responsável pela formação de poços d’água e que, até 1981, abastecia a represa que está nos limites da UC, Epaminondas Ramos, desativada naquele ano. No mesmo maciço, sobressaem-se ainda os rios Guandu do Sena e Guandu do Sapê (Nova Iguaçu, 2000).

Em relação a fauna da localidade, de acordo com Mello Leitão (1937, apud Nova Iguaçu, 2000, vol. 1, p. 4.51), abriga uma grande diversidade.

A floresta da região das serras de Madureira e Mendanha abriga uma rica diversidade faunística, em especial em altitudes acima da cota 200 m e nos vales dos cursos d’água. Nesses locais, onde a heterogeneidade de habitat e micro-habitat é grande, abrigam-se animais de preferências alimentares restritas – especialistas – que necessitam de áreas preservadas para que suas populações se mantenham em equilíbrio (Nova Iguaçu, 2000, vol. 1, p. 4.51).

Ainda de acordo com o Plano de Manejo, o local apresenta raros exemplares florísticos e faunísticos.

Aliás, beleza natural é o que não falta na área do Parque Municipal de Nova Iguaçu. Além dos lagos naturais e cachoeiras formados pelo rio D. Eugênia e seus afluentes, registra-se a ocorrência de raros exemplares florísticos e faunísticos característicos da região. Vale lembrar que esta região, juntamente com os demais remanescentes florestais que recobrem toda a serra do Mar, por suas peculiares características naturais, integra desde outubro de 1992, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, homologada pela UNESCO naquela data (Nova Iguaçu, 2002, p.12).

No entanto, sua importância não está somente na conservação de recursos naturais e biodiversidade. Na região onde o PNMNI está localizado, houve uma série de ocupações humanas que a legou um patrimônio histórico e referências culturais. Acredita-se que o território

era ocupado por povos originários, pois ali foi encontrado, em meio a artefatos militares, um cemitério indígena, além de vestígios de antigos quilombos (Nova Iguaçu, 2000, vol. 1, p. 2.11).

Próximo à área do Parque, além do cemitério de escravos, há outros vestígios de antigos quilombos. Por esse motivo, vários estudiosos da região consideram imperiosa a necessidade de preservar a área em apreço e aprofundar as pesquisas desses sítios. Pensamento idêntico têm os atuais administradores da Prefeitura Municipal da Cidade de Nova Iguaçu, que vislumbram a consolidação do Parque como uma oportunidade muito especial para relembrar épocas passadas e resgatar, alguns dados e objetos históricos para exibí-los ao público (Nova Iguaçu, 2002, p. 11).

Segundo o Plano de Manejo do PNMNI (Nova Iguaçu, 2000, vol. 1, p. 2.8), a partir do século XVIII, no período colonial, quando a exploração e expedições ao interior do Brasil eram frequentes, a localidade era utilizada como o Engenho da Cachoeira, e sua principal atividade foi o cultivo de cana-de-açúcar, que utilizava mão de obra escravizada.

[...] a serra de Madureira foi durante grande parte do período colonial refúgio de escravos fugidos das fazendas próximas. A Pedra da Contenda, que se localiza junto ao limite nordeste do Parque, é sempre citada como tendo sido o principal núcleo do Quilombo, por sua posição estratégica, que permitia visualizar a zona central de Nova Iguaçu e, conseqüentemente, a movimentação dos capitães do mato (Nova Iguaçu, 2000, v. 1, p. 1.2).

Neste sentido, o PNMNI não representa somente um bem natural, mas um bem de valor histórico, cultural e social para a região e seus moradores. Como afirma Fernandez (2011, p. 2),

Os parques devem ser percebidos como artefatos culturais dinâmicos, resultantes de concepções valores (em disputa), acerca da relação sociedade/natureza, de projetos políticos e determinadas conjunturas presentes no ato de sua criação, os quais têm sido reelaborados permanentemente ao longo de sua existência.

É importante ressaltar, que de acordo com o Plano de Manejo do PNMNI (Nova Iguaçu, 2000, v. 1, p. 1.3 – alteração nossa), à época da criação da UC no território, “além dos objetivos básicos de preservação do meio ambiente, ... [possibilitaria] a implementação de diversas pesquisas técnico-científicas acerca de aspectos naturais, históricos e culturais”. O documento já destacava que:

[...] os pesquisadores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), da Universidade de Nova Iguaçu e Escola Técnica Federal de Química, de Nilópolis, são os que melhor conhecem a região, pela frequência com que ali realizam atividades de pesquisa e observações de campo, bem como pela localização dessas instituições em áreas próximas ao Parque. Identificam-se, porém, outras entidades como possíveis parceiras para realização de pesquisas na área:
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ,
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ,

Universidade Gama Filho,
Universidade Estácio de Sá,
Além de diversas ONGs que desenvolvam trabalhos na região. (Nova Iguaçu, 2000, Vol. 2, p. 67-68).

O patrimônio natural da localidade merece pesquisas específicas, uma vez que conta com diversas e importantes paisagens, como a cachoeira Véu da Noiva e a antiga represa Epaminondas Ramos.

Além do patrimônio histórico-cultural, merece pesquisas específicas o patrimônio natural, composto de diferentes e belas paisagens, incomuns no contexto regional da Baixada Fluminense. Com a criação do Parque Municipal, consolida-se a preservação desses sítios, de acordo com a legislação ambiental vigente, com vistas à otimização e democratização de seu uso. Na hipótese de um possível tombamento, destacam-se os locais onde se situam a cachoeira Véu da Noiva e a antiga Represa Epaminondas Ramos, que embora seja uma obra feita pelo homem, compõe, com a imprescindível ajuda da paisagem natural circunvizinha, um belo cenário da região (Nova Iguaçu, 2002, p. 11).

Assim, de acordo com um balanço publicado nas redes sociais da UC, em dezembro de 2024, o parque era alvo de 14 pesquisas científicas (nas áreas biológicas e sociais, a exemplo do turismo) que contribuíram para o desenvolvimento e a valorização da UC.

O Plano de Manejo também evidencia que essa localidade, há muito tempo, já vinha “[...] sendo usada para lazer pelos moradores de Mesquita e adjacências, prova disto, foi a implantação do Clube D. Felipe, que funcionou na região até meados da década de 60” (Nova Iguaçu, 2000, vol. 1, p. 1.1). Na contemporaneidade, o parque é referência como destino turístico da Baixada Verde; e diversos atrativos turísticos e de lazer estão presentes no território do PNMNI, como poços d’água, cachoeiras, trilhas e mirantes. No ano de 2024, cerca de 45 mil pessoas entre moradores, excursionistas e turistas visitaram o parque³.

Posto isso, a seguir se realiza um maior detalhamento sobre o uso público no PNMNI.

2.2.2. O uso público no PNMNI

De acordo com o SNUC (Brasil, 2000), o uso público de uma UC constitui um “[...] conjunto de atividades que o visitante pode realizar direta ou indiretamente nas Unidades de Conservação, compatíveis com os objetivos de sua criação e com o seu plano de manejo”.

³ Dados divulgados em postagens no Instagram do PNMNI. Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu Oficial, 2024.

Segundo Queiroz (2021, *resumo*, p. 89-90), “o uso público pode ser considerado um dos pilares fundamentais para conciliar a conservação ambiental com as atividades humanas”.

Murta e Albano (2002, p. 23) afirmam que “o uso público é uma das mais importantes estratégias para aproximar a sociedade das unidades de conservação, permitindo ao visitante o contato direto com a natureza e contribuindo para a formação de uma consciência ambiental coletiva”. Ferramentas como o Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação (ROVUC), utilizado nesta pesquisa, podem contribuir para o planejamento do uso público de UC de forma sustentável.

O uso público em UC é assegurado pela Constituição Federal, a partir do equilíbrio entre o meio ambiente e uso recreativo, que incluem o lazer das comunidades do entorno e o turismo, sendo um “bem de uso comum do povo” (Brasil, 1988, art. 225). Assim, o PNMNI está aberto à visitação de terça-feira a domingo, das 8h às 16h, para a realização de atividades de educação ambiental, lazer, turismo e esportes de aventura, como a escalada de rochas íngremes⁴.

As atividades de educação ambiental no PNMNI são realizadas por meio de visitas escolares e projetos em parceria com universidades do Estado do Rio de Janeiro, entre elas, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Campus Nova Iguaçu. O projeto “A Universidade na Comunidade” (UFRRJ, 2021), coordenado pela professora Edileuza Dias de Queiroz, conta com atividades de educação ambiental, cujo público-alvo são escolares de escolas vizinhas no entorno da UC.

Quanto ao seu uso recreativo (para lazer e turismo), entre os recursos atrativos do PNMNI estão dezenas de poços d’água, cachoeiras, trilhas em meio à Mata Atlântica e paisagens marcantes, assim como ruínas de edificações históricas que compõem a história iguaçuana. De acordo com o Plano de Manejo da UC (Nova Iguaçu, 2000), o Parque possui um dos edifícios mais antigos de Nova Iguaçu: o Casarão Dona Eugênia.

A antiga Sede da Fazenda Dona Eugênia é uma das construções mais icônicas no território do PNMNI, sendo uma atração bastante buscada pelos visitantes. Infelizmente, seu atual estado de conservação é crítico, como se vê na imagem (figura 5). No local, há placas de interpretação para aqueles que queiram conhecer a história da fazenda e do casarão.

⁴ Para esse tipo de atividade é necessário enviar uma solicitação prévia através de e-mail.

Figura 5: Ruínas e placa de interpretação do Casarão Dona Eugênia



Foto: Autor (2023).

Ainda quanto às ruínas das edificações históricas do parque, tem-se o Clube de Campo Don Felipe que se encontra ao Sul do parque. Em local de difícil acesso, para alcançá-lo é necessário cruzar uma trilha de cerca de 2,3 km de distância. O prédio foi utilizado como instalações de um clube de veraneio instalado no território do PNMNI, e, hoje, encontram-se em ruínas, como se verifica na imagem que segue.

Figura 6: Ruínas e placa de interpretação do Clube de Campo Don Felipe



Fonte: Trilhas da Baixada Fluminense/Facebook (História de Nova Iguaçu).

Ainda quanto às histórias e imaginários culturais relacionados ao parque, em sua parte Norte, acredita-se que houve um derramamento vulcânico há milhões de anos, em função da existência de rochas de origem vulcânica no local (Vieira; Klein, 2004). Tal imaginário legou à região o apelido de “Serra do Vulcão”.

De acordo com Vieira e Klein (2004), a Serra do Vulcão se trata de feição geomorfológica que se assemelha a uma cratera de vulcão, sendo divulgada por órgãos públicos e marcando o *soft-power* da região como Serra do Vulcão, contudo, não há indícios científicos de que nessa região houve atividades vulcânicas.

Em trechos específicos de trilhas, observa-se alguns instrumentos de comunicação (figura 7), que tratam da temática “câmaras magmáticas que poderia haver no parque”, o que reforça a denominação de “Serra do Vulcão”.

Figura 7: Placa Interpretativa Lavas e Brechas Vulcânicas

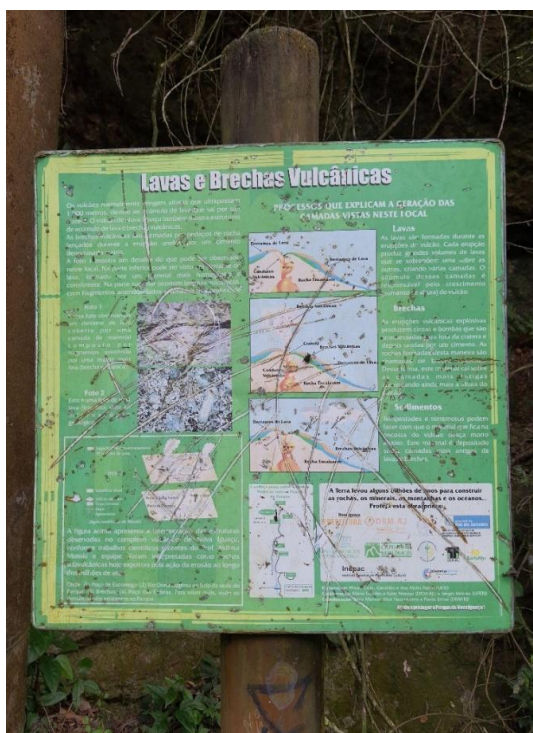


Foto: Autor (2023).

A Pedreira São José é outro atrativo do parque, com mais 100 metros de altura e uma área de vegetação rasteira em seu entorno, sendo apropriado para a prática de meditação, recreação ao ar livre e contemplação da natureza. Ali os eventos do PNMNI são realizados, a exemplo do “Um Dia no Parque”, quando é criado provisoriamente um espaço para exposições de *banners*, atividades de educação ambiental, como jogos ao ar livre (figura 8). Além disso, conta com brinquedos direcionados ao público infantil, como escorregador e balanço, sendo um importante equipamento de lazer no território do parque. O espaço, também, serve de ponto de encontro para a realização de outras atividades, como a visita guiada e piqueniques.

Figura 8: Mosaico de imagens da antiga Pedreira São José



Fonte: Autor (2024).

Uma das atrações naturais mais procuradas do PNMNI é a Janela do Céu, uma queda d'água de 82 metros. O poço é o mais famoso e visitado do parque, e serve como mirante para a paisagem exuberante de seu entorno (Figura 9).

Figura 9: Janela do Céu divulgada pelo G1 e pelo programa televisivo Expedição Rio, da Globo RJ



Fonte: G1.globo.

O Poço das Esmeraldas é, também, um dos poços mais procurados pelos visitantes. Localizado próximo ao antigo Casarão (sede) da Fazenda Dona Eugênia, é um espaço tranquilo, com locais de descanso e água cristalina.

Como se observa na imagem (figura 10), ali também há placas de sinalização turística e informativas.

Figura 10: Placa informativa e Poço das Esmeraldas



Fonte: Autor (2024).

O Poço das Cobras, de fácil acesso pela portaria Sul, tem águas límpidas e tranquilas, acompanhadas de uma queda d'água que atrai muitos visitantes que buscam se aventurar.

Devido ao fácil acesso é comum ser visitado por grupos organizados de lazer e turismo. Na Figura 11, percebe-se que sua placa de informações foi alvo de pichações e vandalismo.

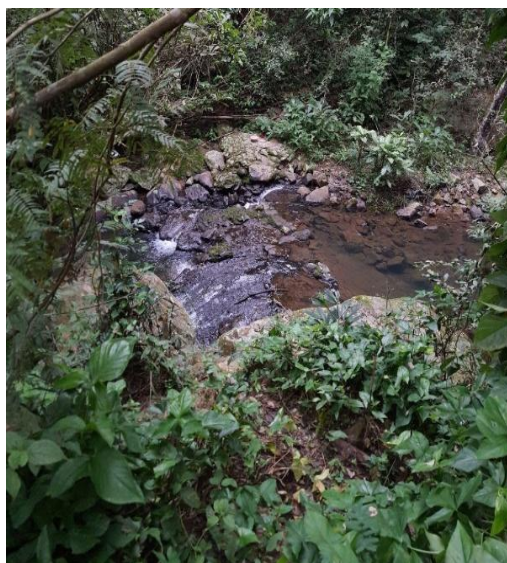
Figura 11: Placa informativa e Poço das Esmeraldas



Fonte: Autor (2022).

O Rio Dona Eugênia (Figura 12) tem sua nascente no PNMNI e corta boa parte do município de Mesquita e deságua no Rio Sarapuí. É um dos cursos d'água mais importantes da região de Nova Iguaçu e municípios vizinhos.

Figura 12: Rio Dona Eugênia



Fonte: Autor (2024).

Portanto, o PNMNI é uma das áreas naturais mais importantes da Baixada Fluminense, o que deixa evidente a necessidade de uma comunicação estratégica com usuários, por meio de placas de sinalização, placas interpretativas, *banners*/painéis com conteúdo interpretativo, panfletos, mapas, espaços/centros de interpretação patrimonial/ambiental e atividades guiadas por condutores, o que proporciona ao visitante uma experiência mais significativa.

CAPÍTULO III

INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL NO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU

Os planos interpretativos do patrimônio e dos bens culturais podem ser aliados para a valorização junto a moradores e visitantes, sejam estes naturais e/ou histórico-culturais, bem como para a gestão dos bens, como é o caso das áreas naturais/históricas protegidas como parques e sítios arqueológicos.

A contextualização sobre os bens presentes no município de Nova Iguaçu, inclusive no PNMNI, descrevendo os bens explorados pelo uso público (educação ambiental e uso recreativos – lazer e turismo), realizadas no capítulo II, deixam evidente de seu potencial como área de visitação potente para disseminar e valorizar a natureza e história do município e da Baixada Fluminense como um todo.

Políticas públicas e iniciativas como o movimento Baixada Verde, que incentivam o desenvolvimento do turismo como uma forma de revisão da imagem da Baixada Fluminense e superação das mazelas socioterritorial nela presentes, tornam ainda mais urgentes ações de planejamento que visem um turismo que traga experiência mais significativa de visitação a partir da valorização da cultura e da natureza presente na Baixada Fluminense

O PNMNI é uma UC localizada em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, em meio à RMRJ, uma região estigmatizada pela violência. E, mesmo que não haja efetivamente o turismo consolidado, é uma das áreas naturais mais visitadas da região, e, portanto, um espaço propício para a utilização de técnicas de interpretação do patrimônio que envolvam seus usuários.

A existência de dezenas de poços de água, cachoeiras e trilhas, assim como prédios históricos, podem contribuir para estreitar a relação dos seres humanos com a natureza, não de forma utilitária, mas que contemple a diversidade e riqueza de sentidos e significados, em um verdadeiro exercício do olhar.

Dessa forma, o terceiro capítulo desta dissertação busca responder aos seus dois últimos objetivos: (i) apresentar e avaliar as técnicas e os instrumentos de interpretação do patrimônio disponíveis no PNMNI; e, (ii) dar sugestões para aprimorar os instrumentos interpretativos ali presentes.

3.1. Meios interpretativos identificados no PNMNI

Ao percorrer trilhas do PNMNI e áreas de uso público da UC, observa-se a presença de instrumentos de interpretação do patrimônio ali presente que buscam proporcionar aos visitantes uma compreensão mais aprofundada dos aspectos naturais e culturais dessa região.

Esses instrumentos de interpretação, como placas informativas, painéis e letreiros, desempenham um papel fundamental na visitação que ultrapassa a contemplação e, direta ou indiretamente, passam uma mensagem sobre o significado do bem.

A seguir, as técnicas e os instrumentos de interpretação disponíveis no PNMNI são apresentados e avaliados, especialmente quanto à sua efetividade e alinhamento com as diretrizes do plano de manejo da UC.

3.1.1. Placas de sinalização e interpretação

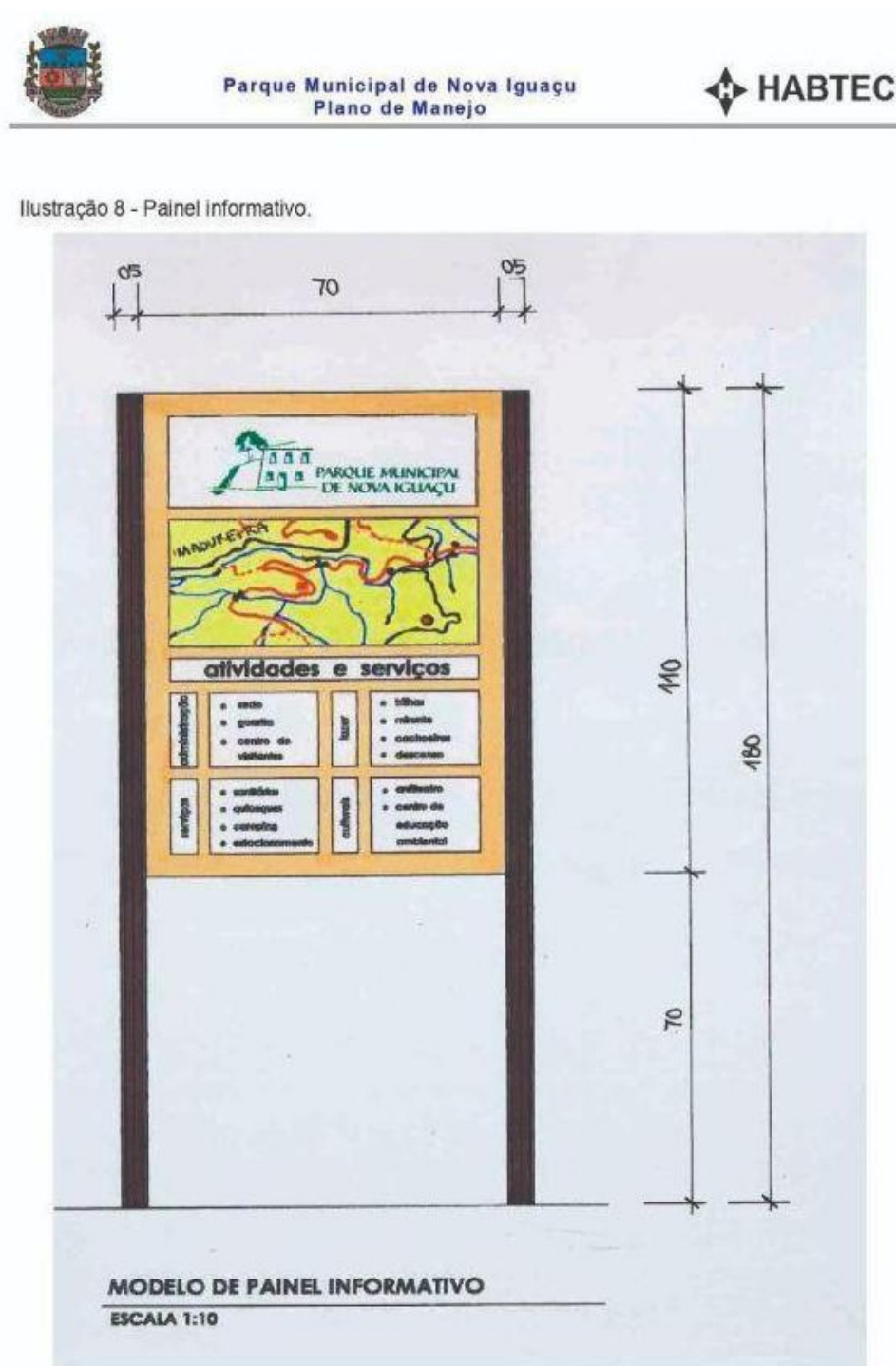
No Plano de Manejo do PNMNI foi identificado a menção sobre a sinalização e confecção de placas de orientação e interpretação do patrimônio. Segundo o documento, o modelo e as características das placas deveriam seguir normas, e sua instalação estaria sob aprovação e parecer final dos técnicos da Secretaria Municipal responsável pela pasta do meio ambiente (Nova Iguaçu, 2000, Vol. 2, p. 90), em 2025, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (SEMAM).

O Plano de Manejo do PNMNI (2000) recomenda que as placas, painéis e *banners* sigam a padronização disponível na Figura 15, sendo denominadas como placa para a guarita, placa para as áreas de lazer articulada com placas indicativas, painel informativo e placa para as trilhas.

Na prática, contudo, as placas encontradas na UC não seguem as normas de seu Plano de Manejo. No PNMNI, observa-se dezenas de *design* diferentes nas diversas ferramentas de comunicação com o visitante, mas que prezam pela proposta de fazer com que o visitante enxergue a beleza, a história, a cultura e a importância do bem

Salienta-se que as placas, painéis e letreiros são ferramentas importantes para a comunicação na UC. De acordo com Murta e Albano (2002, p. 27), “o texto deve ser curto, simples e equilibrado com mapas e ilustrações para facilitar a compreensão do visitante”, e ainda “a estrutura e os materiais devem ser de boa qualidade, como também resistentes ao clima e ao vandalismo.

Figura 13: Modelo de placa presente no Plano de Manejo do PNMNI



Autor: Nova Iguaçu (2000).

Muitas trilhas naturais, que é o caso nas UC, utilizam placas e painéis interpretativos, de acordo com o tema, e colocados ao lado de edificações e sítios especiais “facilitam o conhecimento histórico e ambiental do visitante” (Murta; Albano, 2002, p. 27). Há exemplos

de placas, painéis e letreiros interpretativos no PNMNI, que se utiliza muito desse tipo de ferramenta para a comunicação com o visitante.

A diversidade faunística, muito destacada no Plano de Manejo da UC, é vista em diversas ocasiões e trechos diferentes das trilhas naturais. Animais como a Cobra Verdadeira, a Capivara e Tamanduá Mirim são comumente vistos diante da imensidão faunística e florística, o que é observado em alguns dos painéis ali presentes como o que segue na imagem.

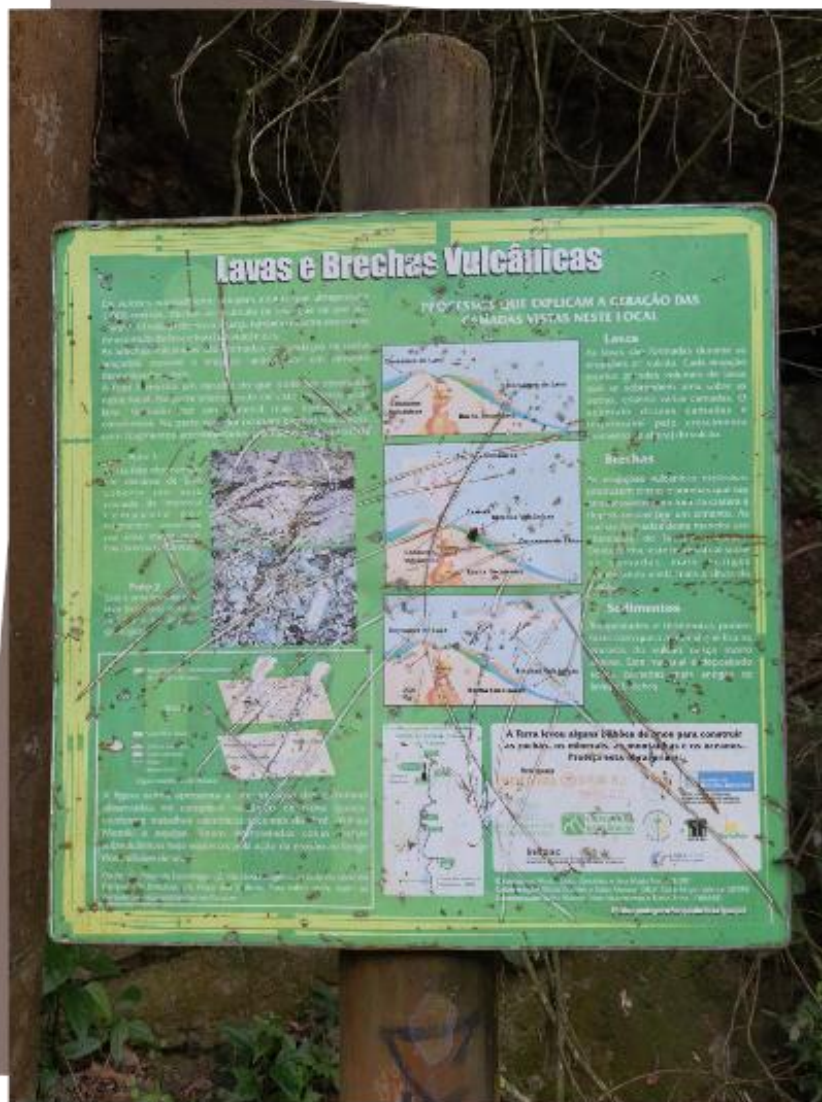
Figura 14: Placa interpretativa: fauna



Fonte: Autor (2024).

A riqueza geológica da região, sendo conhecida como “Serra do Vulcão”, com sua diversidade geomorfológica também é destaque em diferentes painéis interpretativos no Parque, que se utilizam desse tipo de informação como uma importante influência para o fortalecimento do atrativo.

Figura 15: Placa interpretativa: vulcão



Fonte: Autor (2024).

A utilização de mapas em complementação às placas e painéis interpretativos é uma ótima forma de comunicação para o visitante, visto que a ferramenta pode contribuir para melhorar a compreensão sobre a dimensão espacial e a experiência de visitação. O PNMNI

De acordo com Murta e Albano (2002, p. 27), “[...] a localização e o grau de intromissão e poluição visual são questões importantes para se chegar a uma interpretação de qualidade”. Ainda sobre a confecção de mapas junto a placas interpretativas, Murta e Albano (2002, p. 27) apontam que essas placas podem propor um “roteiro de lazer”, visto que os mapas contribuem para os visitantes se localizarem diante do espaço/tempo.

[illegible]

68

A disponibilidade de informações sobre os poços d'água são cruciais para uma boa experiência, visto que grande parte de visitantes procuram esses locais para se refrescar. Dessa forma, os “painéis ilustrados com bom design são particularmente eficazes na mente dos visitantes em ambientes passados, como paisagens ou ruínas” (Murta; Albano, 2002, p. 28). A figura 17 e 18 ilustra como esse tipo de painel é trabalhado no PNMNI.

Figura 17: Placa interpretativa: poço do escorrega



Fonte: Autor (2024).

De acordo com Murta e Albano (2002, p. 28), “é importante que placas, painéis e etiquetas sejam apresentados com uma grafia e estilo claros, facilmente legíveis por todos os

visitantes”. Em relação à disposição de informações nas placas, as autoras afirmam que o texto deve ser claro e limitar-se ao mínimo e estar bem equilibrado com as ilustrações, fotos e gravuras.

Figura 18: Placa interpretativos: poço da paixão



Fonte: Autor (2024).

Mais recentemente, foram implantadas sinalizações turísticas como indicações de atrativos e informativos sobre a distância a percorrer nas trilhas no interior da UC (Figura 19). Estas seguem as diretrizes do projeto de trilhas de longo curso na Mata Atlântica, mas não estão alinhadas ao que prega o plano de manejo da UC. De acordo com Murta e Albano (2002, p.

36), por serem geralmente autoguiadas, as trilhas devem estar dispostas de placas interpretativas e sinalizações para que os visitantes entendam o que se vê no caminho, além de orientá-los durante as trilhas naturais.

Além disso, a sinalização deve ser padronizada e contínua ao longo das trilhas, seguindo normas estabelecidas pelo Guia Brasileiro de Sinalização Turística. De acordo com a Organização Mundial do Turismo (2003, p. 9), “[...] sinalização turística e para visitantes deve ser parte dos programas de turismo referentes à informação, promoção e desenvolvimento regional, com ênfase especial nos postes indicadores”.

Figura 19: Sinalização turística



Fonte: Autor (2024).

Além do fato das placas não se adequarem às diretrizes presentes no Plano de Manejo da UC, as condições de conservação destas placas, em muitas das vezes, por estarem sujeitas a vandalismo, não são as melhores, como podemos observar em algumas das imagens mostradas aqui (com exceção da figura 19). Por isso, é importante um plano de manutenção para este tipo de instrumento de interpretação.

3.1.3. Folhetos e mapas

No plano de manejo da UC não há orientações quanto ao material de folheteria. Dessa forma, recentemente, a Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu desenvolveu materiais para distribuir na guarita do PNMNI e em eventos que visam divulgar o turismo no município.

É interessante destacar que, na contemporaneidade, a distribuição de papelaria pode ser vista de forma negativa por gerar resíduos, sendo recomendado o uso do mapa virtual mediados pela tecnologia. No entanto, a ausência de sinal de internet no interior do parque desfavorece o uso de materiais digitais, como mapas interativos, que poderiam contribuir para a experiência do visitante.

Ademais, percebe-se que a folheteria existente pouco explora características da flora e fauna. Não há, por exemplo, um guia de observação da fauna e flora presente na UC, até a publicação dessa pesquisa. Este seria um material que atrairia visitantes cujo objetivo é a observação das espécies de Mata Atlântica – um visitante comum em outras UC do Brasil.

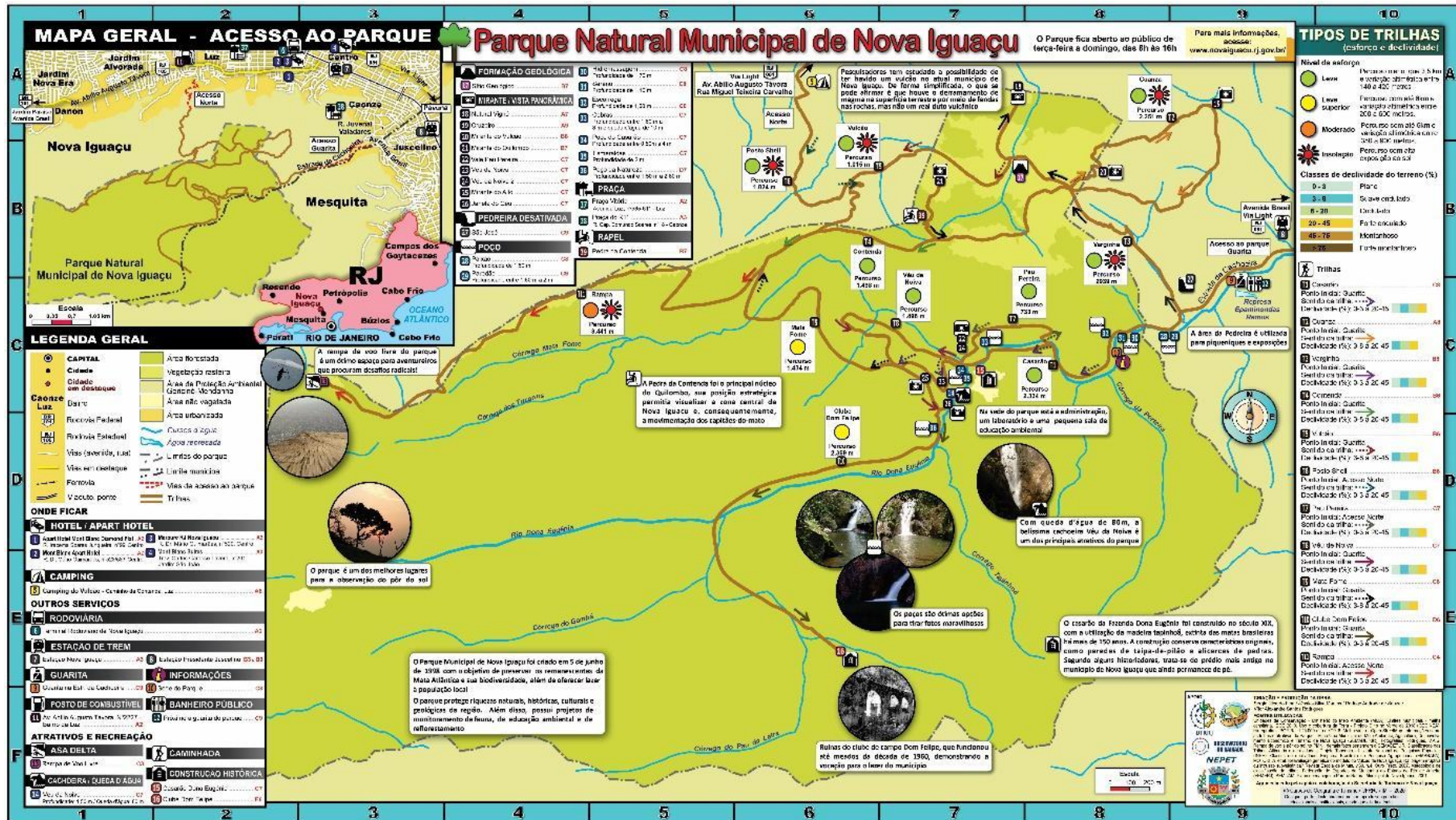
Quanto aos mapas distribuídos no PNMNI e em eventos externos, os únicos encontrados (Mapas 4 e 5) foram elaborados no âmbito o projeto coordenado pelo professor doutor Sérgio Ricardo Fiori, da UFRRJ em parceria com o Observatório de Turismo e Lazer Baixada Verde e a antiga Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo de Nova Iguaçu, em que o autor dessa dissertação participou, no ano de 2020.

O objetivo era melhorar a orientação e interpretação no parque, e envolveu a elaboração de mapas de orientação voltados ao lazer no município de Nova Iguaçu, incluindo mapas temáticos específicos para o PNMNI (Fiori *et al.* 2024).

Atualmente, de acordo com Fiori *et al.* (2024, p. 24),

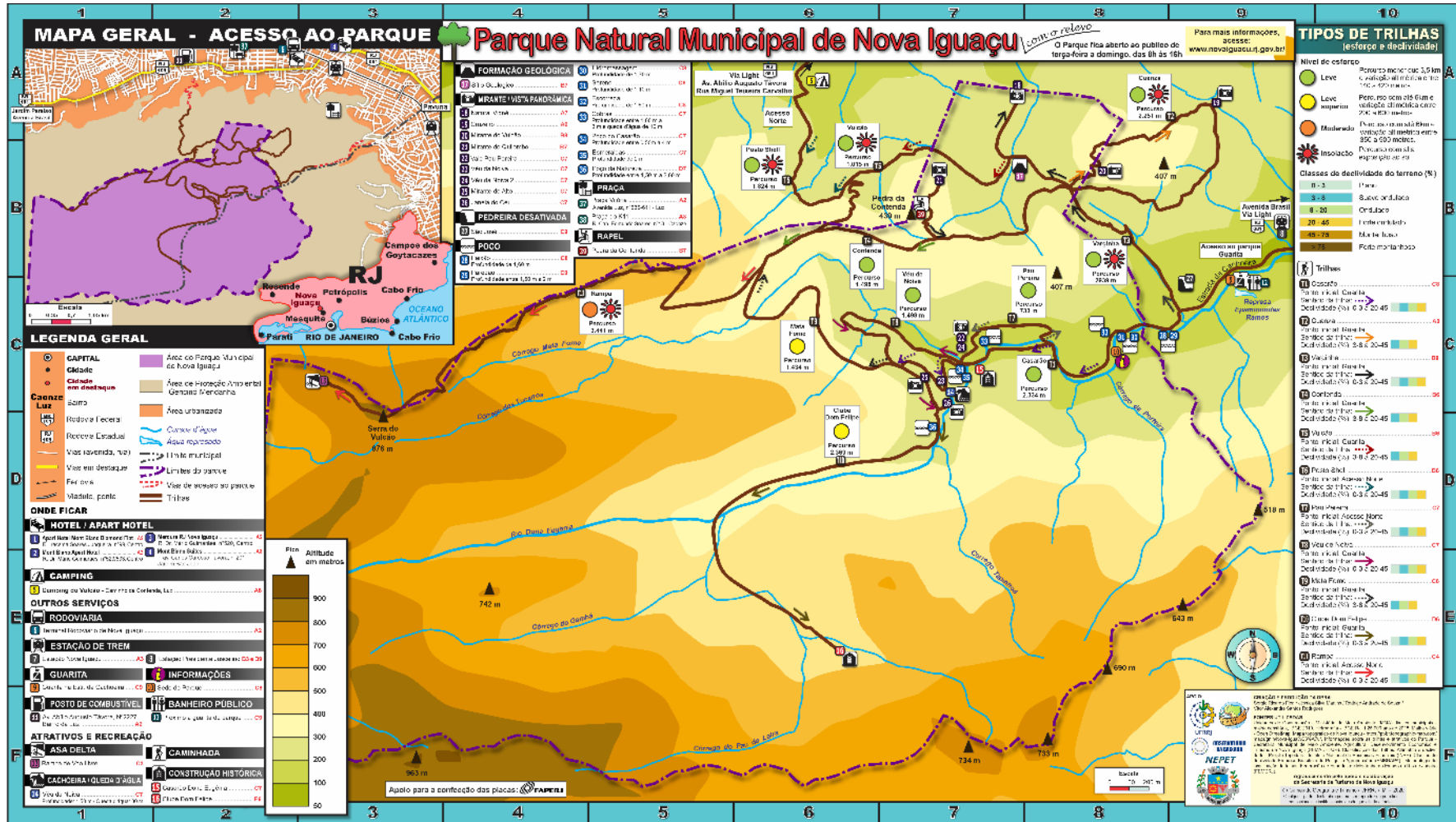
[...] os dois produtos cartográficos se estabelecem como uma importante e única fonte de informação para o planejamento de visitas ao PNMNI (antes e durante o passeio), uma vez que não há outro mapa com o mesmo nível de detalhamento das informações disponibilizadas sobre o Parque.

Mapa 4: Mapa de orientação ao lazer e turismo do PNMNI



Autor: Fiori et al. (2024).

Mapa 5: Mapa do relevo e altimetria do PNMNI



Fonte: Fiori et al. (2024).

As imagens que seguem também trazem exemplares de folheteria distribuída no PNMNI e em eventos externos, como palestras e reuniões na UFRRJ – Campus Nova Iguaçu.

Figura 20: Folhetos e Mapas do PNMNI



Fonte: Autor (2024).

Destaca-se que, durante o trabalho de campo e nos resultados da pesquisa de opinião junto aos visitantes, percebe-se que a folheteria e os mapas não são distribuídos de forma ampla aos visitantes, o que desfavorece seu potencial de influenciar na interpretação do patrimônio natural e histórico existente.

3.1.4. Trilhas interpretativas

No PNMNI, encontram-se trilhas sinalizadas para que as informações contidas nessas mídias revelem informações históricas e contemporâneas sobre o local e patrimônio.

Foram identificadas trilhas interpretativas, que podem ser autoguiadas ou, até mesmo, guiadas por um profissional capacitado ou guias de turismo que atuem na região. Nas fotos da

figura 21, é possível observar a realização de uma trilha guiada por um dos profissionais do PNMNI. Essa experiência aconteceu a partir do evento “Um Dia no Parque”, que atraiu centenas de pessoas no dia 21 de julho de 2024 à UC.

Esse e outros eventos acontecem de forma sazonal no parque e podem ser acompanhados pelas redes sociais do PNMNI e da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente – SEMAM.

Entre as trilhas mais visitadas, estão as trilhas do Casarão que passa por poços d’água, como o Hidromassagem, Sereno e Escorrega, e as trilhas Pau Pereira, Véu da Noiva, Vulcão etc. Placas interpretativas e de sinalização podem ser vistas durante o trajeto das trilhas naturais.

Figura 21: Trilhas interpretativas



Fonte: Autor (2024).

As imagens a seguir retratam placas de sinalização presentes nas trilhas da UC, que são, geralmente, autoguiadas.

Figura 22: Placas presentes nas trilhas interpretativas



Fonte: Autor (2024).

3.1.5. Sala utilizada como Centro de visitantes

O parque não conta com uma sala, formalmente, construída para funcionar como centro de visitantes. Contudo, é utilizada uma sala administrativa para a recepção de grupos de pesquisadores, voluntários, gestores etc (figura 23).

Nesta sala, é possível conhecer itens em exposição, como exemplares faunísticos e florísticos, artigos militares e peças de cerâmicas, ali encontrados, e documentos importantes no que tange a história da região e surgimento da UC.

Esta adaptação demonstra o esforço da equipe em suprir as deficiências que as estruturas de interpretação da UC apresentam. Este esforço, causa um impacto significativo na experiência dos visitantes, especialmente, dos escolares que visitam a UC sempre de forma mediada por professores e funcionários do parque.

Figura 23: Sala utilizada como Centro de visitantes do PNMNI



Fonte: Autor (2024).

No entanto, é importante destacar que um centro de visitantes especialmente construído para isso, contaria com um plano de interpretação que poderia mudar a realidade da interpretação patrimonial na UC, pois poderia, mesmo antes da visita, preparar o visitante que desenvolveria um olhar informado e atento ao que estaria prestes a contemplar na visitação, como ocorre nos

exemplos citados nesta dissertação no Parque Nacional da Tijuca e no Parque Nacional do Iguaçu.

Ademais, um centro de visitantes estaria disponível a qualquer visitante, não sendo somente acessado por estudantes com visita agendada à UC, como é comum de ocorrer na contemporaneidade. Esta estrutura levaria visitantes independentes (a lazer ou a turismo) a uma maior valorização do bem e a receber educação ambiental de forma involuntária durante o seu momento recreativo.

3.1.6. Condutores/Interpretação guiadas

São poucos os visitantes independentes (a lazer ou turistas) que chegam ao parque acompanhados de guias de turismo, apesar de ser um fenômeno, perceptivelmente, em ascensão. A visita guiada é mais comum nas atividades de educação ambiental com estudantes de escolas do município ou dos municípios vizinhos, como supracitado.

A interpretação guiada pode acontecer na UC por meio de seus funcionários ou condutores e guias contratados para grupos organizados. É comum identificar visitas guiadas durante eventos em que a comunidade é convidada a conhecer o parque.

Recentemente, uma Organização Não-Governamental (ONG) denominada Instituto de Educação Ambiental e Ecoturismo (EAE) vem junto com a gestão da UC e a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (SEMAM) para o fomento de visitas e atividades guiadas na UC. Também, organizaram um curso de condutores que foi ofertado à comunidade a fim de melhorar a experiência dos visitantes e contribuir para a conscientização ambiental. O curso teve seu término em outubro de 2024 e capacitou aproximadamente 20 condutores⁵, a maioria moradores de regiões vizinhas a UC (Parque Natural Municipal De Nova Iguaçu, 2024).

3.1.7. Programas de extensão atuantes como instrumentos de interpretação ambiental

A Universidade tem um papel fundamental na promoção científica e cultural da região. Acolher a comunidade é um de seus principais pilares, pelo qual a comunicação se torna imprescindível na formação acadêmica, profissional e cidadã de seus alunos.

⁵ Houve desencontro entre as informações fornecidas pela gestão da UC e a entidade parceira, sendo que indicaram 22 e 18 condutores capacitados respectivamente.

O Programa Universidade na Comunidade, um dos projetos que o Curso de Geografia da UFRRJ, campus Nova Iguaçu, desenvolve-se no PNMNI, é um dos aliados na construção de um plano interpretativo da UC. Contribui para a criação de uma interpretação da natureza e patrimonial em Nova Iguaçu, por meio da elaboração de *banners* informativos e educacionais sobre a UC (Figura 24).

Figura 24: *Banners* produzidos pelo projeto Universidade na Comunidade



Fonte: Autor (2023).

Em um território onde a resistência às dificuldades socioterritoriais (falta de infraestrutura, precariedades urbanas) se prova a cada dia, essa forma de comunicação estratégica pode contribuir para fomentar uma conscientização em diversos aspectos, sobretudo ambientais. O projeto contribui para os estudos sobre a Baixada Fluminense, oportunizando repensar a sociedade e a natureza ao exercitar a percepção ambiental e o fomentar à valorização do lugar e ao uso desse patrimônio natural tão importante para a região.

Outro projeto em destaque, é o Educação Ambiental nas Trilhas do Parque, cujo autor teve oportunidade de contribuir quando estudante de Geografia na UFRRJ e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). O projeto ocorreu no primeiro semestre de 2022, conduzido pela professora Edileuza Queiroz, e está vinculado ao

Programa Universidade na Comunidade e ao Jovem Cientista do Nosso Estado. Nesse contexto, realizou-se pesquisa aplicada *in loco* com o intuito de implementar uma trilha interpretativa no PNMNI para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental. A ideia com a trilha era estreitar a relação entre a sociedade e a natureza.

Durante o projeto, foram desenvolvidas placas interpretativas, como uma linha do tempo do PNMNI, assim como produtos que apresentavam a fauna e flora da UC, além de um mapa de orientação, enfatizando a trilha Pau Pereira.

3.1.8. Síntese da análise

O cruzamento da teoria (especialmente os manuais do ICMbio, como o “Interpretação Ambiental nas Unidades de Conservação Federais”, e obras como as de Murta e Albano, “Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar”, além de autores que trataram o uso público no PNMNI, como é o caso de Queiroz, em sua tese de doutorado “Uso público no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu-RJ: trilhando entre possibilidades e dificuldades”) e as evidências identificadas no trabalho de campo possibilitaram apresentar e avaliar de maneira crítica e construtiva os instrumentos de interpretação do patrimônio identificados no PNMNI.

Cabe lembrar que, de acordo com o Tilden (1957, apud Murta e Goodey, 2005, p. 18), os seis princípios clássicos para nortear a filosofia do esquema interpretativo são:

1. Sempre focalizar os sentidos dos visitantes de forma a estabelecer a conscientização pessoal sobre determinadas características do ambiente.
2. Revelar sentidos com base na informação e não apenas informar.
3. Utilizar muitas artes visuais e de animação, seja o material apresentado científico, histórico e arquitetônico.
4. Não apenas instruir, mas provocar estimulando curiosidade no visitante encorajando a exploração mais aprofundada do que está sendo interpretado.
5. Apresentar a história completa em vez de parte desta; dirigir-se a pessoa inteira.
6. Acessível a um público o mais amplo possível levando em consideração necessidades especiais.

Ademais, a pesquisa teve como base para avaliação questões como: (i) se os instrumentos seguem as ações previstas no plano de manejo; (ii) se existe uma identidade visual e um fio lógico na contação da história do território; (iii) se as placas que tratam dos aspectos culturais estão em sintonia com as placas dos aspectos ambientais/biofísicos.

Assim:

(i) Percebe-se o uso de técnicas de comunicação estratégicas no PNMNI, especialmente em suas trilhas, instrui os visitantes a explorarem a região de forma sustentável e respeitando a

biodiversidade local. No entanto, na prática, os instrumentos de comunicação, como as placas de orientação turística e interpretação dos atrativos, não seguem as diretrizes do plano de manejo.

Deste modo, é essencial uma padronização dos instrumentos interpretativos, fundamentados em pesquisas e informações consistentes sobre os aspectos naturais e culturais do local, visando a integração e a conformidade com as diretrizes estabelecidas no Plano de Manejo. O próprio ICMBio defendeu que a uniformização de diretrizes para a interpretação se faz necessário ao elaborar produtos relacionados à interpretação ambiental, a partir da publicação das “Diretrizes para a Interpretação Ambiental no ICMBio”, compostas no conteúdo Interpretação Ambiental nas UC Federais (ICMBio, 2018, p. 16-17).

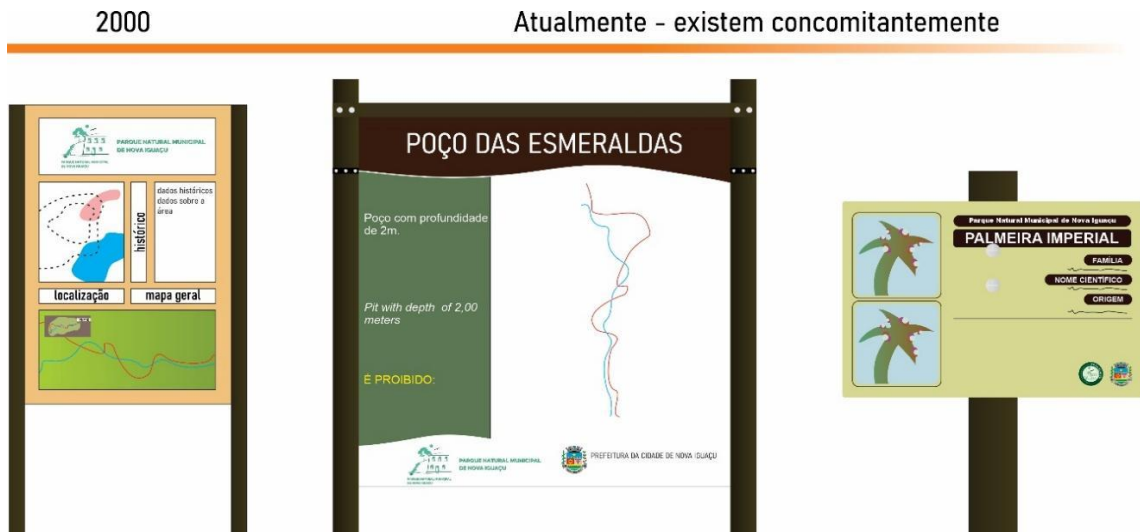
De acordo com a Organização Mundial do Turismo (2003, p. 34), “a padronização [...] é necessária para rotas turísticas, tanto em âmbito nacional quanto internacional (quando tais rotas cruzam vários países). Enquanto houver diferenças [...] deve ser submetido a padronização internacional”. Em outras palavras, recomenda-se a utilização de pictogramas conhecidos internacionalmente para a sinalização.

Cabe destacar que a indicação de trilhas para atividades ao ar livre é parcialmente coberta pelos símbolos gráficos existentes padronizados pela ISO.

Neste sentido, ainda que haja a necessidade de atualização dos padrões estabelecidos na criação do parque, a observância às normas estabelecidas pode favorecer uma experiência mais significativa para o visitante, além de aprimorar os processos de comunicação dentro do PNMNI. Assim, essas lacunas podem comprometer a eficácia da comunicação, além de prejudicar a experiência do visitante, que pode se sentir desorientado.

As figuras a seguir guiam a análise e explicitam a não conformidade dos instrumentos de comunicação com as diretrizes estabelecidas no plano de manejo (Figura 25), evidenciando a necessidade de revisão e adequação para garantir maior coerência e efetividade na transmissão das informações aos visitantes.

Figura 25: Linha do tempo identidade visual PNMNI



Fonte: Nova Iguaçu (2000, adaptado pelo autor, 2025).

(ii) Observa-se que os instrumentos de interpretação do parque apresentam certa coerência estética e um fio condutor na narrativa das informações. Entretanto, sua estrutura e design não seguem integralmente as diretrizes estabelecidas no plano de manejo, o que se reflete em aspectos como escolha de tipografia, cores, organização do conteúdo e posicionamento dos elementos gráficos. Essa falta de conformidade pode comprometer a clareza das mensagens, além de gerar uma experiência visual fragmentada (figura 26).

Figura 26: Linha do tempo identidade visual PNMNI (2)



Fonte: Nova Iguaçu (2000, adaptado pelo autor, 2025).

(iii) As placas que tratam dos aspectos culturais estão em sintonia com as placas dos aspectos ambientais/biofísicos. O quadro a seguir traz uma síntese da análise dos instrumentos interpretativos identificados no PNMNI.

Quadro 3: Síntese da análise dos instrumentos interpretativos identificados no PNMNI

Instrumento interpretativo	Base teórica	Qualidade e condições do instrumento identificado no PNMNI	Efetividade do instrumento para a interpretação
Placas de sinalização turística	De acordo com Murta e Albano (2002, p. 35), a sinalização pode revelar características naturais e culturais de um lugar, além de sinalizar ao usuário informações através de ilustrações de fácil compreensão e textos curtos. De forma geral, direciona o usuário a locais de interesse. Segundo a Organização Mundial do Turismo (2003, p. 4), “os signos e símbolos foram os primeiros instrumentos utilizados pela humanidade para promover a comunicação”. Devem ser o mais simples possível e não afetem a autenticidade do ambiente.	Diversas placas de sinalização turística podem ser encontradas durante os trajetos de trilhas naturais na UC. Assim, podem servir para orientar os visitantes e contribuem para a experiência da visita.	Necessita melhorias: a sinalização externa a UC, de modo geral, não atende de forma satisfatória os visitantes
Placas Interpretativas, painéis e letreiros	Pode-se considerar parte das técnicas de interpretação com base no design (Murta e Albano, 2002, p. 26). São amplamente utilizados para apresentar o patrimônio cultural. Esse tipo de mídia apresenta “textos, ilustrações e representações para sensibilizações, informações e direcionamento de visitantes [...]” (Murta; Albano, 2002, p. 27).	Encontra-se, no PNMNI, materiais construídos com esse intuito: valorizar a experiência do visitante que podem servir de apoio para uma interpretação guiada. No entanto, as placas se encontram desgastadas pelo tempo e, em alguns casos, depredadas e vandalizadas.	Parcialmente eficaz: parte das placas e painéis não estão de acordo com o Plano de Manejo e se encontram vandalizadas.
Folhetos e mapas	Os mapas desenvolvidos por Fiori <i>et al</i> (2024) são os únicos produtos cartográficos distribuídos, tanto na guarita quanto em eventos externos e em reuniões sazonais na UC. “[...] os dois produtos cartográficos se estabelecem como uma importante e única fonte de informação para o planejamento de visitas ao PNMNI (antes e durante o passeio), uma vez que não há outro mapa com o mesmo nível de detalhamento das informações disponibilizadas sobre o Parque” (Fiori <i>et al.</i> , 2024, p. 24).	O mapa de orientação do PNMNI apresenta sinalização de trilhas e localização dos atrativos turísticos, textos curtos e informativos, imagens e ilustrações de fácil compreensão. É distribuído gratuitamente na guarita da entrada Sul da UC, e em eventos e feiras que buscam divulgar o turismo do município. No entanto, durante o trabalho de campo e de acordo com resultado da pesquisa de demanda, tais mapas não são amplamente distribuídos ou conhecidos pelos visitantes.	Ineficaz: necessita de distribuição em pontos estratégicos e em larga escala, não apenas em eventos sazonais. O mapa poderia ser disponibilizado no site do município, numa aba sobre o lazer em Nova Iguaçu e impresso em Placas distribuídas na UC
Trilhas (e placas interpretativas nas trilhas)	Murta e Albano (2002, p. 36) revelam que as trilhas, tradicionalmente, são projetadas para serem autoguiadas. Dessa forma, a organização de trilhas, rotas e roteiros são importantes na organização do espaço. Placas interpretativas, placas de sinalização e painéis podem contribuir para uma interpretação guiada durante o percurso de trilhas interpretativas.	As trilhas interpretativas, podendo ser guiadas e autoguiadas, são de extrema importância para a experiência na UC, uma vez que dispõe de dezenas de placas, painéis e letreiros interpretativos. Como observado anteriormente, as placas contam a história de surgimento da UC, curiosidades sobre os	Parcialmente eficaz: boa estrutura e reconhecida pelos visitantes como fundamentais para a experiência na UC, contudo, algumas placas se encontram vandalizadas ou/e apagadas.

		atrativos, informações necessárias e podem ser ilustrados com gravuras, imagens e mapas.	
Centro de visitantes e informações turísticas	O centro de visitantes é um local de acolhimento aos usuários e visitantes daquele patrimônio. De acordo com Murta e Albano (2002, p. 41), um centro de visitantes é “um lugar aberto ao público e destinado à interpretação de um sítio, cidade ou parque [...]”.	O centro de visitantes, hoje, funciona na sede administrativa da UC, de forma improvisada. Ali há exposição de espécies faunísticas e florísticas, além de documentos importantes e peças de cerâmicas. Há também a exposição de <i>banners</i> informativos e educativos.	Parcialmente eficaz: necessita transformá-lo em um centro de visitantes especialmente planejado para isso e que seja aberto a todos os perfis de visitantes.
Interpretação guiada	A interpretação guiada, de acordo com Delgado e Pazos (2013, p. 15), requer um número reduzido de pessoas (no grupo) e depende de condutores e guias disponíveis para realizar o trabalho de guiamento.	No PNMNI, acontece a interpretação guiada em oportunidades sazonais, como em eventos e visitas visando educação ambiental com um profissional capacitado ou até mesmo guiamentos a fim de turismo e lazer.	Parcialmente eficaz: essa visita guiada é realizada apenas em eventos específicos e com grupos de educação ambiental; grande parte dos visitantes não tem conhecimento desse serviço.

Fonte: Organização Mundial do Turismo (2003), Murta e Albano (2002), Fiori *et al.* (2024), adaptado pelo autor (2025).

3.2. Uma nova visão sobre a interpretação no PNMNI

Um plano interpretativo tem como função fomentar a conexão entre o usuário e o patrimônio, sendo consideradas estratégias de comunicação que favoreçam tal conexão. As técnicas de interpretação, que compõem um plano interpretativo, visam “estimular o visitante a desenvolver a consciência, a apreciação e o entendimento dos aspectos naturais e culturais, transformando a visita numa experiência enriquecedora e agradável” (MMA, 2006 apud ICMBio, 2020, p. 8)

De acordo com o Plano Interpretativo do Parque Nacional do Jaú (ICMBio, 2020, p. 3), leva-se em conta, ao construir um plano interpretativo, os interesses dos diferentes públicos, assim como os objetivos da criação da UC. Ademais, segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2006 apud ICMBio, 2020, p. 8), o plano interpretativo tem como funções:

- Adotar a interpretação ambiental como uma forma de fortalecer a compreensão sobre a importância da UC e seu papel no desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental;
- Utilizar as diversas técnicas da interpretação ambiental como forma de estimular o visitante a desenvolver a consciência, a apreciação e o entendimento dos aspectos naturais e culturais, transformando a visita numa experiência enriquecedora e agradável;
- Empregar instrumentos de interpretação ambiental como ferramenta de minimização de impactos negativos naturais e culturais;
- Desenvolver instrumentos interpretativos fundamentados em pesquisas e informações consistentes sobre os aspectos naturais e culturais do local;
- Envolver a sociedade local no processo de elaboração dos instrumentos interpretativos;
- Assegurar que o projeto de interpretação ambiental seja elaborado por equipe multidisciplinar e que utilize uma linguagem acessível ao conjunto dos visitantes.

Dessa forma, esse subcapítulo que tem o intuito de cumprir com o último objetivo específico da dissertação; “dar sugestões para aprimorar os instrumentos interpretativos presentes no PNMNI”. Para isso, utiliza-se os resultados do projeto de extensão Perfil de Demanda Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, desenvolvido pelo Observatório de Turismo e Lazer Baixada Verde, sob coordenação da professora Isabela Fogaça, que possibilitou conhecer o perfil dos usuários do PNMNI, o que favorece a elaboração de um plano de interpretação efetivo para o parque.

O projeto teve como objetivo, de acordo com o Observatório de Turismo e Lazer Baixada Verde (2024), “monitorar a visitação do parque por meio de uma pesquisa de demanda, mensalmente, no período de um ano”, além de “identificar e analisar o perfil do visitante, bem

como seus hábitos de frequência, percepções em relação ao Parque e sobre Unidades de Conservação (UCs)”. A coleta de dados ocorreu de fevereiro de 2024 a março de 2025.

Assim, aqui são utilizados os dados mais pertinentes a essa dissertação. Ressalta-se a relação dos visitantes com a natureza; o impacto das visitas na saúde mental dos indivíduos; e, suas percepções sobre a infraestrutura interpretativa do parque, como as placas dispostas ao longo das trilhas e os mapas distribuídos na guarita de acesso.

Os elementos são essenciais para compreender não apenas dos padrões de uso e apreciação do espaço, mas, também, para orientar melhorias nas práticas de manejo do uso público na UC e nas estratégias de comunicação adotadas pela gestão do PNMNI.

3.3.1. Perfil do visitante e avaliação de instrumentos de interpretação presentes no PNMNI a partir da visão do usuário.

Entre os meses de fevereiro de 2024 a março de 2025 foi aplicada a pesquisa que identificou o perfil do visitante e avaliou instrumentos de interpretação presentes no PNMNI, a partir da visão do usuário. O relatório final da pesquisa trouxe a análise do total de 553 respostas. Tanto os visitantes que entraram pela Área Sul, quanto pela Área Norte, responderam à pesquisa.

A maior parcela do público é composta por jovens entre 21 e 30 anos (41,0%). Em relação ao gênero, 59,1% dos respondentes se declararam do gênero masculino e 40,7%, do gênero feminino. Quanto à autoidentificação étnico-racial, 37,6% se declararam brancos, enquanto 62,1% se identificaram como pretos ou pardos. No que se refere à escolaridade, 39,1% dos entrevistados concluíram pelo menos o ensino médio, e 24,1% possuem ensino superior completo.

Quanto à renda familiar, parte em destaque dos entrevistados apontaram que vivem com 1 a 2 salários-mínimos (30,0%); 2 a 4 salários-mínimos (27,7%). Sobre a contagem dos municípios de moradia, 42,9% dos entrevistados afirmaram morar em Nova Iguaçu – um número expressivo, visto que quase metade dos visitantes são do entorno da UC; já 23,1% são de Mesquita. De forma geral, os visitantes moram na Baixada Fluminense.

Sobre já ter visitado ou não outra UC, 66,2% dos entrevistados afirmaram já ter visitado pelo menos uma UC além do PNMNI. Desses visitantes que já estiveram em outras UC, a mais citada foi o Parque Nacional da Tijuca, seguidos pela Reserva Biológica do Tinguá – mesmo

ela não sendo aberta ao público para lazer e turismo, esta UC é citada, por existe um uso público irregular nas franjas desta área protegida, nas proximidades de bairros que estão em sua zona de amortecimento, como o bairro Tinguá.

Quando perguntados sobre qual a principal motivação de ir ao PNMNI, 48,3% dos entrevistados afirmaram ir para realizar lazer e recreação; 17,4% assinalaram relaxar ou descansar; 8,7% das pessoas vão ao PNMNI voltados ao esporte. Apenas 8,1% foram para conhecer a UC.

Já sobre sua visão do PNMNI ser ou não uma área com potencial prática do turismo, 83,7% respondentes acreditam que a área tem potencial turístico, portanto de atrair público de outros municípios. Enquanto, apenas 16,3% acreditam que é uma área de lazer voltada apenas para a comunidade do entorno.

Quanto às estruturas que se relacionam à interpretação do patrimônio, a pesquisa questionou como os visitantes avaliam as seguintes estruturas: visita guiada, acesso e sinalização externa ao parque, efetividade da sinalização interna, qualidade do centro de visitantes (sede administrativa), disponibilidade de informações nas placas interpretativas e distribuição e utilização do mapa do parque.

Quanto à visita guiada, 59,5% dos visitantes afirmaram que nunca realizaram e não sabiam dessa possibilidade, enquanto 30,0% dos respondentes assinalaram que nunca realizaram visita guiada, mas sabem da possibilidade, e apenas 10,5% realizaram a visita guiada.

Sobre o acesso e sinalização externa ao parque, comumente ouvíamos que existem poucas placas de sinalização indicando que havia o parque nas proximidades – 48,3% dos entrevistados assinalaram essa sinalização como “ruim”; 40,1% afirmaram como “boa”; e apenas 8,5%, como “excelente”.

Sobre a efetividade da sinalização interna, o cenário muda drasticamente - 58,6% afirmaram ser “boa”, 22,8%, excelente e apenas 15,0% como ruim.

O centro de visitantes – leia-se sede administrativa, que funciona como uma espécie de centro de visitantes – também esteve em pauta, contudo, a maioria dos respondentes ainda não o visitou, com 81,4%. Ou seja, os visitantes não observaram as exposições no que tange a variedade faunística e florística da UC colocadas ali. Se as exposições estivessem mais facilmente aos visitantes independentes – não estudantes recebidos pela equipe do parque – poderiam ser aliadas na comunicação da importância da conservação da natureza.

Sobre a disponibilidade de informações nas placas interpretativas, 58,0% assinalaram como “boas”, 20,4% como excelentes e apenas 13,2%, ruins. Dessa forma, presumimos que a maioria dos visitantes leem as placas de interpretação e estavam entusiasmados falando sobre elas: muitos deles até mesmo indicaram alterações a fazer, reforçando a participação da comunidade. Contudo, alguns se queixaram que “há muitas placas apagadas durante o trajeto”, o que dificulta a visualização.

No que tange ao mapa do parque – folheteria impressa, a maioria nem chegou a recebê-los, indicando uma falha na distribuição – 68,7% dos respondentes assinalaram que não receberam o material, dessa forma, não puderam avaliá-los; 28,9% dos entrevistados afirmaram ser “bom” ou “excelente”, enquanto apenas 2,4% dos entrevistados afirmaram ser ruim e gostariam de melhorias.

É possível perceber que, ao serem estimulados a avaliar de 1 a 5 o quanto esse tipo de material seria importante na experiência de visita de uma UC, sendo 1, nada, e 5, muito; 91,5% responderam 5, portanto, a oferta de mapas interpretativos é avaliada como muito importante pelos usuários do PNMNI. Ou seja, a produção e distribuição desses materiais de apoio os ajudaria a se localizar em meio ao espaço e ter uma interpretação e experiência mais significativa durante sua visita.

Quanto às trilhas do PNMNI e sua sinalização, foi realizada a mesma questão para que avaliassem de 0 a 5 o quanto esse tipo de estrutura seria importante na experiência de visita de uma UC, assim a maioria, 91,3%, considera tais instrumentos cruciais para uma boa experiência de visita, respondendo 5.

A percepção positiva dos usuários acerca desses instrumentos pesquisados, como a sinalização e manutenção das placas interpretativas, demonstram a importância na orientação, comunicação e interpretação do patrimônio, enquanto as avaliações menos favoráveis sobre as vias de acesso e sinalização externa indicam pontos que demandam melhorias e atenção por parte dos agentes competentes: visitantes se queixaram sobre as dificuldades e insegurança ao acessar a UC.

A valorização do mapa impresso reforça a necessidade de materiais informativos e de orientação acessíveis. A pesquisa ainda trouxe avaliação de elementos externos à UC, mas que impactam significativamente na experiência de visita ao parque, como sinalização de acesso.

Essas análises são fundamentais para subsidiar ações que aprimorem um plano

interpretativo do parque, garantindo maior integração com as diretrizes do plano de manejo e fortalecendo seu potencial.

3.3.2. Sugestões/ para aprimorar os instrumentos interpretativos do PNMNI

A análise do perfil do visitante, suas opiniões em relação aos instrumentos de interpretação do parque e a análise feita durante os trabalhos de campos realizados para pesquisa de demanda e para esta dissertação, evidenciam a necessidade de aprimoramento nos instrumentos interpretativos do PNMNI, uma vez que os instrumentos exercem um papel fundamental na experiência do visitante.

Sabendo disso, observa-se a presteza em melhorar a comunicação, sobretudo: sinalização externa ao parque; sinalização e manutenção das placas interpretativas; transformação da sede administrativa em um centro de visitação, de fato, aberto ao público; divulgação das visitas guiadas; e, distribuição dos mapas de orientação impressos em larga escala, bem como impressão deste mapa em painéis espalhados pelo parque.

Um dos principais desafios apontados pelos visitantes é a baixa visibilidade da sinalização externa ao parque. Muitos relatam dificuldades para localizar o PNMNI, especialmente aqueles que utilizam transporte público e completam o trajeto a pé. Recomenda-se a instalação de novas placas de orientação nas comunidades e bairros vizinhos, assim como nas regiões centrais de Nova Iguaçu e Mesquita.

Como apontado anteriormente, essas sinalizações devem ser claras, padronizadas e atraentes: o uso de mapas, nesse sentido, poderia contribuir para a orientação de visitantes recorrentes e encorajar potenciais novos usuários.

A sinalização das trilhas naturais e as placas interpretativas no PNMNI foram avaliadas de forma positiva, contudo, visitantes recomendaram a necessidade de manutenção contínua. Muitas placas estão apagadas, danificadas e, até mesmo, vandalizadas – pichações são vistas de forma corriqueira em instrumentos de comunicação. Caso houvesse a cobertura de rede móvel na localidade, pedido de muitos usuários dessa UC, a inclusão de QR Codes nessas placas que direcionem para conteúdos complementares poderia enriquecer a experiência de visitação.

Além disso, a Organização Mundial do Turismo (2003, p. 34) recomenda a utilização de uma marcadores para rotas e trilhas turísticas. Assim como há no mapa de orientação ao

visitante desenvolvido por Fiori *et al* (2024), esses indicadores podem se tornar importantes ao instruir os visitantes quanto ao grau de dificuldade de trilhas e atividades ao ar livre.

A sede administrativa, poderia, caso houvesse o interesse dos agentes responsáveis, ser transformada em um centro de visitantes apropriado para exposições educativas. É necessário requalificar esse espaço, transformando-o em um ambiente de educação ambiental e patrimonial, visto que no território do PNMNI há construções históricas, como a Fazenda Dona Eugênia, e exemplares faunísticos e florísticos exuberantes.

A utilização de televisores, por exemplo, poderia contribuir para o desenvolvimento de didáticas lúdicas, como vídeos interativos, bem como jogos que trariam ludicidade ao processo interpretativo.

A divulgação das visitas guiadas, como parte de um maior desenvolvimento de atividades de educação ambiental na UC por parte das autoridades competentes, torna-se relevante. Grande parte dos visitantes que responderam à pesquisa desconhecia essa possibilidade, o que demonstra uma falha na comunicação deste serviço.

Condutores locais, formados pelo curso recém-realizado pela gestão parque em parceria com a EAE, podem ter uma base na UC, sendo uma oportunidade para integrar a comunidade às atividades do parque e aprimorar a oferta dessas visitas guiadas.

A distribuição de mapas impressos, além de outros materiais de folheteria, é outro ponto crítico a ser melhorado. Muitos visitantes relataram não ter recebido o material, o que compromete a autonomia na realização das trilhas naturais e dificultam a experiência da visita e interpretação autoguiada.

O mapa é um recurso valorizado pelos usuários que participaram da pesquisa, que o consideram essencial para uma experiência positiva. Portanto, recomenda-se ampliar a distribuição desse material em pontos estratégicos.

O fortalecimento dos instrumentos de interpretação deve caminhar junto com o desenvolvimento de uma política de comunicação integrada, além do Plano de Manejo da UC.

Dessa forma, a partir dessas recomendações, visa-se, principalmente, comunicar-se com o visitante sobre a riqueza histórica, cultural, faunística e florística do território, envolvendo-o em uma experiência positiva e marcante; não apenas para transmitir informações, mas, contribuir para ampliar a visibilidade do PNMNI e atrair novos públicos, sem comprometer a conservação desse território tão importante na Baixada Fluminense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como principal questionamento, como estão sendo aplicadas as práticas de interpretação do patrimônio cultural no PNMNI. E como pergunta secundária, busca-se responder quais técnicas de interpretação do patrimônio podem favorecer um maior reconhecimento desse patrimônio, uma vez que se acredita que a disseminação dessas técnicas é essencial para que a população de Nova Iguaçu (re)conheça a riqueza do seu lugar. Dessa forma, seu objetivo geral buscou classificar as práticas de interpretação do patrimônio cultural no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI).

A interpretação do patrimônio, além de ser um exercício do olhar, pode aproximar os usuários ao espaço, criando uma atmosfera propícia para a realização de novas práticas interpretativas. Dessa forma, leva-se em consideração os aspectos culturais e históricos da criação da unidade no processo de experimentação do visitante.

Iniciativas de interpretação patrimonial são imprescindíveis para aproximar as comunidades e/ou os visitantes do meio ambiente, sensibilizando-os sobre a relação entre aspectos culturais e naturais no espaço ao seu redor. Torna-se, portanto, necessário pensar sobre a importância desse tipo de instrumento de comunicação estratégica de forma geral junto ao patrimônio cultural remanescente no município de Nova Iguaçu, e, mais especificamente, para o PNMNI, em decorrência de sua importância natural no contexto regional.

O uso dessas estratégias pode ser um caminho para a valorização e inclusão social dos moradores da Baixada Fluminense junto a estes bens culturais, permitindo que (re)conheçam, preservem, cuidem e usufruam de seus próprios bens culturais. Assim, no futuro, os próprios moradores poderão divulgar os recursos a visitantes (excursionistas e turistas) que venham conhecer a Baixada Verde e o município de Nova Iguaçu.

Nova Iguaçu é um território marcado por uma rica diversidade cultural e ambiental. Além dos inúmeros patrimônios históricos que fortalecem a identidade local, o município conta com áreas naturais protegidas que contribuem diretamente para a qualidade de vida da população. Esses espaços desempenham um papel essencial na preservação de espécies da Mata Atlântica, muitas delas endêmicas, e ajudam a conter os impactos da urbanização acelerada na RMRJ, preservando recursos hídricos fundamentais à sobrevivência de milhões de habitantes na metrópole.

Além da importância ecológica, as áreas citadas podem oferecer experiências interpretativas significativas à essa população. Por meio da interpretação do patrimônio, os visitantes são convidados a conhecer e sentir esses ambientes de forma mais próxima. Essa vivência favorece a criação de laços com o território e incentiva o cuidado coletivo com o meio ambiente (natural e cultural).

Durante a pesquisa, foram destacadas algumas das principais UC presentes no município. Entre elas, três APAs estaduais: Gericinó-Mendanha, Alto Iguaçu e Rio Guandu. Também foram citados o Parque Estadual do Mendanha e a Reserva Biológica do Tinguá, unidade federal de proteção integral. No âmbito municipal, oito APAs merecem atenção: Tinguá, Jaceruba, Rio D'Ouro, Guandu-Açu, Tinguazinho, Retiro, Morro Agudo e Posse-Guarita. Assim, mesmo que abordadas de forma breve, ficou evidente o quanto revelam a importância de se olhar com mais cuidado para esse patrimônio. Nova Iguaçu guarda muitas belezas que ainda precisam ser valorizadas – conhecê-las é o primeiro passo para protegê-las.

A prática da interpretação do patrimônio possibilita aos visitantes não apenas conhecerem e apreciarem os lugares, mas também prolongarem sua permanência, estimularem novas visitas e contribuírem para o desenvolvimento cultural das comunidades, fortalecendo o turismo sustentável.

Seja através de mapas ilustrados, folders, placas — no caso das interpretações autoguiadas ou da atuação de profissionais, como nas interpretações guiadas, estratégias interpretativas são fundamentais para proporcionar uma experiência significativa. Além de informar, esses recursos criam vínculos emocionais e conscientes com o lugar, reforçando a importância da educação ambiental e patrimonial na visitação.

Especificamente sobre os instrumentos de comunicação e sinalização no PNMNI, nosso recorte de estudo, sugerimos a necessidade de alinhá-los às diretrizes estabelecidas no plano de manejo da UC. A falta de padronização e inconsistência visual prejudicam a eficácia da comunicação e podem causar desorientação, principalmente em trilhas mais difíceis.

É fundamental padronizar os instrumentos de interpretação – placas, totens, entre outros – conforme normas e orientações atualizadas, para que cumpram adequadamente sua função de orientação, valorização e interpretação do patrimônio.

A valorização dos mapas impressos e outros materiais informativos junto aos visitantes reforça a importância de disponibilizar recursos que auxiliem tanto na orientação quanto na interpretação do patrimônio. A ampliação da oferta desses materiais e sua distribuição em

pontos estratégicos – como a guarita, a sede administrativa e em painéis e placas localizadas ao longo da unidade – pode enriquecer, consideravelmente, a experiência de visitação. Os esforços devem ser acompanhados por ações educativas e campanhas de sensibilização que destaquem a importância de valorizar e preservar o PNMNI.

Os dados coletados na pesquisa de perfil do visitante, realizada em parceria com o Observatório de Turismo e Lazer da Região Turística Baixada Verde, oferecem subsídios valiosos para orientar as melhorias necessárias no PNMNI. Nesse sentido, é importante destacar que a pesquisa do perfil do visitante é uma ferramenta estratégica para compreender quem são os usuários da unidade, quais são suas motivações, percepções e necessidades durante a visita.

Esse tipo de levantamento possibilita conhecer as características sociodemográficas, o comportamento de visitação e as expectativas do público, permitindo que a gestão planeje ações mais alinhadas à realidade dos visitantes e desenvolva estratégias de comunicação, sinalização e interpretação mais eficazes, de acordo com as diretrizes do plano de manejo.

Além disso, contribui para aproximar a comunidade local do PNMNI, fortalecendo vínculos, promovendo o sentimento de pertencimento e estimulando a corresponsabilidade na conservação e valorização do patrimônio desse território. Portanto, a pesquisa de perfil do visitante é essencial, não apenas para subsidiar melhorias operacionais e interpretativas, mas também para potencializar a gestão participativa e o desenvolvimento sustentável dessa UC.

É importante destacar as limitações da pesquisa de demanda realizada, uma vez que a coleta de dados teve maior concentração de coleta durante o final de semana, o que não abrange o público de estudantes que visitam a UC com o objetivo de estudo do meio ou aulas fora de sala de aula. Neste sentido, é importante que a unidade, em parceria com a Universidade, amplie esse tipo de investigação, quem sabe com uma pesquisa pensada especificamente para o público estudantil e seus professores.

A integração do plano de manejo junto às pesquisas feitas em parceria com a UFRRJ pode resultar em um plano interpretativo e formas de interpretações mais eficazes, que atendam às expectativas dos visitantes e fortaleçam o potencial do PNMNI como um dos espaços naturais mais importantes dessa região densamente povoada.

Pesquisas também relacionadas às espécies de flora e fauna ali presente, além das relativas aos aspectos culturais, podem gerar guias de observação da flora e fauna, um segmento de turismo em ascensão (a exemplo do *Birdwatching*), e cartilhas e outros materiais didáticos de educação patrimonial que incrementam a interpretação.

Diante disso, recomenda-se ampliar e padronizar a sinalização interna e externa, fortalecer a divulgação das visitas guiadas, promover a capacitação contínua de guias locais, distribuir adequadamente os mapas interpretativos, criar novos materiais interpretativos (como os de observação de flora, fauna e de educação patrimonial), modernizar e tornar a atual sede administrativa em um centro de visitantes e implementar uma política de comunicação integrada focada na interpretação patrimonial.

As melhorias propostas para os instrumentos de comunicação e interpretação não apenas solucionam lacunas existentes, como também contribuem para oferecer uma experiência mais enriquecedora, conectada ao patrimônio e comunidade local e formatar um turismo verdadeiramente sustentável na UC.

Quanto às limitações desta dissertação de mestrado, é importante destacar a restrição de tempo disponível para aprofundar estudos mais sistemáticos sobre o impacto das práticas interpretativas no comportamento dos visitantes e no fortalecimento da identidade local. Também se reconhece as limitações de acesso a documentos institucionais atualizados e as dificuldades logísticas para uma análise mais ampla das visitas guiadas oferecidas na unidade.

A dissertação se encerra sem a pretensão de esgotar as discussões sobre a interpretação do patrimônio no contexto das UC em áreas urbanas, tampouco do patrimônio cultural de forma mais ampliada em um município com a extensão de Nova Iguaçu ou em uma região como a Baixada Fluminense.

Encerra-se com o intuito de abrir novos caminhos de investigação que tratam da percepção comunitária sobre o patrimônio local, os impactos das práticas interpretativas na valorização destes bens por parte de visitantes em geral, e autoidentificação com eles por parte da população, bem como sobre a importância do desenvolvimento de indicadores de avaliação contínua das ações de interpretação patrimonial no PNMNI, em outras unidades da região e em seu patrimônio cultural como um todo.

REFERÊNCIAS

- ANGELO, E. R. B. (org.). **Educação e patrimônio: uma leitura histórica da cidade de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2017. p. 44.
- ANGELO, E. R. B.; FOGAÇA, I. de F. **Memória e cidade: patrimônio, cultura e história de Nova Iguaçu/RJ**. *Cadernos CERU*, 31(2), 197-212, 2020.
- ARARIPE, F. M. A. **Do patrimônio cultural e seus significados**. *Transinformação*, v. 16, p. 111-122, 2004.
- ARAÚJO, M. P. M. **O atual cenário da preservação da memória na cidade de Nova Iguaçu: uma preocupação com as gerações futuras**. *Eventos Pedagógicos*, v. 2, n. 3, p. 92-100, 2011.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 3 jun. 2024.
- BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9985.htm>. Acesso em: 13 ago. 2024.
- BRASIL, IPHAN. **Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a Chancela do Paisagem Cultural Brasileira**.
- CAMARGO, L. O. L. **Educação para o lazer**. São Paulo: Moderna, v. 3, 1998.
- CARNEIRO, R. J. B. **Sinalização turística: diretórios e sistemas nacionais e internacionais**. 206 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, ECA/USP, 2001.
- COSTA, F. R. **Turismo e Patrimônio Cultural: interpretações e qualificação**. São Paulo: Editora Senac, 2009.
- DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELGADO, A.; PAZOS, A. **Interpretação do patrimônio, turismo e gestão de áreas protegidas: algumas aproximações**. *Turismo & Sociedade*, (6)2, p. 300-323. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/issue/view/1516>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- DE MANEJO, ICMBio. **Plano Parque Nacional da Tijuca**. Rio de Janeiro, Brasil, v. 3, 2008.
- DELPHIM, D. M. **Estudo sobre o Patrimônio Natural Brasileiro dentro do IPHAN**. 2004.

DIEGUES, A. C. **O Vale do Ribeira e o litoral de São Paulo: meio ambiente, história e população.** In: SETÚBAL, M. A. (org.). *Terra Paulista: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial, 2008. 188 p.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer.** São Paulo: Perspectiva, 1999.

EMBRATUR. **Guia Brasileiro de Sinalização Turística**, 2001.

HISTÓRIA DE NOVA IGUAÇU. **Clube Dom Felipe.** Nova Iguaçu, 2020. Facebook: @Historianovaiguacu Disponível em: <https://www.facebook.com/Historianovaiguacu/posts/clube-de-campo-dom-felipeo-clube-foi-fundado-no-inicio-do-seculo-xx-pelo-conde-m/2731217373814719/>. Acesso em: 6 jul. 2025.

FERNANDEZ, A. C. F. **Um Rio de florestas: uma reflexão sobre o sentido da criação dos parques na cidade do Rio de Janeiro.** *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 24, n. 47, p. 141–161, jan. 2011.

FIORI, S. R. **Cartografia e as dimensões do lazer e turismo: o potencial dos tipos de representação cartográfica.** *Revista Brasileira de Cartografia*, v. 62, n. 3, p. 527-542, 2010.

FIORI, S. R. **Mapas para o turismo e a interatividade: proposta teórica e prática.** 2008. Tese de Doutorado em Geografia Física — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FIORI, S. R.; MARTINS, J. S.; RODRIGUES, V. A. S. **Um mapa de orientação ao visitante em ambientes naturais: cartografia para o lazer e turismo no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, RJ.** *Geo UERJ*, (45), 2024.

FIORI, S. R. **Os símbolos de informação pública nos setores do lazer e turismo: resultados empíricos.** *Revista Turismo em Análise*, v. 21, n. 2, p. 381-405, 2010.

FONSECA, M. C. L. **Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio**, 2001.

G1. **Expedição Rio.** Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/expedicao-rio/noticia/2021/12/19/expedicao-rio-conheca-a-janela-do-ceu-queda-dagua-de-82-metros-em-area-verde-de-nova-iguacu.ghtml>. Acesso em: 19 fev. 2025.

HOBBSAWM, E. J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo.** Forense-Universitária, 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Nova Iguaçu (2022).** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu/panorama>. Acesso em: 17 jul. 2024.

ICMBio. **Manual de Interpretação Ambiental nas Unidades de Conservação Federais.** Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/interpretacao_ambiental_nas_unidades_de_conservacao_federais.pdf. Acesso em: 3 jun. 2023.

ICMBio. **Orientações de Uso Público em Unidades de Conservações Federais**. Disponível em:

https://www.icmbio.gov.br/parnasaojoaquim/images/stories/ORIENTACOES_PUP_ICMBIO.pdf. Acesso em: 23 mai. 2024.

ICMBio. **Plano de manejo do Parque Nacional do Iguaçu**. Brasília: ICMBio, 2018.

ICMBio. **Plano Interpretativo do Parque Nacional do Jaú**, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/parna-do-jau/Plano_Interpretativo_do_PN_Jau1.pdf. Acesso em: 2 mar. 2024.

ICMBio. **Programa de Interpretação Ambiental**, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mataatlantica/lista-de-ucs/parna-do-iguacu/pagina/documentos-de-gestao/programa_interpretacao_ambiental_pni___portugues.pdf. Acesso em: 27 jul. 2024.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Florence Declaration on Heritage and Landscape as Human Values**. Assembleia Geral, Florença, 2014.

IPHAN. Convênio nº 904001/2020. **Restauração/Adequação da tulha/engenho, do bem tombado, na Fazenda São Bernardino**. Diário Oficial da União, 31 dez. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/convenios-e-transferencias/instrumentos-celebrados/iphan-rj-uasg_343006/convenios/em-prestacao-de-contas/2020/convenio-904001-2020-restauracao-adequacao-da-tulha-engenho-do-bem-tombado-na-fazenda-sao-bernardino. Acesso em: 3 fev. 2025.

IPHAN. **Livro do Tombo**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>. Acesso em: 9 ago. 2024.

IPHAN. **Recomendações de Paris**, 16 de novembro de 1972. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2025.

ITPA. **Área de proteção ambiental (APA) do Guandu**, 2022. Disponível em: <https://www.itpa.org.br/comoatuamos/area-de-protecao-ambiental-apa-do-guandu/#:~:text=Criada%20em%202007%20atrav%C3%AAs%20do,Natural%20da%20Gruta%20dos%20Escravos.&text=A%20APA%20do%20Rio%20Guandu>. Acesso em: 2 fev. 2024.

JUSBRAL. **Lei nº 1331, de 12 julho de 1988, lei de criação da APA Greicinó-Mendanha**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/154468/lei-1331-88>. Acesso em: 8 fev. 2024.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo** (Nova edição). São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFF, E. **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Primeira versão: início-fev. 2006. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LEMES, L. K.; BOVO, M. C. **Os caminhos de nosso dia a dia: a importância de conhecer o lugar onde vivemos**. Campo Mourão: Governo do Paraná, 2013.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e Humanização**. Campinas: Papirus, 1983.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: Uma Introdução**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

MARTINS, G. de A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, v. 2, 2006.

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política**. Vol I: O processo de produção do capital. 1867. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 113-158.

MURTA, R. L. L.; ALBANO, C. G. **Unidades de conservação: uso público e conservação**. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2002.

MURTA, S. M.; ALBANO, C. G. **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MURTA, S. M.; GOODEY, B. **Interpretação do Patrimônio para o Turismo Sustentado**. Brasília: Sebrae, 2005.

NOVA IGUAÇU (RJ). **Decreto nº 12.789, de 22 de junho de 2022. Cria o Parque Histórico e Arqueológico de Iguaçu Velha, no Município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro**. *Diário Oficial do Município*, Nova Iguaçu, 22 jun. 2022.

NOVA IGUAÇU, Prefeitura da Cidade de. **Áreas de Proteção Ambientais (APA) Municipais**. Disponível em: <https://www.novaiguacu.rj.gov.br/semam/apas/#:~:text=O%20munic%C3%ADpio%20de%20Nova%20Igua%C3%A7u,da%20%C3%A1rea%20total%20do%20munic%C3%ADpio>. Acesso em: 18 nov. 2023.

NOVA IGUAÇU, Prefeitura da Cidade de. **Decreto nº 6.491, de 6 de junho de 2002. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção do Iguaçu e Tinguá, 2002**. Disponível em: <https://pgm.novaiguacu.rj.gov.br/Documentos/Decretos/Decretos-2000-2009/Decreto%20n%C2%B06.491%20de%2006.06.2002%20-%20Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20da%20%C3%81rea%20de%20Prote%C3%A7%C3%A3o%20do%20Igua%C3%A7u%20e%20Tigu%C3%A1.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2025.

NOVA IGUAÇU, Prefeitura da Cidade de. **Decreto nº 6.492, de 6 de junho de 2002. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental de São Pedro de Jaceruba**, 2002. Disponível em: <https://pgm.novaiguacu.rj.gov.br/Documentos/Decretos/Decretos-2000-2009/Decreto%20n%C2%B0%206.492%20de%2006.06.2002%20-%20Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20da%20%C3%81rea%20de%20Prote%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental%20de%20S%C3%A3o%20Pedro%20de%20Jaceruba.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2025.

NOVA IGUAÇU, Prefeitura da Cidade de. **Lei nº 3.586, de 7 de julho de 2004. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Tinguazinho**, 2004.

NOVA IGUAÇU, Prefeitura da Cidade de. **Lei nº 3.588, de 7 de julho de 2004. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Rio D'Ouro**, 2004. Disponível em: <https://pgm.novaiguacu.rj.gov.br/Documentos/LeisOrdinarias/Leis-Ordinarias-2000-2009/Lei%20n%C2%B0%203.588%20de%2007.07.2004%20-%20Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20da%20%C3%81rea%20de%20Prote%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental%20Rio%20D%27Ouro.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2025.

NOVA IGUAÇU, Prefeitura da Cidade de. **Lei nº 3.593, de 7 de julho de 2004. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Retiro (anteriormente APA Geneciano)**, 2004.

NOVA IGUAÇU, Prefeitura da Cidade de. **Lei nº 3.594, de 7 de julho de 2004. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Morro Agudo**, 2004.

NOVA IGUAÇU, Prefeitura da Cidade de. **Lei nº 4.172, de 4 de maio de 2012. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Posse–Guarita**, 2012.

NOVA IGUAÇU, Prefeitura da Cidade de. Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAM. **Plano de manejo participativo das Unidades de Conservação Municipais de Nova Iguaçu: versão resumida**. Nova Iguaçu: SEMAM, 2022. Disponível em: <https://www.novaiguacu.rj.gov.br/semam/wp-content/uploads/sites/20/2022/09/plano-resumido.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2025.

OBSERVATÓRIO DE TURISMO E LAZER BAIXADA VERDE. **2º Boletim Pesquisa de Demanda PNMNI**. Nova Iguaçu, 2024. Disponível em: <https://www.observatoriobaixadaverde.com/biblioteca>. Acesso em: 9 dez. 2024.

OBSERVATÓRIO DE TURISMO E LAZER BAIXADA VERDE. **Baixada Verde**. Disponível em: www.observatoriobaixadaverde.com/baixada-verde. Acesso em: 13 fev. 2025. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Sinais e símbolos turísticos: guia ilustrado e descritivo. [Tradução Gabriela Scuta Fabgriari]. São Paulo: Roca, 2003.

PARQUE NATURAL NOVA IGUAÇU. Nova Iguaçu. 31 dez. 2024. Instagram: @parquenaturalnovaiguacuoficial. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CI3lZI8HDCu/>. Acesso em: 1 mai. 2025.

PORTAL TURISMO – RJ. **Regiões Turísticas.** Disponível em: <https://www.turismo.rj.gov.br/category/regioes/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto nº 44.032, de 15 de janeiro de 2013. Institui a Área de Proteção Ambiental do Alto Iguaçu.** *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, RJ, 15 jan. 2013. Disponível em: <https://www.inea.rj.gov.br/biodiversidade-territorio/conheca-as-unidades-de-conservacao/apa-do-alto-iguacu/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto nº 44.342, de 22 de agosto de 2013. Institui o Parque Estadual do Mendanha.** *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, RJ, 22 ago. 2013. Disponível em: <https://www.inea.rj.gov.br/biodiversidade-territorio/conheca-as-unidades-de-conservacao/parque-estadual-do-mendanha/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

RODRIGUES, R; NEUBERT, P. S. **Introdução à pesquisa bibliográfica.** 2023.

SANTAELLA, L. **O que é Semiótica.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1ª ed., v. 21, 1983.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SCIFONI, S. **Paisagem cultural.** In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/920248/dicionario-iphan-do-patrimonio-cultural-o-que-e-paisagem-cultural>. Acesso em: 1 jul. 2025.

SCIFONI, S. **A construção do patrimônio natural.** 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2006.

SUERTEGARAY, D. **Meio, ambiente e geografia.** Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2021. p. 79–102.

TILDEN, F. **Interpreting our heritage: Principles and practices for visitor services in parks, museums, and historic places.** University of North Carolina Press. University of North Carolina Press. 1957.

WIKILOC. **Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu - PNMNI.** Nova Iguaçu, 2022. Disponível em: <https://es.wikiloc.com/rutas-senderismo/parque-natural-municipal-de-nova-iguacu-pnmni-92656321>. Acesso em: 12 fev. 2025.

ANEXOS

Anexo 1: Formulário de pesquisa do projeto “Pesquisa de demanda do PNMNI”

PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA – PNMNI 2024

Perfil do frequentador (sociodemográfico e socioeconômico)

1. Como acessou o Parque?
() Entrada Sul - Bairro Caonze (NI) () Entrada Sul - Bairro Coréia (Mesquita)
() Entrada Norte (UNIG) - A pé () Entrada Norte (UNIG) - De gaiola
2. Qual a sua faixa etária?
() Entre 18 a 20 () Entre 21 a 30 () Entre 31 a 40 () Entre 41 a 50 () Entre 51 a 60 () Mais de 60
3. Qual o gênero pelo qual se identifica? () Masc. () Fem. () Não-binário () Prefiro não responder () Outro: _____
4. Como se autodeclara? () Branco () Pardo () Preto () Indígena () Amarelo () Prefiro não informar
5. Qual o seu estado civil? () Solteiro(a) () Casado(a) () Viúvo(a) () Divorciado(a)
6. Qual o seu grau de escolaridade?
() Sem escolaridade () Ensino Médio Incompleto () Ensino Superior Completo
() Ensino Fund. incompleto () Ensino Médio Completo () Pós Graduação Incompleta
() Ensino Fund. Completo () Ensino Superior Incompleto () Pós Graduação Completa
7. Qual é a sua renda familiar? (Salário mínimo = R\$ 1.412,00)
() Até 1 SM () De 1 a 2 SM () De 2 a 4 SM () De 4 a 6 SM () De 6 a 8 SM () De 8 a 10 SM () Mais de 10 SM
8. Possui alguma deficiência ou mobilidade reduzida? Se sim, identifique: _____
9. Tem alguma pessoa com deficiência com você ou no seu grupo? Se sim, identifique: _____
10. Em qual município reside? () Nova Iguaçu (perguntar questão 11) () Mesquita (perguntar questão 11)
() Belford Roxo () DC () Guapimirim () Itaguaí () Japeri () Magé () Nilópolis
() Paracambi () Queimados () RJ (C) () São João de Meriti () Seropédica () Outro: _____
11. Em qual bairro? _____

Percepção sobre a Unidade de Conservação

12. Você sabia que está visitando uma unidade de conservação (UC) da natureza? () Sim () Não
13. De 1 a 5, sendo 1 equivalente a nada e 5 a muito, o quanto essa visita influencia:
a) O bem-estar mental: ____ b) O bem-estar físico: ____
c) A despertar ou aumentar sua consciência ambiental: ____ (perguntar 14)
14. Por que? _____

Percepção sobre o PNMNI, Motivação da visita, formas de divulgação e hábitos de frequência

15. Você já havia visitado, antes do PNMNI, outras unidades de conservação (UC) da natureza? () Sim () Não
16. Caso tenha visitado, diga quais: _____
17. Qual a principal motivação para vir ao PNMNI?
() Conhecer o parque () Lazer e recreação na natureza () Estar com parentes e amigos () Esporte
() Ver a vida silvestre () Atividade religiosa () Passeio perto de casa () Relaxar e descansar
() Pesquisa () Outros: _____
18. Antes dessa visita, como você obteve informações do PNMNI? () Sou morador
() Não me informei () Internet () Redes sociais () Redes sociais do Parque
() Site/redes sociais da SEMAM () Amigos/familiares () Condutor de visitante () Outros: _____
19. Qual a sua principal visão sobre o Parque?
() Área de lazer voltada para comunidade () Área com potencial turístico de atrair público de outros municípios
20. Com que frequência visita o Parque?
() Primeira vez () Toda semana () Todo mês () De 5 a 10 vezes ao ano
() De 2 a 4 vezes ao ano () 1 vez ao ano () Raramente
21. Costuma visitar o Parque em quais períodos? () Manhã () Tarde
22. Quanto tempo permanece no PNMNI? () Até 2 horas () de 2 a 4 horas () de 4 a 6 horas () acima de 6 horas
23. Quem são seus acompanhantes nesta visita?
() Sozinho(a) () Família () Amigos () Companheiro () Visita escolar () Excursão turística () Grupo organizado
24. Quantos visitantes menores de 18 anos fazem parte do grupo de pessoas que o(a) acompanham hoje no parque? _____
25. Qual o meio de transporte que utilizou para chegar até o Parque? _____

26. Onde se hospeda quando vem ao Parque?

- () Não uso hospedagem/ retorno à minha residência () Cabana do Vulcão () Hotel
() Casa de parentes ou amigos () Pousada () 2ª. Residência

27. Quando vem ao Parque, costuma realizar quais atividades? () Banho () Trekking (caminhada por trilha) () Rapel
() Voo livre () Contemplação da natureza () Observação de aves () Meditação () Ciclismo () Outros: _____

28. Já realizou visita guiada no parque? () Sim () Não, mas sabia da possibilidade () Não, não sabia que existia essa opção

29. Além do Parque, costuma visitar outros atrativos em NI ou em Mesquita? () Sim (**perguntar 30**) () Não (**pular p/ 31**)

30. Quais atrativos turísticos visitou em Nova Iguaçu?

- () Cabana do Vulcão () REBIO (Educação Ambiental) () Teatro Nova Iguaçu
() Caminho do Vulcão (Alambique) () Espaço Tucano () Shopping Nova Iguaçu
() Pantanal Iguaçuano () Fazenda São Bernardino () Top Shopping
() Cachoeira da Janjana () Polo Gastronômico de NI () Parque Natural Municipal do
() Cachoeira Poço das Cobras () Casa de Cultura Gericinó
() REBIO () Praça do Skate () Outro _____

Satisfação quanto aos serviços e produtos consumidos durante a Festa do Aipim

31. Entre excelente, bom ou ruim, como avalia os seguintes itens relacionados ao PNMNI (caso não saiba responder ou não tenha usado o equipamento/ serviço, por favor, indique a opção Não sei responder/ Não utilizei):

Item	Excelente	Bom	Ruim	Não Sei Resp/ Não utilizei
Acesso e sinalização externa ao Parque				
Limpeza no Parque				
Segurança no Parque				
Sinalização interna ao Parque				
Centro de visitantes				
Disponibilidade de informações (em placas ou com o consultor) sobre os atrativos e sobre o parque em si				
Folder impresso (mapa do Parque)				
Cordialidade e atendimento dos funcionários				
Condução de visitantes (guias e condutores)				
Atrações naturais/ beleza cênica				
Pontos de apoio (banheiros, bebedouro, bancos...)				
Redes sociais do Parque				
Hospedagem na cidade				
Estacionamento				
Acessibilidade para pessoas com deficiências				

32. De 1 a 5, sendo 1 equivalente a nada e 5 a muito, qual o grau de importância da existência das seguintes estruturas para qualidade da sua visita ao Parque?

Existência de estacionamento		Existência de trilhas	
Existência de Centro de Visitantes		Existência de sinalização nas trilhas	
Existência de placas de informação		Existência de banheiros	
Existência de folder impresso (mapa do Parque)			

33. Há algum serviço não oferecido pela UC que gostaria de ter encontrado? () Sim (**perguntar 35**) () Não (**pular p/ 36**)

34. Se sim, quais? _____

35. Voltaria ao Parque ou recomendaria a um amigo? () Sim (**pular p/ 38**) () Não (**responder por que**)

Motivo que o leva a não retornar ao evento ou não recomendar a um amigo

36. Por que? _____

Contribuição para a melhoria da PNMNI, além do já questionado

37. Há algo em particular que poderia tornar a visita ao Parque mais atraente/ melhor, além do que já foi avaliado e que gostaria de acrescentar? _____